

# Estudios Japoneses

Nº 43 – 2020

ISSN 2447-7125

# ESTUDOS JAPONESES

## **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Vice-Reitor: Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez

## **FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

Diretora: Prof. Dr. Paulo Martins

Vice-Diretor: Profa. Dra. Ana Paula Torres Megiani

## **DEPARTAMENTO DE LETRAS ORIENTAIS**

Chefe: Prof. Dr. Mamede Mustafa Jarouche

Vice-chefe: Prof. Dr. Antonio José Bezerra de Menezes Jr.

## **CENTRO DE ESTUDOS JAPONESES**

Diretor: Prof. Dr. Wataru Kikuchi

Vice-Diretora: Profa. Dra. Junko Ota

### **Comissão Editorial:**

Eliza Atsuko Tashiro Perez (FFLCH-DLO-USP)

Geny Wakisaka (FFLCH-DLO-USP)

Junko Ota (FFLCH-DLO-USP)

Leiko Matsubara Morales (FFLCH-DLO-USP)

Luiza Nana Yoshida (FFLCH-DLO-USP)

Neide Hissae Nagae (FFLCH-DLO-USP)

Shirlei Lica Ichisato Hashimoto (FFLCH-DLO-USP)

Silvio Yoshiro Mizuguchi Miyazaki (EACH-USP)

Wataru Kikuchi (FFLCH-DLO-USP)

### **Conselho Editorial Científico:**

Alexandre Ratsuo Uehara (ESPM)

Cacio José Ferreira (UFAM)

Cecilia Onaha (Universidad Nacional de La Plata, Argentina)

Eli Aisaka Yamada (UFRJ)

Elisa Massae Sasaki (ILE-UERJ)

Elza Taeko Doi (Unicamp)

Ernani Shoiti Oda (Unifesp)

Hiroyuki Honda (Japan Advanced Institute of Science and Technology, Japão)

Laura Tey Iwakami (UECE)

Makiko Matsuda (Kanazawa University, Japão)

Márcia Hitomi Namekata (UFPR)

Maria Fusako Tomimatsu (UEL)

Masato Ninomiya (FD-USP)

Michiko Okano (Unifesp)

Mina Isotani (UFPR)

Pedro Alberto Ganaja Kamisato (Escuela de Posgrado de la Universidad San Ignacio de Loyola, Peru)

Rafael Shoji (PUC, São Paulo)

Sakae Murakami Giroux (Université de Strasbourg, França)

Seiichi Nakai (Toyama University, Japão)

Shinji Sato (Princeton University, EUA)

Shozo Motoyama (FFLCH-DH-USP)

Tae Suzuki (UnB)

Yoshio Watanabe (Kokugakuin University, Japão)

Yuki Mukai (UnB)

Yuko Takano (UnB)

Yumi Garcia dos Santos (FAFICH-UFMG)

Yuriko Sunakawa (University of Tsukuba, Japão)

**Editor Responsável:**

Leiko Matsubara Morales

**Editores:**

Junko Ota

Leiko Matsubara Morales

Silvio Yoshiro Mizuguchi Miyazaki

**Revisão do inglês da *author guidelines*:**

Regiani A.S. Zacarias

**Capa:**

Larissa Casteliani Marinho Falcão

**Seleção e tradução do poema:**

Luiza Nana Yoshida

**Organização:**

Centro de Estudos Japoneses da Universidade de São Paulo – CEJAP-USP

Curso de Língua e Literatura Japonesa – DLO-FFLCH-USP

Programa de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Cultura Japonesa – DLO-FFLCH-USP

Toda correspondência deverá ser enviada ao

CENTRO DE ESTUDOS JAPONESES - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Av. Professor Lineu Prestes 159

Cidade Universitária

05508-900 São Paulo Brasil

Fone: (00XX11) 3091-2426/2423

e-mail: estudosjaponeses@usp.br

Copyright © 2020 autores

Catálogo da Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

---

Estudos Japoneses / Centro de Estudos Japoneses. Departamento de Letras Orientais.  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.  
- n. 1 (1979) - . - São Paulo: Oficina Editorial, 1979 -

Semestral.

Artigos publicados em Português, Inglês, Francês, Espanhol e Japonês

Descrição baseada em: n. 25 (2005).

ISSN 1413-8298

1. Literatura Japonesa. 2. Língua Japonesa. 3. Estudos Japoneses. 4. Cultura Japonesa. I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Letras Orientais. Centro de Estudos Japoneses.

CDD 895.63

495.65

306.952

---

Coordenação Editorial  
Junko Ota  
Leiko Matsubara Morales  
Silvio Yoshiro Mizuguchi Miyazaki  
Diagramação  
Ponto & Linha  
Revisão  
Junko Ota

ISSN 1413-8298

e-ISSN 2447-7125

# ESTUDOS JAPONESES

FFLCH / USP

*Estudos Japoneses*, São Paulo, n. 43, 2020



# SUMÁRIO

EDITORIAL .....	9
POLÍTICA IMIGRATÓRIA BRASILEIRA E MOBILIDADE AO PARAGUAI: OS JAPONESES, SUAS ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS .....	13
<i>Markley Florentino de Carvalho</i> <i>Arnaldo Pinto Júnior</i>	
ASSIMILAÇÃO E IDENTIDADE EM HIROSHI SAITO .....	33
<i>Aline de Sá Cotrim</i>	
PROTEÇÃO DOS DIREITOS DOS IDOSOS NO JAPÃO SOB A ÓTICA DO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS .....	47
<i>Larissa Sonoda Dantas</i> <i>Lilian Yamamoto</i>	
DA TRADIÇÃO MILENAR À CONTEMPORANEIDADE: SIGNIFICADOS DA CERIMÔNIA DO CHÁ JAPONESA .....	69
<i>Fernanda Guarnieri</i> <i>Nôga Simões de Arruda Corrêa da Silva</i> <i>Olga Maria Coutinho Pépece</i>	
VAN GOGH E A INFLUÊNCIA DA GRAVURA JAPONESA .....	91
<i>Simone Neiva</i> <i>Ricardo Maurício Gonzaga</i>	
‘BUNMEI KAIKA文明開化’ E AS CAMADAS POPULARES: APONTAMENTOS PARA UMA VISÃO SOCIAL DA LITERATURA DA ERA MEIJI .....	115
<i>João Marcelo Monzani</i>	
A EVOLUÇÃO DO ENSINO DE LÍNGUA JAPONESA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO ATRAVÉS DA ANÁLISE E CRÍTICA DE DOIS LIVROS DIDÁTICOS DE JAPONÊS LE .....	129
<i>Otávio de Oliveira Silva</i>	
TRADUÇÃO “O LIMÃO”, OBRA DE KAJII MOTOJIRÔ .....	149
<i>Karen Kazue Kawana</i>	

## EDITORIAL

O número 43 da nossa revista *Estudos Japoneses* traz desta vez sete artigos e uma tradução, que abordam desde temas de imigração japonesa no Brasil até literatura da era Meiji no Japão. Podemos dizer que os dois artigos de Carvalho & Pinto Junior e de Cotrim são relativos à imigração japonesa no Brasil e Paraguai, enquanto o artigo de Dantas & Yamamoto aborda a questão dos direitos dos idosos no Japão de hoje. Seguem os artigos de Guarnieri et al. e Neiva & Gonzaga, que tratam respectivamente da Cerimônia do Chá e arte japonesa vista através do Van Gogh, e ainda o artigo de Monzani, que retrata as expressões literárias dos trabalhadores no Japão na era Meiji, fim do século XIX. Já o trabalho de Silva analisa os livros didáticos de língua japonesa, usados atualmente nos Centros de Estudos de Línguas em São Paulo. Fecha a edição deste número o conto de Kajii Motojirô, traduzido para o português por Kawana.

Os coautores Markley Florentino de Carvalho, doutoranda da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e Arnaldo Pinto Junior, docente da mesma faculdade e doutor pela Unicamp, apresentam o artigo “POLÍTICA IMIGRATÓRIA BRASILEIRA E MOBILIDADE AO PARAGUAI: os japoneses, suas associações e instituições educativas”. Discutindo a legislação relativa à imigração no Brasil e o deslocamento dos imigrantes japoneses do Brasil rumo ao Paraguai no início dos anos de 1930, fenômeno chamado de “remigração”, o artigo aborda as práticas culturais dos imigrantes nipo-paraguaios que resultaram na representatividade das associações e as relações político-culturais presentes na trajetória dos sujeitos integrantes em suas comunidades no Paraguai.

Aline de Sá Cotrim, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas e mestre em História das Ciências e da Saúde pelo Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, é autora do artigo “ASSIMILAÇÃO E IDENTIDADE EM HIROSHI SAITO”. A autora estuda os três artigos de Hiroshi Saito escritos no período entre 1947 e 1953 sobre a imigração japonesa no Brasil, usando a categoria chave que é a “assimilação”, conceito usado na época para se referir à adequação dos migrantes à sociedade receptora. Ao descrever o sociólogo estudando as diferentes gerações de imigrantes japoneses quanto ao seu grau de “assimilação” e destacando um grupo que denomina como “marginal”, com questões identitárias entre ser brasileiro ou ser japonês, a autora faz a relação entre o próprio sociólogo e este grupo em seu estudo.

Com o olhar voltado à sociedade japonesa, especificamente à população de idosos cada vez mais crescente no país, Larissa Sonoda Dantas, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Cultura Japonesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), em coautoria com Lilian Yamamoto, professora colaboradora do mesmo Programa de Pós-Graduação

da USP, doutora em Direito Internacional pela Universidade Kanagawa, apresenta o artigo “PROTEÇÃO DOS DIREITOS DOS IDOSOS NO JAPÃO SOB A ÓTICA DO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS”, em que analisa os direitos dos idosos na sociedade japonesa. Na perspectiva do direito internacional dos direitos humanos, o artigo elucida as diferentes iniciativas e suas reformulações de políticas públicas voltadas à população idosa que o país tem tomado ao longo dos últimos anos, assunto de interesse de muitos países, incluindo mesmo o Brasil, com a população idosa cada vez mais crescente.

As autoras Fernanda Guarnieri, doutoranda e mestre em Administração pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), Nôga Simões de Arruda Corrêa da Silva, mestre na mesma área pela UEM, juntamente com Olga Maria Coutinho Pépece, professora associada do Departamento de Administração da UEM e doutora em Administração pela Universidade Federal do Paraná, estudam em seu artigo “DA TRADIÇÃO MILENAR À CONTEMPORANEIDADE: significados da cerimônia do chá japonesa”, os significados da Cerimônia do Chá japonesa pelo viés da teoria de estudos de cultura e consumo, centrado no consumo ritualístico. Entrevistas e observação participante nas cerimônias foram realizadas com pesquisa qualitativa para chegarem a resultados buscados no tocante ao significado do ritual, a relação com a tradição japonesa e outros valores atrelados a esta prática cultural, assim como o que agrega a prática da Cerimônia do Chá de origem japonesa aos praticantes e interessados no Brasil.

Em “VAN GOGH E A INFLUÊNCIA DA GRAVURA JAPONESA”, os coautores Simone Neiva, docente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Vila Velha e doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo, e Ricardo Maurício Gonzaga, professor associado do Departamento de Artes Visuais, docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal do Espírito Santo e doutor em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, apresentam a relação entre o pintor holandês Van Gogh e as gravuras japonesas na segunda metade do século XIX, mostrando o contexto em que se inseria o artista na época. Após a abertura dos portos no Japão, não somente a França sentiu a influência da gravura japonesa, mas o contato com a estética das gravuras japonesas foi em especial profícuo para o artista, que se inspirou profundamente para buscar um caminho da renovação da arte francesa impressionista. Ainda, a releitura de temas provençais levando em conta a estética japonesa nas mãos de Van Gogh é descrita neste artigo ricamente ilustrado.

No artigo “‘*BUNMEI KAIKA* 文明開化’ E AS CAMADAS POPULARES: apontamentos para uma visão social da literatura da era Meiji”, João Marcelo Monzani, professor adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutor em Teoria Literária pela Universidade de São Paulo, dá enfoque às representações literárias da classe trabalhadora da era Meiji, período que comumente não é associado com a literatura do proletariado como na era subsequente, que é Taisho (1912-1926). O autor então propõe mostrar os reflexos no âmbito literário, com retratos realistas, da época de grande agitação popular

com as revoltas de trabalhadores que caracterizou a era Meiji, ao invés de se limitar a descrever os movimentos literários que ocorriam neste período de encontro do Japão com o Ocidente.

O artigo “A EVOLUÇÃO DO ENSINO DE LÍNGUA JAPONESA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO ATRAVÉS DA ANÁLISE E CRÍTICA DE DOIS LIVROS DIDÁTICOS DE JAPONÊS – LE”, é da autoria de Otávio de Oliveira Silva, professor de educação básica II do Estado de São Paulo e mestre em Língua, Literatura e Cultura Japonesa pela Universidade de São Paulo. O autor apresenta inicialmente o panorama do ensino de língua japonesa nos Centros de Estudos de Línguas do estado de São Paulo, que oferecem as aulas de línguas estrangeiras aos alunos como atividades extracurriculares, e a partir de então compara os dois livros didáticos da língua japonesa, sendo um publicado no Japão e outro elaborado no Brasil. Na análise, são apontadas as questões de políticas públicas educacionais para ensino de Línguas Estrangeiras Modernas na esfera estadual, nem sempre em consonância com as políticas federais.

O conto “O LIMÃO”, traduzido para o português por Karen Kazue Kawana, é do original em japonês “Remon”, de 1925, da autoria de Kajii Motojirô (1901~1932), que deixou obras primorosas com alto teor poético em sua curta vida literária, dentre as quais se destaca esta obra.

Com os artigos acima descritos que abarcam temas diversos, fechamos a edição do número 43 da revista Estudos Japoneses, com a satisfação de publicar mais um número, cumprindo a nossa missão de entregar aos leitores o resultado de estudos de cada um dos autores que debruçaram sobre os temas ligados a diversos aspectos do Japão ou aos japoneses que aportaram no Brasil e suas trajetórias.

Junko Ota

# POLÍTICA IMIGRATÓRIA BRASILEIRA E MOBILIDADE AO PARAGUAI: OS JAPONESES, SUAS ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS<sup>1</sup>

## BRAZILIAN IMMIGRATION POLICY AND MOBILITY TO PARAGUAY: THE JAPANESE, THEIR ASSOCIATIONS AND EDUCATIONAL INSTITUTIONS

*Markley Florentino de Carvalho<sup>2</sup>*  
*Arnaldo Pinto Junior<sup>3</sup>*

**Resumo:** Este artigo discute a legislação relacionada à política imigratória do Brasil nos iniciais da década de 1930, bem como suas implicações na mobilidade dos japoneses rumo ao Paraguai a partir do referido período. Ao pesquisarmos as associações criadas por esses sujeitos nas regiões do *Alto Paraná*, do *Paraguari* e do departamento de *Amambay*, abordamos questões que abrangem as práticas culturais dos imigrantes e de seus descendentes, sobretudo a partir das experiências desenvolvidas nas instituições educativas nipo-paraguaias. Considerando os referenciais teóricos-metodológicos da história cultural, este estudo dialoga principalmente com as contribuições de Certeau (1982; 1995; 2003), Chartier (2001; 2002) e Thompson (1981; 2001). Entre os resultados obtidos, destacam-se a representatividade das associações japonesas e as relações político-culturais presentes na trajetória dos sujeitos imigrantes na sociedade paraguaia. **Palavras-chave:** Imigração; Mobilidade espacial; Associações Japonesas; História da Educação; Instituições Educativas.

**Abstract:** This article deals with the legislation related to Brazilian immigration policy in the early 1930's, as well as its implications on the Japanese mobility towards Paraguay after this time. As we search the associations created by these people in the region of *Alto Paraná*, of *Para-*

---

1 Artigo submetido em 20/01/2020 e aprovado em 05/03/2020.

2 Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil. Email: markleyflorenti@gmail.com. (ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-4841-0119>).

3 Professor no Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil. Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil. Email: apjbrasil@hotmail.com. (ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-2516-9761>).

*guarí* and in the department of *Amambay*, we approached topics which include the immigrants cultural practices and their descendants, mainly as of developed experiences on the Japanese Paraguayans educational institutions. Considering the theoretical-methodological references of cultural history, this study mostly deals with the contributions of Certeau (1982; 1995; 2003), Chartier (2001; 2002) and Thompson (1981; 2001). Among the results obtained, stand out the Japanese associations representativeness and the immigrant people political-cultural relations, present in their trajectory in Paraguayan society.

**Keywords:** Immigration; Spatial mobility; Japanese associations; History of Education; Educational institutions.

## 1. Introdução

O presente trabalho focaliza a mobilidade japonesa e a trajetória de suas instituições educativas no Paraguai, criadas por esses sujeitos nas regiões do *Alto Paraná*, do *Paraguari* e do departamento de *Amambay*<sup>4</sup>. Considerando a complexidade das relações políticas e sociais vividas entre as décadas de 1930 e 1980, procuramos abordar questões que abrangem as práticas culturais dos imigrantes e de seus descendentes, sobretudo a partir das experiências desenvolvidas na esfera de atuação das associações nipo-paraguaias.

No trabalho de investigação documental, buscamos inicialmente acessar os registros históricos relacionados às associações e suas instituições educativas. Em um segundo movimento da pesquisa, realizamos o levantamento de referências bibliográficas, tanto da época delimitada quanto de autores contemporâneos que a estudaram. Trata-se, portanto, de uma pesquisa documental e bibliográfica que analisa a problemática proposta sobre diversos aspectos: histórico, econômico, político e cultural. Nessa empreitada, dialogamos com os aportes teórico-metodológicos da história cultural, especificamente no que diz respeito a “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 2001, p. 170).

Para tal proposta, refletimos sobre as mudanças na legislação brasileira relacionada à política imigratória, suas implicações na mobilidade japonesa ao país vizinho e o papel assumido pelas instituições educativas nipo-paraguaias, as quais foram incumbidas da construção identitária de suas comunidades. Realizando análises a partir dos escritos de Certeau (2003), identificamos um campo de estratégias e relações de poder acerca do jogo político de imigração primeiramente no Brasil, e em segundo lugar, nas relações de mobilidade e estabelecimento dos imigrantes no Paraguai, por meio das associações japonesas e sob a ótica de um lugar de acolhimento das culturas na sociedade.

---

4 No Alto Paraná focamos as pesquisas nas instituições educativas das cidades: Yguazú e Ciudad del Este. No departamento de Paraguari foi pesquisada a instituição de La Colmeña. E no departamento de Amambay pesquisamos nas cidades: Pedro Juan Caballero e Capitán Bado.

Nesse sentido, as experiências desenvolvidas pelos sujeitos no âmbito das instituições educativas foram tratadas como objetos de investigação histórica (THOMPSON, 1981; 2001), capazes de potencializar estudos acerca dos processos de escolarização e constituição cultural. Permeados por disputas em torno das narrativas e da representatividade dos grupos sociais envolvidos, os tempos e espaços escolares também promoveram o encontro entre as perspectivas culturais das sociedades de origem e de acolhida.

## **2. Política imigratória brasileira e a mobilidade japonesa ao Paraguai**

O processo de escolarização dos imigrantes japoneses e de seus descendentes no Paraguai ocorreu paralelamente ao contexto da sua mobilidade espacial na América Latina. Dessa circunstância de deslocamento populacional, conforme empreendido pelas autoras Trindade e Wawzyniak (2011, p. 3), pode-se:

[...] considerar o estudo dos processos migratórios e sua mobilidade, e a consequente ocupação e transformação territorial, como uma fonte profícua para compreendê-los como resultantes de conjunturas várias que os motivaram. Nessa vertente insere-se a análise da imigração japonesa [...] e a incansável marcha de seus participantes em busca de melhores condições de vida e trabalho [...]. Para reconstruir o itinerário dos imigrantes japoneses [...] é necessário entender o significado social e econômico da mobilidade espacial e identificar quais são os valores culturais acionados pelos nipônicos nesse processo.

Preocupadas com as perspectivas metodológicas do ofício do historiador, as autoras chamam a atenção para as ações dos sujeitos históricos focalizados desde as motivações que os levaram ao deslocamento até a produção de sentidos e significados que os mesmos atribuíram aos resultados do processo imigratório. Ao dialogarmos com Certeau (1995), reconhecemos que a operação histórica pode fabricar monopólios explicativos acerca do passado. A problematização levantada pelo referido autor no que tange ao ofício do pesquisador do campo da história se aproxima da afirmação de Trindade e Wawzyniak. Para que as complexas relações estabelecidas pelos nipônicos na América Latina se distanciem de versões simplificadoras e/ou celebrativas, elas precisam passar por análises atentas e sensíveis, que tratem as fontes documentais, as memórias instituídas e as narrativas históricas com o rigor necessário.

Partindo dessas contribuições teórico-metodológicas, procuramos trabalhar com distintos registros, os quais nos permitiram refletir acerca das representações que os imigrantes construíram de si e de outros, do seu lugar de origem e da terra de acolhida. Como nos alerta Chartier (2002, p. 15-18), as representações do mundo social são determinadas pelos interesses do grupo que as forjam. Dessa maneira, as percepções do social não são neutras, nem definitivas, pois elas podem ser ressignificadas pelas contingências de seus usos ou pela ação de forças sociais que as atravessam.

Levando em conta tais referenciais, lembramos que antes de chegar ao Paraguai a corrente imigratória empregada pelo povo japonês nas Américas inicialmente se concentrou nos Estados Unidos e Canadá. O descolamento da imigração japonesa para as nações latino-americanas começou na década de 1870, com México e Peru recebendo imigrantes para o desenvolvimento de atividades agrícolas (DEZEM, 2014).

Na situação de imigrante, a dinâmica agrícola trata da aquisição de terra, do processo de formação de sua identidade como agricultor, e conforma uma estratégia resultante das relações com seu país de origem numa “imigração tutelada” e eminentemente econômica:

É possível se verificar que no México, o objetivo do governo japonês é de plantar café e algodão em Chiapas; no Peru o fim era de colonizar terras na região amazônica, assim, como a Colômbia e o Paraguai estão dentro do mesmo esquema (SAKURAI, 2000, p. 81).

Mesmo que os países da América Latina estivessem abertos economicamente à imigração japonesa, o fluxo passa a aumentar exponencialmente quando os Estados Unidos suspendem definitivamente em 1924 o acordo informal nipo-americano *gentlemen's agreement*, que na realidade nunca foi ratificado pelo Congresso norte-americano desde suas primeiras tratativas em 1907.

Com relação à presença dos japoneses na América Latina, esta se estabelece de modo geral em três modalidades (KASAMATSU, 2011a, p. 44-45): a primeira trata dos trabalhadores que vieram com contratos de trabalho em fazendas ou companhias agroindustriais; a segunda foi organizada em forma de colônia e administrada por companhias de emigração estatal vindas do Japão, agências do governo japonês; e a terceira refere-se ao fluxo individual de imigrantes.

A imigração japonesa aos países da referida região tem especificidades que estão condicionadas aos respectivos lugares de destino, ao mesmo tempo em que muitas vezes se assemelham por relações de fluxos, de períodos, de modalidades, de relações econômicas e de políticas estipuladas por acordos estabelecidos pelo Departamento de Emigração do Ministério das Relações Exteriores do Japão<sup>5</sup>, como parte da política de modernização do Estado:

Con el período *Meiji* (1868-1912), se inició la modernización y apertura de Japón hacia Occidente y la sociedad entera fue sometida a un proceso de transformación acelerada. [...] La modernización en los servicios públicos de salud e higiene fueron esenciales para mejorar las condiciones de vida en general. Entre 1872 y 1912, la

---

5 Departamento criado em 1891 durante a Era *Meiji*. “[...] As denominações das épocas com que se marca a passagem do tempo no Japão são designadas a partir de 1868, com a ascensão de um novo imperador. O nome escolhido é retirado dos poemas clássicos chineses e referem-se aos bons desígnios para o reinado. Assim, *Meiji* significa ‘governo iluminado’” (ONAHA, 2018, p. 90).

población creció de 34,8 a 50,1 millones y en las décadas siguientes se mantuvo una tasa de crecimiento constante y una sobrepoblación que el mercado laboral era incapaz de absorber (MORIMOTO, 2004, p. 4).

E na conjuntura específica de envio dos seus emigrantes para o Brasil, por exemplo, entre 1908 até o início da Segunda Guerra Mundial, o fluxo imigratório cresceu anualmente no país, chegando “ao ponto de 190.000 pessoas” (MOTOYAMA, 2011, p. 27).

Importante destacar que o modelo de imigrações individuais ao Brasil, após sucessivas chegadas de trabalhadores com contrato temporário, foi se modificando para o fim do estabelecimento em forma de assentamento de colônias agrícolas e com o apoio de agências estatais do Japão.

No entanto, o período em que Getúlio Vargas esteve à frente da presidência da República (1930-1945) foi identificado pela criação de restrições à entrada de imigrantes, com a implementação de políticas de nacionalização que atingiram as populações de origem estrangeira no país, sobretudo japoneses, alemães e italianos.

Entre os anos de 1930 e 1936, observou-se a promoção de um conjunto de debates e publicações relativos à imigração, articulados por parlamentares e intelectuais da época, tanto na esfera federal quanto em determinadas regiões do país, principalmente em São Paulo, “o estado com o maior número de japoneses”, como afirma Geraldo (2009, p. 187), em que a questão da assimilação desses imigrantes se constituía um problema:

Em *Raça e assimilação*, Oliveira Vianna (1932, p. 204-205) justificaria a sua opinião contrária à imigração japonesa, argumentando que, embora os *tests* de inteligência americanos indicassem a igualdade e, por vezes, mesmo sua superioridade ante as raças arianas, a imigração japonesa constituía um sério problema do ponto de vista da assimilação. Já Alfredo Ellis Junior tinha um ponto de vista favorável aos japoneses e, durante a discussão do seu projeto na Câmara paulista em 1926, buscou refutar a ideia de que permanecessem enquistados em suas colônias no estado de São Paulo (EL-DINE, 2016, p. 248).

De um modo geral, a presença japonesa em terras brasileiras passou a representar um problema político, pois tais indivíduos eram oriundos de uma nação imperialista. Além disso, sua condição racial de não branco também era mencionada recorrentemente, ao ponto de serem “considerados como indesejáveis” por não fazerem parte do fluxo de imigrantes “brancos europeus” (GERALDO, 2009, p.175). Por fim, eles ainda receberam a pecha de grupo de difícil assimilação, concentrados em núcleos coloniais fechados e pouco amistosos aos demais sujeitos da sociedade.

No bojo do discurso político, a Assembleia Constituinte de 1934 e o governo de Getúlio Vargas foram intensificando as medidas restritivas, com proibições que dificultavam a assimilação dos pioneiros japoneses dentro da política imigratória brasileira, conforme legislação representada no Quadro 1.

### Quadro 1 - Relação de Decretos de 1930-1934 da Política Imigratória Brasileira.

DECRETO	DISPOSTO	PUBLICAÇÃO
nº 19.482	Limita a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe, dispõe sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais, e dá outras providências.	12 de dezembro de 1930
nº 20.917	Revigora os arts. 1º e 2º do decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930, e dá outras providências.	7 de janeiro de 1932
nº 22.453	Limita, até resolução em contrário, a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de 3º classe, e dá outras providências.	10 de fevereiro de 1933
nº 24.215	Dispõe sobre a entrada de estrangeiros em território nacional.	9 de maio de 1934

Fonte: Elaborado com base nos dados coletados no Portal da Câmara dos Deputados<sup>6</sup>.

A política imigratória nacional sobre o controle da entrada de estrangeiros, especialmente em relação à comunidade japonesa que vinha crescendo anualmente, tinha como base os argumentos de:

[...] discursos divulgados pelos próprios parlamentares, que eram médicos, intelectuais e políticos, que participaram e atuaram em campanhas de restrição à imigração como, por exemplo, Arthur Neiva, Miguel Couto e Xavier de Oliveira (GERALDO, 2009, p. 181).

Observemos que, com menos de dois meses de governo, em dezembro de 1930, o presidente Getúlio Vargas apresentava a primeira medida em relação à entrada de estrangeiros em território nacional.

Com o decreto nº 19.482/1930, o governo atuou na política de ingresso no país, que ficou reduzida aos estrangeiros já domiciliados no Brasil e que viajavam ao exterior, aos solicitados por meio do Ministério do Trabalho para os serviços agrícolas, aos

<sup>6</sup> Fonte: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 01 ago. 2019.

portadores de “bilhetes de chamada” e aos estrangeiros agricultores, agrupados em famílias. Esta medida legal, que também incluía o cerceamento de atuação no trabalho para os estrangeiros:

[...] ficou conhecida como a “Lei dos 2/3”, segundo a qual empresas, associações, companhias e firmas comerciais deveriam apresentar, entre seus empregados, pelo menos dois terços de brasileiros natos. Na falta destes, a prioridade seria para os naturalizados e, por último, para os estrangeiros (GERALDO, 2009, p. 178).

Em continuidade à política de restrição, quanto à mobilidade estrangeira ao Brasil, o governo lança dispositivos legais, como estratégias de subjugação. Dois anos depois, o decreto nº 20.917 trata da entrada e permanência no território nacional e do pagamento monetário, sendo o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio o responsável pela execução dos dispositivos legais. Neste sentido, o novo decreto revigora os artigos 1º e 2º do decreto nº 19.482; “as disposições constantes dos arts. 1º e 2º e respectivos parágrafos”, e no artigo 2º, tratam da estadia estrangeira:

As quantias correspondentes, no mínimo, a dois e três contos de réis exigidas aos estrangeiros que, vindos ao Brasil, pretendam permanecer no país por mais de 30 dias, conforme estabelece o art. 2º do decreto n.º 19.482, podem ser a juízo do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio e em casos especiais, reduzidas, respectivamente, à metade (BRASIL, DECRETO nº 20.917, 1932).

O conteúdo desses decretos evidencia que as esferas políticas estaduais e federais pretendiam selecionar e conter as correntes imigratórias, a partir de determinações políticas, culturais e econômicas da sociedade.

Nesse movimento, três anos após o decreto nº 19.482/1930, o decreto nº 22.453, de 10 de fevereiro de 1933, limita, até resolução em contrário, a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de 3º classe, e dá outras providências.

A comunidade japonesa enfrenta limitações durante a política restritiva da entrada de estrangeiros, medidas que foram justificadas pela necessidade de garantir ao país a denominada “imigração dirigida”. No cenário das relações de poder, representadas pelos enfrentamentos e/ou negociações frente à política imigratória, o governo ora pendia para as demandas por povoamento e colonização do território brasileiro ainda inexplorado, ora reiterava em seus dispositivos legais as restrições motivadas por preocupações relacionadas ao tema da eugenia e da seleção dos desejáveis estrangeiros.

Nas primeiras décadas do século XX, os governos tinham uma perspectiva econômica advinda da “demanda das fazendas paulistas, que recebiam uma quantidade grande de trabalhadores japoneses” (GERALDO, 2009, p. 203). Ao observar as condições econômicas após a crise de 1929, o presidente Getúlio Vargas defendeu uma reavaliação

da legislação quanto à questão da densidade populacional e as necessidades da economia agrícola brasileira:

O chefe de Governo, por meio do Itamaraty, exerceu um importante papel para impedir que a restrição fosse destinada apenas a africanos e asiáticos, ou ainda que a imigração japonesa fosse proibida em sua totalidade. O deputado Xavier de Oliveira havia sido informado de que a emenda de sua autoria, com proibição de africanos e cota de 2% para asiáticos e que reunia mais de 130 assinaturas, apenas passaria na Comissão se abrangesse todos os imigrantes, devido a pressões feitas pelo Itamaraty. Depois de terem se certificado de que os imigrantes europeus não iriam atingir a cota, a nova emenda foi assinada [...] estabelecendo o sistema de cotas para todas as nacionalidades de imigrantes (GERALDO, 2009, p. 200).

As condições, sobretudo da problemática integração e a persistência de fatores de contenções imigratórias durante anos da política no Brasil, implicaram na promulgação da Lei de restrição ao estrangeiro no Brasil, a “Lei de controle de imigração”, sob a medida de cerceamento presente no decreto nº 24.215, de 9 de maio de 1934.

O decreto estipulava a limitação anual para cada nacionalidade, de dois por cento do número total dos respectivos membros já fixados no Brasil nos cinquenta anos anteriores à sua aprovação. Esse dispositivo legal suscitou debates na Assembleia Constituinte de 1934, polêmicas na imprensa e em publicações oficiais, que repercutiram nos discursos e medidas do próprio presidente Vargas. No texto do parágrafo 6º do artigo 121 da Constituição de julho de 1934, estava determinado que restrições deveriam ser impostas à entrada de estrangeiros com o objetivo de garantir a “integração étnica e capacidade física e civil do imigrante”.

As problemáticas da imigração e da integração já eram sinalizadas desde a criação e a manutenção da “Lei de cotas”, endossada também no artigo 151 da Constituição do Brasil outorgada em 10 de novembro de 1937.

A política imigratória do Brasil nos anos trinta somada à conjuntura internacional, “em que atos de repressões se tornaram frequentes, principalmente contra os estrangeiros de origem japonesa, alemã e italiana, considerados inimigos” (OMORU, 2014, p. 2), transformaram a situação dos sujeitos oriundos destes últimos países. As restrições de direitos de reunião, de associação, de livre circulação, de comunicação e ensino de suas línguas foram algumas das medidas adotadas contra esses grupos de imigrantes.

Diante desse cenário, a mobilidade japonesa para o Paraguai foi um desdobramento do conjunto de restrições adotadas pelo Brasil. Kasamatsu (2011b) e Motoyama (2011) esclarecem que, em princípio, o governo japonês não tinha intenção de enviar seus cidadãos ao país vizinho. Entretanto, no ano de 1934, a “Lei de cotas” promulgada pelo governo brasileiro, como esclarece Kasamatsu (2011b, p. 142), “afectó al plan trazado por el gobierno japonés, en lo referente a la política emigratoria de Japón que ya tenía previsto la emigración masiva a ese pais”.

Observemos que a presença japonesa e sua mobilidade relacionam-se à história das imigrações ocorridas nos referidos países. E, com efeito, foram iniciados em 1936 os preparativos para a primeira leva de cidadãos japoneses ao Paraguai. Neste mesmo ano, migraram do Brasil alguns japoneses com a incumbência de prospecção do território paraguaio.

A companhia japonesa de emigração no Brasil, denominada *Brasil Takushoku Kumiai* (BRATAKU), foi designada para efetivar as negociações do ingresso dos imigrantes japoneses no Paraguai: “en marzo de 1936 se instala una oficina de inmigración en la capital paraguaya con el nombre de Paraguay Takushoku Kumiai Parataku (PARATAKU) [...] con el propósito de la inmigración” (KASAMATSU, 2011b, p. 142).

Seria importante ressaltar que as companhias faziam parte de uma nascente política emigratória japonesa em caráter oficial sob diretrizes governamentais. Na relação político-econômica entre os dois países se forma a colonização pioneira com a implantação da colônia agrícola de japoneses, que contava com 132 famílias em 1936, a *La Colmeña*, atual cidade paraguaia localizada na província do *Alto Paraná*, a qual fez parte da primeira etapa da imigração no Paraguai, como afirma a historiadora nipo-paraguaia Kasamatsu (2011b, p. 142-143):

Debido a estos acuerdos y la época de ingreso de los inmigrantes, se puede clasificar el proceso en dos etapas fundamentales que son: antes y después de la Segunda Guerra. Primera etapa desde 1936 a 1941 y segunda etapa desde 1954 a 1970.

Acompanhando a trajetória acerca do processo emigratório do Japão e sua mobilidade do Brasil ao Paraguai, chamado de “remigração” pelos autores Kikumura-Yano (2002) e Nadalin (2000), observa-se quanto às migrações internacionais que o modelo de colonização organizada e administrada por convênios entre as companhias colonizadoras e agências do governo japonês remontou nesse país o *modus operandi* dos deslocamentos e permanências estabelecidos inicialmente no Brasil.

Importante destacar, primeiramente, que esse processo imigratório se estabeleceu mediante acordos governamentais, com a contrapartida do Japão contribuir para o desenvolvimento da agricultura no Paraguai. Ao considerar a realidade das atividades agrícolas, destaca-se que as relações e os atos políticos imigratórios foram amparados pela legislação paraguaia, como por exemplo, o *decreto ley nº 1.026/1936* assinado pelo presidente Rafael Franco: “[...] con ciertas medidas restrictivas en cuanto a la producción agrícola a la que debieron dedicarse los inmigrantes japoneses, a razón de 100 familias con fines de colonización y a título experimental” (KASAMATSU, 2011b, p. 143).

O segundo destaque trata da dimensão quanto ao movimento imigratório japonês nos países Brasil e Paraguai, como também em outros países da América Latina, como afirma Kasamatsu (2011a, p. 46): “La creciente participación de los japoneses y sus descendientes en el ámbito económico, geopolítico y social de la sociedad pan-americana es resultado de un proceso de largos años”.

Houve períodos de percalços para o povo japonês na América Latina, sobretudo no Brasil e Paraguai, acerca das ações de restrição à imigração, à permanência e aos seus direitos. O clima político de cerceamentos, no entanto, propiciou o recrudescimento nos objetivos de conformação da cultura identitária, na qual determinada comunidade busca a “verdade” sobre seu passado na “unicidade” de uma história e de uma cultura partilhadas. Esse passado é parte de uma “comunidade imaginada”, uma comunidade de sujeitos que se apresentam como sendo “nós” (WOODWARD, 2000, p. 16).

A conjuntura de restrição política no bojo do confronto entre a etnicidade japonesa e o nacionalismo brasileiro refletia na mentalidade do imigrante japonês que trazia, segundo Moriwaki (2008, p. 54) uma:

[...] imagem idealizada dos *nissei*<sup>7</sup>, criada pelo imigrante em meio à situação contraditória de o ensino da língua japonesa atingir seu apogeu em plena representação política, podemos perceber o estado de espírito do imigrante, que enaltecia a “formação do japonês” como sendo a sua filosofia de educação.

É interessante refletirmos acerca das conexões entre a educação e a cultura identitária, na qual se constata as representações e práticas sociais que viabilizam a ação contrária às proibições, como por exemplo, a estratégia de criação de instituições educativas por meio das associações japonesas durante esse momento.

A representatividade das instituições mantenedoras das atividades educativas de língua e cultura presente nesse cenário faz parte do movimento intensificado na política emigratória japonesa, articulada pelas relações de diplomacia e economia do Ministério de Assuntos Exteriores do Japão e direcionada aos países da América Latina, principalmente ao Paraguai.

### **3. As associações japonesas e a criação de uma rede de instituições educativas**

Ao abordarmos as condições que impulsionaram o projeto político de emigração do governo japonês nos países da América Latina, identificamos os fenômenos de “guerras internas e externas, de instabilidade econômica, de êxodo rural e de altas taxas de desemprego” (MOTOYAMA, 2011, p. 24).

Por outro lado, o Paraguai, principalmente sob os aspectos das mudanças “na agricultura, na economia e as políticas de incentivo de formação de colônias no interior do país” (FERRARI; MIZUSAKI, 2012, p. 63), configurou uma imigração legitimada pelo Estado, que buscou na diversidade populacional e em seus desdobramentos a expansão territorial e econômica de suas áreas rurais.

Com o fim de compreender a mobilidade internacional dos japoneses, vale destacar o fenômeno da sua imigração na sociedade paraguaia, que se fez presente,

---

7 Descendentes da segunda geração.

por exemplo, com a chegada de companhias estatais e agências governamentais japonesas, que serviram de apoio ao desenvolvimento do trabalho no campo e a formação educacional. Portanto, a instituição que organizava a instalação, a vida cotidiana da comunidade e dos sujeitos era primeiramente a própria companhia de emigração:

La formación de la *Colonia La Colmeña* tiene un hito histórico, el 15 de mayo de 1936 con la instalación de la *Parataku* en el territorio. [...] se oficializa como la fecha de la fundación de la primera colonia japonesa en el *Paraguay* [...]” (KASAMATSU, 2011b, p. 143).

No amparo à colonização as negociações econômicas e políticas eram realizadas também pelas autoridades da *Parataku* junto ao *Departamento de Tierras y Colonizaciones* dependente do *Ministerio de Agricultura* do país, que estabeleciam o projeto de colonização, como no caso da *Resolución n° 436/1936*: “los inmigrantes japoneses pueden cultivar además de los productos de la exportación, otros cultivos domésticos que sean de utilidad local” (KASAMATSU, 2011b, p. 143).

O cenário político paraguaio apresentava, através das leis e de acordos com o Japão, a ênfase na articulação econômica do trabalho agrícola, e também na formação educativa, por meio de convênios que propiciavam o apoio técnico agrícola e capacitação no campo direcionado aos emigrantes e seus descendentes.

Convém destacar esses convênios para a formação na educação em particular, pois eram articulados no interior das associações responsáveis pela infraestrutura e organização das colônias. Elas possuíam relevante papel porque promoviam as práticas sociais de integração com a criação de parcerias, de atividades e de subsídios, por exemplo, dirigidos às instituições responsáveis pela educação dos sujeitos imigrantes. E estavam distribuídas em rede pelo país, de maneira a construir suas perspectivas identitárias na sociedade de acolhimento.

Conforme Kasamatsu (2004, p. 247), as colônias podiam contar com “una infraestructura adecuada: instituciones educacionales, la Asociación Japonesa, cooperativas, construcción y pavimentación de calles y plazas [...]”. No entanto, somente no cenário dos anos 1950 e princípios de 1960, ou seja, na segunda leva imigratória ao Paraguai, o governo japonês institucionalizou os subsídios às colônias por meio da “*Corporación de Servicios Emigratorios de Ultramar* (KAIKYOREN) que mais tarde, na década de 1970, se transformou na *Agencia de Cooperación Internacional de Japón* (JICA)” (KASAMATSU, 2011a, p. 44).

No processo da mobilidade espacial do imigrante, as colônias representadas por associações espalhadas pelo país cumpriram o papel de aglutinação da comunidade japonesa, principalmente no período entre 1936 e 1956, ou seja, até a fundação da *Federación de Asociaciones Japonesas del Paraguay*. Pode-se dizer que elas passaram duas décadas fomentando as relações em busca de uma socialização dos imigrantes e da resolução de

políticas em seu campo de atuação, tanto na comunidade interna quanto na sociedade paraguaia. De fato, as colônias e as associações possuíam entre as suas funções “recriar aqui uma sociedade, uma comunidade rural aos moldes do Japão (um mini Japão), para poder viver em espaço estrangeiro” (MORIWAKI, 2008, p. 38).

Ao longo da trajetória, as associações japonesas, por meio das suas práticas, propuseram um modelo de organização social e circulação dos sujeitos imigrantes internamente em sua comunidade, como também em outros espaços da sociedade paraguaia. Nesse modelo de organização, foram criadas instituições educativas singulares em suas práticas e representações culturais, com o objetivo de estimular os estudos da língua e garantir a formação descendentes.

Durante a pesquisa, encontramos os registros de dez associações japonesas distribuídas pelo país, das quais selecionamos cinco (Quadro 2) que possuíam instituições educativas e relações de integração com a presença de estudantes nipo-brasileiros nas instituições nipo-paraguaias:

**Quadro 2** – Relação das associações japonesas e as instituições educativas.

<b>Associação Japonesa<sup>8</sup></b>	<b>Fundação</b>	<b>Instituição Educativa</b>	<b>Localização</b>	<b>Área</b>
<i>1. Asociación Cultural Paraguayo-Japonesa de La Colmeña</i>	1936	<i>Escuela de Idioma Japonés de La Colmeña</i>	<i>La Colmeña</i>	Rural
<i>2. Asociación Japonesa del Amambay</i>	1956	<i>Escuela Japonesa de Amambay</i>	<i>Pedro Juan Caballero</i>	Urbana/ Rural
<i>3. Asociación Japonesa de Yguazú</i>	1963	<i>Escuela de la Lengua Japonesa de Iguazú</i>	<i>Yguazú</i>	Rural
<i>4. Asociación Japonesa Ciudad del Este</i>	1968	<i>Escuela Japonesa de Ciudad del Este</i>	<i>Ciudad del Este</i>	Rural

<sup>8</sup> As Associações Japonesas mantêm as suas instituições educativas localizadas internamente entre seus departamentos, chamada de Departamento Escolar (*Gakkuen*). Na década de 1950, ocorreu a organização das associações articuladas na *Federación de Asociaciones Japonesas del Paraguay*.

Associação Japonesa <sup>8</sup>	Fundação	Instituição Educativa	Localização	Área
5. <i>Asociación Japonesa del Amambay</i> - Sucursal Capitán Bado	1989	<i>Escuela Japonesa de Capitán Bado</i>	<i>Capitán Bado</i>	Rural

Fonte: Elaborado com base nos dados coletados no Portal da *Federación*<sup>9</sup>.

Ao analisarmos as práticas desenvolvidas por essas instituições educativas, percebemos que as associações japonesas valorizavam os benefícios simbólicos da educação tanto como meio de interação entre os diferentes agentes da comunidade japonesa quanto como estratégia do grupo étnico para sua inserção no Paraguai.

Destacamos as instituições educativas em suas respectivas regiões administrativas no Paraguai: 1) *Escuela Japonesa de La Colmeña*, localizada no departamento de *Paraguari*; 2) *Escuela Japonesa de Amambay*, localizada na cidade de *Pedro Juan Caballero*, capital de *Amambay*, constitui uma conurbação internacional com a cidade brasileira de Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul; 3) *Escuela de la Lengua Japonesa de Yguazú* localizada na cidade *Yguazú* em *Alto Paraná*; 4) *Escuela Japonesa de Ciudad del Este*, na cidade de *Ciudad del Este*, também localizada no *Alto Paraná*; e, por fim, a 5) *Escuela Japonesa de Capitán Bado*, localizada no departamento de *Amambay* noroeste, região que faz divisa com o Brasil.

As associações japonesas, como mantenedoras dessas instituições, foram as responsáveis pela formação educativa do grupo, das práticas culturais e das “estratégias de construção de identidades” (TRINDADE; WAWZYNIAK, 2011, p. 2). Para tal, articularam práticas inspiradas nas experiências de uma determinada situação histórica, como por exemplo, a peculiaridade da imigração e da organização da vida em colônias, as quais promoviam em seu território e em seu cotidiano, um espaço destinado a ser a “escola de japonês”. Considerando as referidas especificidades, concordamos com as reflexões de Thompson (1981, p. 180-182) sobre as experiências humanas. Homens e mulheres vivem as situações históricas de forma complexa e intensa, respondendo a anseios individuais e coletivos conforme as demandas e possibilidades de ação. Na condição de sujeitos históricos, se constituem culturalmente no interior de tais experiências.

As denominadas “escolas de japonês” (MORIWAKI, 2008, p. 46-49), aqui apropriadas como “instituições educativas”, desenvolveram práticas culturais representativas do país de origem concomitantemente ao ensino da língua, desempenhando tanto a função

9 Fonte: <http://www.rengoukai.org.py/index.html>. Acesso em: 01 ago. 2019.

de espaço de sociabilidade para a comunidade de imigrantes quanto de organização coletiva perante a sociedade adotada. Nesse sentido, tais instituições constituíram “[...] um símbolo pela própria relação entre um espaço novo, recortado no tempo e um *modus operandi* que fabricam ‘cenários’” (CERTEAU, 1982, p. 16).

O estudo do cotidiano escolar demanda maior aprofundamento acerca de seus aspectos intrínsecos, incluindo as práticas de ensino e a problematização do ambiente educativo sob a perspectiva da cultura. Ao destacar como os processos históricos são construídos de forma dinâmica, a partir de determinadas estruturas políticas e sociais, Thompson (2001, p. 258-261) chama nossa atenção para as vicissitudes que interferem na atuação de indivíduos ou grupos. No caso da imigração focalizada, para analisarmos a organização da vida escolar, devemos levar em conta as especificidades da composição identitária japonesa no Paraguai, dos valores próprios, das normativas e da sua consciência social. Acrescentando as contribuições de Chartier (2002) sobre o conhecimento histórico, a análise das representações do mundo forjadas pelos integrantes desse grupo deve passar, ainda, pela compreensão das intencionalidades que envolvem as narrativas construídas em relação ao passado.

As expressões manifestadas nas práticas culturais envolviam “estratégias de educação” (WAWZYNIAK, 2004, p. 73) tanto nas vivências das famílias presentes nas colônias japonesas quanto nas relações com a sociedade paraguaia. Convém mencionar que as instituições educativas faziam parte dos projetos socioculturais desses imigrantes em sua nova terra; nelas foram desenvolvidos processos formativos organizados por meio dos departamentos escolares, os quais eram mantidos pelas associações japonesas.

Importante ressaltar que no âmbito da educação se constituíam as relações políticas que implicaram na expansão gradativa da presença japonesa em instituições educativas em distintas colônias na sociedade paraguaia.

Conforme Moriwaki (2008, p. 95), não somente no Paraguai, como também em outros países na América Latina, a visão do imigrante se direcionava “para a educação dos seus filhos e preocupada com os valores japoneses”, provavelmente porque a educação dos descendentes incluía não só práticas da cultura japonesa, mas ainda, a marca da consciência de ser filho de imigrante, justamente configurando a noção étnica.

Esse grupo, porém, tinha no professor a figura de um sujeito na situação das múltiplas identidades, que ao mesmo tempo era o responsável pela representação da sua coletividade. Podemos compreender que a condição de imigrantes e de professores nesse período contribuiu para inseri-los como agenciadores de relações e interações entre o seu grupo de imigrantes e a sociedade de acolhimento, por meio da representatividade da sua cultura e do ensino da língua aos descendentes nipo-paraguaios.

Nesses termos, apesar dessa corrente imigratória japonesa ocorrer em vários países da América Latina, a abordagem histórica das instituições educativas no Paraguai tem a relevância acerca de uma escolarização complexa. Primeiramente pelas dimensões dos espaços e dos sujeitos, porque embora não apresentassem as condições para se construir uma escola, houve registros da implementação da

educação dentro da estrutura social da colônia com “ensino de história do Japão, educação moral, educação física, caligrafia em pincel, artes, música, *undôkai*<sup>10</sup>, *gakugueikai*<sup>11</sup>” (MORIWAKI, 2008, p. 110). Em segundo lugar, havia a iniciativa de alguns imigrantes que exerceram a presença do professor leigo<sup>12</sup> no interior da colônia, com o intuito da “formação do japonês” (MORIWAKI, 2008, p. 35-36) e da educação dos descendentes a partir do ideário de um retorno ao Japão.

Outro fator importante para a educação na comunidade, as próprias companhias de emigração junto ao governo inseriam nas bases estruturais da colônia um espaço físico para o ensino com a presença de uma escola. Como testemunha Kasamatsu (2011b, p. 144-145): “La educación en el idioma japonés, que era la prioridad para las autoridades y padres, se há desarrollado dentro de una estricta disciplina por los profesores venidos desde el Japón y más algunos de formación local”.

Mediante tais indícios, observa-se que a escolarização teve início paralelamente à organização de suas vidas na colônia, como iniciativa para a expansão das instituições educativas dentro da comunidade japonesa e mais tarde se faz presente na sociedade de acolhimento.

#### 4. Considerações Finais

O processo histórico e político brasileiro dos anos 1930 que antecede a mobilidade japonesa ao Paraguai teve influência nas medidas adotadas pelas instituições governamentais, responsáveis pela emigração japonesa e pela mudança no fluxo imigratório ao país vizinho.

Por conseguinte, depreenderam-se olhares sobre as intersecções entre os dois países, mediante as articulações de políticas imigratórias promovidas por instituições estatais, sociais e educativas na concretização do projeto de vida imigrante na sociedade de acolhimento e a presença japonesa na América Latina, especialmente na “*remigração*” do Brasil ao Paraguai, com a participação do próprio governo japonês.

Vale destacar esse fenômeno da imigração condicionado às instituições governamentais japonesas e suas relações de apoio ao desenvolvimento do trabalho no campo, na aquisição, na administração da terra, na formação educacional dos japoneses e seus

---

10 *Undôkai* é um campeonato poliesportivo realizado uma vez por ano na escola ou na comunidade com a participação de todos (MORIVAWAKI, 2008, p. 110).

11 *Gakugueikai* é uma apresentação artística apresentada uma vez por ano, em que todos os alunos participam cantando, tocando, dançando, encenando individualmente ou em grupo (*Idem*).

12 O “professor leigo” se fez presente em diversos países da América Latina na década de 1930 no ensino público e no ensino realizado no interior dos grupos estrangeiros, conforme explica Monlevade (2001, p. 13): “Na realidade os professores/as ou “lente” [grifo do autor] das cadeiras dos Liceus eram clérigos ou profissionais liberais, formados em áreas afins ou simplesmente detentores pela prática de determinado conhecimento. Um médico lecionava biologia, um advogado história, um engenheiro lecionava matemática e um cidadão nascido na Itália ou França italiano ou francês”.

descendentes. Segundo Moriwaki (2008), além das instituições, os próprios sujeitos promovem estratégias para a construção de representações sociais, práticas culturais e de nova vida cotidiana no país de acolhimento.

A circulação dos sujeitos na situação de imigrante e na constituição de suas instituições na sociedade paraguaia certamente formulou um processo de escolarização dos japoneses e de seus descendentes, paralelamente ao contexto da sua mobilidade espacial. A representatividade das associações japonesas era expressa, por sua vez, nas suas instituições educativas que empreendiam práticas culturais e representações da tradição da comunidade, ao mesmo tempo em que investiam na educação e na “formação do bom japonês” para o mundo.

A preservação da tradição mediante a educação, por parte dos sujeitos imigrantes, das associações e instituições educativas, tratou de uma perspectiva que revela as estratégias adotadas por essas famílias em busca contínua pela reconstrução de sua cultura de origem e do papel dos nipo-paraguaios na manutenção da tradição e do compromisso de representação da sociedade japonesa em um espaço estrangeiro. Considerando os referenciais teórico-metodológicos adotados (CERTEAU, 2003; CHARTIER, 2001; THOMPSON, 1981) e as contribuições dos trabalhos acadêmicos supracitados, identificamos nos registros das associações e instituições educativas a construção de narrativas sobre o passado que remetem a uma determinada realidade social dada a ler, as quais apresentam experiências individuais e coletivas entrecortadas por uma operação histórica que evidencia o lugar e a função de seus autores.

Dessa forma, a interlocução sobre a imigração e a escolarização japonesa promoveu um cenário constituído de profícuos estudos das dimensões políticas e culturais para a concepção de novos caminhos na história do processo migratório focalizado e da respectiva educação de seus membros. A pesquisa teve como enfoque o diálogo a respeito da mobilidade espacial entre os países Japão, Brasil, o Paraguai, considerando-se ainda a remigração entre os dois últimos países, na qual também ocorreu dos japoneses, suas instituições estatais de emigração e associações culturais articularem estratégias de educação e de construção de identidades na sociedade paraguaia.

## 5. Referências

BRASIL. Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930. Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1930.

**Diário Oficial da União** - Seção 1 - 19/12/1930, Página 22585 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19482-12-dezembro-1930-503018-republicacao-82423-pe.html>. Acesso em: 01 ago. 2019.

BRASIL. Decreto nº 20.917, de 7 de janeiro de 1932. Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1932. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 13/1/1932, Página 673 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20917-7-janeiro-1932-508996-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01 ago. 2019.

- BRASIL. Decreto nº 22.453, de 10 de fevereiro de 1933. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 14/2/1933, Página 3052 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22453-10-fevereiro-1933-509547-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01 ago. 2019.
- BRASIL. Decreto nº 24.215, de 9 de maio de 1934. Rio de Janeiro, 9 de maio de 1934. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 18/5/1934, Página 9451 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24215-9-maio-1934-557900-publicacaooriginal-78647-pe.html>. Acesso em: 01 ago. 2019.
- BRASIL. CONSTITUIÇÃO (1934). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1934.
- BRASIL. CONSTITUIÇÃO (1937). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1937.
- CHARTIER, Roger. As práticas da história. In: \_\_\_\_\_. **Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit**. Porto Alegre: ARTMED, 2001, p. 161-186.
- \_\_\_\_\_. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CERTEAU, Michel de. Fazer história. In: \_\_\_\_\_. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 31-64.
- \_\_\_\_\_. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- \_\_\_\_\_. A cultura na sociedade. In: \_\_\_\_\_. **A cultura no plural**. 3. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2003, p. 191-220.
- DEZEM, Rogério. O início da imigração japonesa para a América Latina: um breve histórico. **Revista de Estudos Brasileiros**, Osaka, v. 10, p. 121-145, 2014.
- EL-DINE, Lorenna Ribeiro Zem. Eugenia e seleção imigratória: notas sobre o debate entre Alfredo Ellis Junior, Oliveira Vianna e Menotti Del Picchia, 1926. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 23, supl., p. 243-252, dezembro 2016.
- GERALDO, Endrica. “Lei de Cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 15, n. 27, p. 171-212, segundo semestre 2009.
- FERRARI, Carlos Alberto; MIZUSAKI, Márcia Yukari. Expansão do capital e apropriação territorial na fronteira Brasil-Paraguai: considerações a partir da análise da situação. In: PEREIRA, Jacira Helena do Valle; *OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de*. **Migração e integração: resultados de pesquisas em Mato Grosso do Sul**. Dourados/MS: UFGD, 2012.
- KASAMATSU, Emi. Origen y evolución de la inmigración japonesa en el Paraguay. In: MOTOYAMA, Shozo. **A presença japonesa na América Latina**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2011, p. 139-166.

- \_\_\_\_\_. **Historia de la Asociación Panamericana Nikkei, presencia e inmigración japonesas en las Américas.** Arte Nuevo: Assunción-Paraguay, 2005.
- \_\_\_\_\_. Paraguay: las cooperativas agrícolas en el boom de la soja. In: MORIMOTO, Amélia; ARAKI, Raúl; FREITAS, Sonia Maria de [et al]. **Cuando Oriente llegó a América:** contribuciones de inmigrantes chinos, japoneses y coreanos: Washington, D.C., Banco Interamericano de Desarrollo, 2004, p. 1-12.
- KASAMATSU, Felix Singo. La contribución de los japoneses y sus descendientes en las Américas. In: MOTOYAMA, Shozo. **A presença japonesa na América Latina.** São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2011, p. 41-60.
- KIKUMURA-YANO, Akemi. **Encyclopedia of Japanese descendants in the Americas: an illustrated History of the Nikkei.** Walnut Creek, Calif: AltaMira Press, 2002.
- MONLEVADE, João. **13 Lições sobre fazer-se educador no Brasil.** Brasília: Idea Editora. 2001.
- MORIMOTO, Amélia; ARAKI, Raúl; FREITAS, Sonia Maria de [et al]. **Cuando Oriente llegó a América:** contribuciones de inmigrantes chinos, japoneses y coreanos: Washington, D.C., Banco Interamericano de Desarrollo, 2004.
- MORIWAKI, Reishi; NAKATA, Michiyo. **História de Ensino da Língua Japonesa no Brasil.** São Paulo: Editora da UNICAMP, 2008.
- MOTOYAMA, Shozo. Introdução. In: \_\_\_\_\_. **A presença japonesa na América Latina.** São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2011, p. 19-40.
- NADALIN, Sérgio Odilon. **Imigrantes de origem germânica no Brasil:** ciclos matrimoniais e etnicidade. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.
- ONAHA, Cecília. Una invitación al estudio de la historia del Japón: de sushi, bonsái, samurái, karaoke y Pokemon. In: \_\_\_\_\_.; PFOH, Emanuel; LANARE, Luciano (coord.). **Invitación al estudio de la historia de Asia y África.** La Plata: Universidad Nacional de La Plata; La Plata: EDULP, 2018, p. 88-109.
- OMORU, Selma de Araujo Torres. Memórias sobre tensões, preconceitos e violências vividos pelos imigrantes japoneses durante o processo de nacionalização do ensino em Registro/SP (1938-1945). In: XXII ENCONTRO ESTADUAL DA ANPUH-SP, 2014, SANTOS. **Anais...** Santos: ANPUH, 2014.
- PARAGUAY. **Decreto ley nº 1.026 del 17 de febrero de 1936.** Assunción-PY, Republica del Paraguay, 1936.
- PARAGUAY. **Resolución nº 436 del 13 de junio de 1936.** Assunción-PY, Republica del Paraguay, 1936.
- SAKURAI, Célia. **Imigração tutelada:** os japoneses no Brasil. 2000. 191 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280717?mode=full>. Acesso em: 08 abr. 2020.

- THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- \_\_\_\_\_. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Organização Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 227-267.
- TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; WAWZYNIAC, Sidinalva Maria dos Santos. Japoneses em marcha: mobilidade territorial e reconstrução social. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 2004, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011.
- WAWZYNIAC, Sidinalva Maria dos Santos. **Histórias de estrangeiro: passos e traços de imigrantes japoneses (1908-1970)**. 2004. 193 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1884/19142>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 7-69.

# ASSIMILAÇÃO E IDENTIDADE EM HIROSHI SAITO <sup>1 2</sup>

## ASSIMILATION AND IDENTITY IN HIROSHI SAITO

*Aline de Sá Cotrim*<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo objetiva analisar a abordagem do sociólogo Hiroshi Saito sobre imigração japonesa no Brasil a partir de três artigos publicados entre 1947 e 1953. A categoria chave do autor é a assimilação, comum na época dentre os estudos de imigração para expressar a adequação dos migrantes à sociedade receptora. Saito busca compreender se e como a assimilação estava se desenvolvendo, quais eram as reações a ela, e de que forma ela influenciava a personalidade dos imigrantes. Ele encontra, por exemplo, entre diferentes gerações de imigrantes japoneses um grupo composto de pessoas que não se identificavam como japoneses nem brasileiros, caracterizado por ele como “marginal”, conceito este que podemos relacionar à própria trajetória pessoal de Saito. **Palavras-chaves:** Hiroshi Saito. Assimilação. Imigração Japonesa. Imigrante Marginal. História das Ciências Sociais.

**Abstract:** This article aims to analyze the approach of the sociologist Hiroshi Saito on Japanese immigration in Brazil from three articles published by him between 1947 and 1953. The key category for him is the assimilation, common at that moment among the immigration studies to express the adequacy of the migrants to the receiving society. Saito seeks to understand if and how assimilation was developing, what were the reactions to it, and how it influenced the personality of immigrants. He discovers between different generations of Japanese immigrants, for example, a group composed of people who did not identify themselves neither as Japanese nor as Brazilians, characterized by him as “marginal”, a concept that we can relate to Saito’s own personal trajectory.

**Keywords:** Hiroshi Saito. Assimilation. Japanese Immigration. Marginal Immigrant. History of Social Sciences.

---

1 Artigo submetido em 04/11/2019 e aprovado em 16/04/2020.

2 Esta pesquisa é parte da minha dissertação de mestrado defendida em 2016 no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (COC), e teve apoio da bolsa FIOCRUZ.

3 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC), do CPDOC FGV. Mestre em História das Ciências e da Saúde pelo Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (COC); adscotrim@gmail.com. (ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-7991-5243>).

## 1. Introdução

A imigração japonesa foi um dos movimentos migratórios mais importantes da história do Brasil, porém a capacidade de adaptação destas pessoas à sociedade brasileira foi constantemente questionada desde seu início em 1908. Este contexto gerou inúmeros estudos na área de Ciências Sociais entre as décadas de 1940 e 1960, que investigavam como acontecia o processo de assimilação dos estrangeiros ao novo local de moradia e a relação com a comunidade local.

Entre estes estudos, temos os do sociólogo Hiroshi Saito (1919-1983), com dados, entrevistas e conceitos que investigam a inserção dos japoneses e mostram benefícios que eles traziam para o país. Ao analisar este processo de assimilação, Saito identifica exemplos de reações contra e que nem todos estavam no mesmo estágio deste processo. Este é o caso do grupo intermediário, composto nem de idosos nem de jovens, caracterizado por ele como “marginal”, conceito que podemos relacionar a própria trajetória pessoal de Saito.

Considerando isso, trago aqui três artigos onde fica clara a análise de Saito sobre a relação entre o processo de assimilação e a definição de imigrante marginal. Primeiro, apresentarei quem foi Hiroshi Saito, as principais obras e a definição do conceito de assimilação. Segundo, analisarei seu artigo publicado em coautoria com Emilio Willems, sobre a sociedade secreta Shindô-Renmei. Na sequência, trato de um artigo sobre os casos de suicídio entre os imigrantes japoneses. Por último, um texto escrito em coautoria com o japonês Seiichi Izumi, onde eles apontam uma camada de imigrantes japoneses como “marginais”. Os três artigos foram escritos quando Saito ainda era estudante de Ciências Sociais e seus estudos se conectavam com os seus questionamentos pessoais. Sendo assim, na conclusão, conecto as análises de Saito com sua história de vida, e argumento que seu próprio processo de assimilação influenciou tanto sua identidade de imigrante japonês, como de sociólogo brasileiro.

## 2. Hiroshi Saito: vida e obra

Nascido em Uriuno, no Japão, Hiroshi Saito imigra para o Brasil com a família em 1933 (CASTRO, 1994). Entre 1933 e 1935, Saito fez um curso na Escola Agrícola M'Boy, em São Paulo, que era tida como “assimilacionista” e objetivava formar uma elite especializada para administrar as colônias agrícolas. Ela ensinava história e geografia do Brasil, português, japonês, legislação e contabilidade agrícola, e agricultura em geral (TANIGUTI & JESUS, 2012).

No início da década de 1940, Saito conhece o sociólogo Emilio Willems (1905-1997), de quem foi informante em suas pesquisas. Em 1947, Saito entra como aluno na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), onde se forma em 1951. Ele faz ali o mestrado em Ciências Sociais entre 1954 e 1956, sob a orientação de Donald Pierson (1900-1995), e defende o doutorado em economia, em 1960, na Universidade de Kobe,

no Japão. Saito teve papel ativo na comunidade japonesa, sendo um dos fundadores do Centro de Estudos Nipo-Brasileiros (CEBN), em 1965 (CASTRO, 1994).

No momento de entrada de Saito na universidade, havia no Brasil, e em outros lugares do mundo, algumas concepções diferentes da forma como se deveria estudar e fazer sociologia. Na ELSP, a sociologia era concebida de forma pragmática, formando quadros técnicos para o estudo e intervenção política na comunidade analisada. O foco da instituição pairava justamente sobre a pesquisa empírica e seguia um modelo norte-americano, principalmente no que concernia às contratações de professores estrangeiros. Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), da Universidade São Paulo (USP), por outro lado, prevalecia a preocupação com uma formação mais “filosófica”, voltada para reflexões teóricas e gerais, e tinha uma forte influência do modelo francês de ensino. Ela tinha por objetivo principal formar uma elite de professores para a educação básica e acadêmicos que pensassem a sociedade brasileira (LIMONGI, 1989, pp. 220-222; COTRIM, 2016).

Um dos seus livros mais conhecidos é *O Cooperativismo na Região de Cotia: estudo de transplantação cultural* (1956), que possui uma segunda edição de 1964. O livro traz uma pesquisa realizada por meio de entrevistas e análise de dados, e objetiva investigar como o cooperativismo foi trazido da cultura japonesa para a brasileira e implantado na colônia japonesa de Cotia (SP), pensando as condições de estabelecimento dos imigrantes no Brasil, a relação com moradores locais, as mudanças dos padrões culturais (COTRIM, 2016).

Saito publicou também o livro *O japonês no Brasil: estudo de mobilidade e fixação* (1961), uma análise abrangente dos processos de deslocamento e estabelecimento dos japoneses no país com base em pesquisas realizadas por ele. Neste, ele aborda as características da adaptação do imigrante no Brasil, especialmente a adaptação física e ao meio, que teria auxiliado a mobilidade social, espacial e ocupacional destes indivíduos. Esta mobilidade, segundo Saito, seria uma comprovação da assimilação dos imigrantes à sociedade brasileira, pois o mesmo processo era encontrado entre os brasileiros na década de 1950<sup>4</sup>.

Ainda, destaco o livro *Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil*, organizado por Saito e Takashi Mayeama, em 1973. O trabalho possui artigos de vários cientistas sociais brasileiros e estrangeiros, como Tomoo Handa, Zempati Ando, Teiki Suzuki, Ruth Cardoso e Egon Schaden. Os textos são sobre temas que circundam a imigração japonesa, como a sua história, o desenvolvimento econômico, a religião e a adaptação, além de artigos que comparam a aculturação de alemães e japoneses no país.

Em seus estudos, Saito tinha uma preocupação comum: o processo de assimilação dos imigrantes japoneses. Como eles estavam se integrando à sociedade brasileira,

---

4 Donald Pierson ao resenhar o livro afirma que ele revelava “a vantagem metodológica de serem combinadas, em trabalhos de pesquisa, a intimidade e a objetividade” (1961, p. 165). O primeiro lhe traria a experiência (visto que Saito era um imigrante japonês), e o segundo traria o olhar realista perante a sociedade adquirido em seus anos de estudos.

e os traços culturais que estavam abandonando e adotando para tal. Ele define que este o processo é a:

Transformação em que a comunidade, caracterizada no início pela reconstituição de elementos e padrões japoneses, passa depois a vincular-se intimamente à sociedade dominante, apresentando simultaneamente o caráter de ambas as culturas. (SAITO, 1961, p. 212)

Em outras palavras, o indivíduo que passou pelo processo de assimilação teria marcas das culturas com as quais teve contato intenso, mesmo que a cultura hegemônica estivesse mais presente no seu dia-a-dia, criando, assim, uma nova cultura. Este processo aconteceria de formas distintas entre as diferentes gerações de imigrantes, pois para a população mais nova ele seria menos difícil, visto que ela teria menos contato com a sua cultura de origem e menos traços a serem abandonados.

O processo de assimilação, para Saito, segue o modelo concebido por Robert Park e Ernest Burgess (2014), dividido em quatro etapas: competição, conflito, acomodação e assimilação. A *competição* é a “luta pela existência” e passa despercebida na maior parte do tempo. Em momentos de crise, quando os indivíduos estão conscientes da busca pelo controle das condições de sua vida, há o *conflito*. A mudança da *competição* para o *conflito* pode ser descrita como um *processo político*, podendo levar a momentos de mudança, como guerras ou eleições, com tomadas de decisões, que, se aceitas, é encerrado o conflito chegando-se à *acomodação*. Esta etapa “é o processo através do qual os indivíduos e grupos fazem os ajustes internos necessários para as situações sociais que foram criadas pela competição e conflito” (PARK & BURGESS, 2014, p. 131), estabelecendo um novo *modus vivendi*. A *assimilação*, último nível do processo, implica em mudanças mais profundas na sociedade, levando à transformação gradual das personalidades sob o contato mais íntimo e concreto (PARK & BURGESS, 2014). Esta concepção do processo de assimilação do imigrante aparece nos estudos de Saito, ao interpretar a interação do japonês com a cultura brasileira, contudo, para ele, o resultado final seria um indivíduo em contato com ambas as culturas, com um equilíbrio entre elas (COTRIM, 2016).

### 3. A pesquisa sobre a Shindô-Renmei

Em 1947, no mesmo ano em que inicia os seus estudos na ELSP, Saito publica um artigo na revista *Sociologia* em coautoria com Emílio Willems intitulado “Shindô-Renmei: um problema de aculturação”. Neste eles analisam a formação da sociedade secreta Shindô-Renmei dentro da colônia japonesa no Brasil, no final da Segunda Guerra Mundial.

A associação foi oficializada em 1945, em meio à implantação das leis de nacionalização do Estado Novo (HATANAKA, 2002). A legislação estabelecia a proibição, no território nacional, de escolas estrangeiras e jornais que não editados em português, justamente para fortalecer a cultura nacional e forçar a assimilação dos imigrantes. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942, a repressão contra japoneses e

alemães que descumprissem essas leis aumentaram, por conta da imagem que havia deles como inimigos da nação (SEYFERTH, 1997). Como a maioria dos imigrantes japoneses não dominava a língua portuguesa, ela permaneceu isolada da sociedade brasileira e ficou mais suscetível à manipulação de grupos nacionalistas (WILLEMS & SAITO, 1947).

Durante guerra, os japoneses sofreram com o preconceito antinipônico, havendo casos de brigas de rua, prisões e batidas policiais em residências (CASTRO, 1994; TANIGUTI, 2015). O fato da sua “nação adotiva” estar lutando contra a sua “nação de origem” tornava a vida no Brasil desconfortável para a maioria dos japoneses. Saito (1961) destaca que a guerra é um momento de ruptura para a comunidade japonesa no país, pois, de um lado, parte dos imigrantes não acreditava nas notícias da derrota do Japão e condenava quem afirmasse o contrário. De outro, outra parte aceitava a derrota e não avistava mais o retorno ao país natal, devastado pela guerra, levando-os a planejar a permanência a longo prazo no Brasil.

Para além da associação, o artigo Willems e Saito se preocupa em entender o processo de assimilação dos imigrantes. Segundo os autores, “migrações entre meios culturalmente diferentes suscitam, invariavelmente, o problema da reorganização social dos imigrantes”, o que poderia gerar graves problemas mentais, traduzindo-se inclusive em “comportamentos indesejáveis” (WILLEMS & SAITO, 1947, p. 133). Eles afirmam que a preservação ou defesa da cultura é necessária como instrumento de sobrevivência dos imigrantes, pois o abandono de determinados traços culturais traz conflitos mentais e desorganização social do grupo. Sendo assim, “não pode causar surpresa que a assimilação não possa desencadear propriamente entusiasmo em grupo nenhum, pois a assimilação se compara a uma operação muito dolorosa, muito demorada e feita sem anestesia” (WILLEMS & SAITO, 1947, p. 133). Esse processo contempla revoltas e a formação de grupos que se oponham radicalmente às mudanças, como é o caso da Shindô-Renmei.

Os líderes da associação seriam menos adaptados e com mais projetos de retorno ao Japão. Inicialmente, desejavam expandir o “espírito japonês”, que seria um “modo de vida japonês”, que os diferenciaria de outros grupos étnicos, e um tipo de comportamento ideal, além do desejo de colaborar com a criação da “Grande Ásia Oriental” e da preocupação em manter os jovens em contato a cultura japonesa. A Shindô-Renmei distribuía panfletos valorizando a manutenção das tradições japonesas e defendia o apoio incondicional ao Imperador (WILLEMS, & SAITO, 1947).

De acordo com os associados, a função dos imigrantes seria adquirir recursos para o desenvolvimento do Japão. O estabelecimento dos japoneses no Brasil seria apenas temporário e o retorno era inquestionável. Contudo, com a derrota do Japão e a destruição de parte do seu território, o retorno tornou-se inviável, fazendo com que a Shindô-Renmei perdesse o seu principal argumento contra a assimilação. Por essa razão, ela começou a divulgar informações falsas sobre a vitória do Japão.

Instalou-se um conflito na comunidade japonesa no país, pois aqueles que falavam a língua portuguesa obtinham informações para além daquelas noticiadas pela associação, tomando conhecimento da derrota do Japão (eles eram chamados de “derrotistas”). Ao

tentarem divulgar essas notícias, eram ameaçados, sendo alguns deles, inclusive, torturados e assassinados pela Shindô-Renmei (WILLEMS & SAITO, 1947; TANIGUTI, 2015). Estes conflitos foram reforçados pela proibição de jornais em língua japonesa e o conseqüente isolamento desses imigrantes em relação à sociedade brasileira e ao mundo. Hatanaka (2002) descreve casos de exclusão social de famílias e pessoas que não acreditavam na vitória do Japão dentro das comunidades agrícolas. Elas eram ignoradas pelos vizinhos, perdiam o direito de participar das assembleias e algumas se suicidaram. A existência da Shindô-Renmei e as ações contra e a favor dela são exemplos de como o processo de assimilação era tenso e havia reações contra ele.

O artigo de Willems e Saito apresenta questões presentes em outros escritos de Saito. O suicídio entre os imigrantes japoneses, por exemplo, tema de artigo publicado pouco depois, seria consequência da não assimilação de determinados indivíduos. A questão diferença geracional está presente no artigo publicado com Seiichi Izumi em 1953, com dados sobre o nível de assimilação dos indivíduos da primeira, segunda e terceira gerações (COTRIM, 2016). Além disso, as vantagens econômicas e sociais trazidas pelos imigrantes japoneses para a sociedade brasileira estão presentes na análise da Cooperativa Agrícola de Cotia (SAITO, 1956) e da mobilidade social (SAITO, 1961). Não obstante, o tema mais constante é a assimilação destes estrangeiros e a preocupação em identificar possíveis conflitos sociais e geracionais dentro dos grupos e com a sociedade local.

#### **4. O artigo sobre o suicídio e a cultura**

Conforme comentado no artigo de Saito e Willems, o processo de assimilação era doloroso e lento, e alguns imigrantes não conseguiam enfrentá-lo e no desespero se suicidavam. Este é o tema do artigo publicado por Saito, em 1953, na revista *Sociologia*. No texto, Saito traz dados de casos de suicídio entre os imigrantes japoneses, entendendo o suicídio como uma anomia da sociedade moderna.

Segundo Durkheim, quanto mais enfraquecido for um grupo, menos dependente dele é um determinado indivíduo, e mais dependente de si mesmo e sozinho ele é. Quando a sociedade se vê perturbada pela modernidade ou por uma mudança brusca, como a migração, ela tem menos mecanismos de controle dos seus indivíduos. Essa desorganização social e a maior pré-disposição à anomia geram aumento de casos de suicídios (DURKHEIM, 2002).

Saito inicia apresentando dados quantitativos que mostram que a taxa de suicídio, nos Estados Unidos, entre imigrantes e seus descendentes é mais alta do que entre a população nativa. De acordo com Ruth Cavan (1928 in SAITO, 1953, p. 109), o estrangeiro luta muito tempo para se adaptar ao novo meio, e ele só abandona a possibilidade do ato de desespero, em média, dez anos e meio após a sua chegada. Em estudo semelhante, Roger Bastide (1951), ao estudar os casos de suicídio entre os habitantes de São Paulo, conclui que a maior taxa de suicídio seria entre os alemães, italianos e portugueses.

A taxa de suicídios dos estrangeiros era mais elevada também quando comparada aos números de seus países de origem. Segundo Saito:

Esta curiosa tendência não é senão um dos reflexos de uma série de conflitos que o imigrante deve enfrentar no decorrer do processo de ajustamento ao novo meio. Como o contato com a cultura estranha implica, nos imigrantes, a reorganização de sua personalidade, surgem, muitas vezes, graves perturbações mentais. São desajustamentos psíquicos, resultantes do conflito cultural a que são expostos os homens marginais. (SAITO, 1953, p. 110)

Fazendo uso do conceito de “homem marginal”, Saito entende que estes imigrantes estariam numa situação de limbo, na qual não pertenceriam nem à sociedade japonesa, nem à brasileira. De acordo com Stonequist (1935), o homem marginal estaria presente em situações biculturais ou multiculturais<sup>5</sup>, sendo forçado a escolher uma cultura (em geral, a predominante). Saito continua a questão do suicídio fazendo suas as palavras de Stonequist:

A incapacidade para diagnosticar a fonte do conflito, a convicção de enfrentar um muro intransponível e os malogros pessoais avassalam o indivíduo. O conflito mental conduz ao desânimo e talvez ao desespero. Para o adulto, significa isso uma desintegração da “organização da vida” do indivíduo — essa trama de atitudes e valores em que tem o indivíduo o seu ser e através da qual ele realiza seus desígnios. Na sua forma extrema, resulta isto em desorganização mental e suicídio. (STONEQUIST, 1948. *apud* SAITO, 1953, p. 110)

Saito mostra que a taxa de suicídio entre os imigrantes japoneses é mais alta do que entre os brasileiros (e também entre a população do Japão). Segundo Bastide (1951, p. 47), “há simbiose entre os fatores individuais e os fatores coletivos: o social age através do psíquico, o psíquico é ajudado ou entravado pelo social”. Isso é, o suicídio é uma junção de questões íntimas, da mente do próprio indivíduo, com fatores sociais, como a desorganização da sociedade e uma mudança brusca de ambiente ou padrão cultural. No íntimo do imigrante, os questionamentos e a solidão são reforçados pela sua presença num país estrangeiro com hábitos culturais diferentes dos seus.

Para além disso, na cultura japonesa, “a falta de cumprimento de um dever ou uma censura pela sociedade é um ato em contradição com a moral, basta para que se pratique o suicídio a fim de que o seu nome não fique ‘sujo’ e sua honra seja salva” (SAITO, 1953, p. 112). Esta seria uma forma de assumir a responsabilidade e justificar falhas na conduta de uma pessoa. Portanto, a alta taxa de casos de suicídio entre os imigrantes japoneses se explicaria pela chave da cultura, na qual os padrões, as causas e os meios dos suicídios

---

5 Situações biculturais ou multiculturais se referem a contextos sociais em que há mais de uma cultura predominante, como nas colônias imigrantes.

comporiam também uma forma de reforçar a cultura de origem. Ao se encontrar num meio estranho e de difícil adaptação, sem a possibilidade de retorno pela falta de recursos, o imigrante enxergaria no suicídio a única forma de honrar e reafirmar as suas origens perante a si e a outros. Contudo, não necessariamente o suicídio é um ato calculado e racional, retirando da cultura parte de sua “responsabilidade”.

A pesquisa do Saito foi feita a partir da análise das notícias do *Jornal Paulista*, periódico que circulava dentro da comunidade japonesa no país. Ele consultou jornais entre janeiro de 1947 e agosto de 1952, e foram encontrados relatos de 74 suicídios e quatro tentativas, o que resulta numa média de 13,86 suicídios por ano<sup>6</sup>. No que toca a forma de suicídio, 58 pessoas utilizaram algum tipo de veneno, certamente pela facilidade de acesso a produtos químicos na agricultura. Ainda, entre os motivos para cometerem o suicídio estão os de “amor” (16 casos), de questões de família (13) e de questão de honra (10 casos), os três relacionados a questões culturais.

Muitos dos problemas familiares, assim como afetivos, surgiam por desavenças entre pais e filhos em relação à escolha do parceiro. Por exemplo, quando o filho que se apaixona por uma brasileira, pois o namoro entre japoneses e brasileiros era censurado pela comunidade. Além disso, Saito (1953) encontrou casos de suicídios em que o motivo principal era a desestruturação da família depois da mudança para o Brasil, pois muitas vezes mecanismos de união das famílias não permaneciam mais nas relações no novo lar, tais como tradições religiosas e hábitos alimentares.

Considerando a anomia causada pela mudança de meio do imigrante, a vida do indivíduo fica desestabilizada, sem que haja uma sociedade organizada o suficiente que lhe dar o suporte necessário quando se encontra em dificuldades num ambiente estranho. Por isso, enxerga-se no suicídio uma forma de retorno à sua própria sociedade (SAITO, 1953). Essa é a conclusão de Saito, interpretando o ato final como um dos episódios que compõem o drama da mudança cultural e do processo de assimilação do imigrante, onde as culturas em conflito ficam no centro de suas vidas. Conflito este que é o foco dos estudos japoneses no Brasil na década de 1950, como veremos no artigo analisado na sequência.

## **5. O estudo sobre grupos geracionais**

No início da década de 1950, Saito entra em contato com as Ciências Sociais japonesas e com o sociólogo japonês Seiichi Izumi, de quem foi assistente de pesquisa. Izumi é contratado pela UNESCO, em 1952, para realizar pesquisas no Brasil com o objetivo de investigar possíveis situações de conflitos entre imigrantes japoneses no país. Ele teria vindo ao Brasil, inicialmente, para pesquisar sobre a assimilação dos descendentes japoneses dentro do contexto de polarização dos imigrantes ao final da Segunda

---

<sup>6</sup> Após apresentar alguns cálculos, Saito sugere que este número pode ser muito maior na realidade, pois muitos não seriam noticiados ou registrados como suicídio.

Guerra. O foco principal seria investigar a criação e o funcionamento da Shindô-Renmei<sup>7</sup> (KINGSBERG, 2014).

No início de 1953, Izumi e Saito fizeram pesquisas de campo no interior do Brasil, distribuindo questionários e entrevistando imigrantes. Uma das primeiras descobertas de suas pesquisas foi a conclusão de que 10% dos imigrantes ainda acreditavam na vitória do Japão na guerra. Em seu relatório, Izumi afirma que, no Brasil, os imigrantes e seus descendentes eram brasileiros no que concernia à educação, à língua e à religião. Ele conclui que imigrantes mais ricos e com maior nível educacional tendiam a aceitar a derrota do Japão e a assimilação. (KINGSBERG, 2014).

Parte da pesquisa está em artigo publicado em 1953, na revista *Sociologia*, escrito em coautoria com Saito, intitulado “Pesquisa sobre a aculturação dos japoneses no Brasil” (1953). Durante a coleta de dados, buscou-se entender os aspectos gerais das colônias, observando as suas características estruturais e econômicas. Os imigrantes pesquisados moravam em cidades dos estados de São Paulo, Paraná, Pará e Amazonas (IZUMI & SAITO, 1953).

Foram distribuídos dois questionários. O primeiro perguntava as condições econômicas, com o intuito de conhecer a sua ascensão econômica antes, durante e depois da Segunda Guerra. O segundo tratava da estrutura da família. Neste, eram questionados temas relacionados à língua usada dentro de casa, ao contato mantido com os parentes no Japão, à nacionalidade e profissões de padrinhos. Também se perguntava sobre os hábitos religiosos dos imigrantes, revelando que 70,4% da população nipo-brasileira era budista, 20,4% católica, 9,2% protestante (IZUMI & SAITO, 1953). Nesse mesmo sentido, o catolicismo teve um alto grau de penetração entre os jovens de 10 a 15 anos, e isso se daria, segundo os autores, pois

A alta porcentagem que ocupa o catolicismo no grupo de 10-15 anos é um indício de algo significativo: as crianças são batizadas em maior número durante o curso primário ou por ocasião da matrícula nas escolas, sendo esse fenômeno bem mais acentuado no após-guerra (IZUMI & SAITO, 1953, p. 205)

A mudança de atitude dos imigrantes após a guerra ocorre pela impossibilidade de retornar ao Japão, sendo necessário, portanto, se fixar no Brasil. Além disso, as diferenças geracionais relacionadas à religião mostram a importância do contato das crianças imigrantes com a sociedade local na escola para o seu processo de assimilação. Assim, juntando as entrevistas, as observações de campo e os questionários, Izumi e Saito fazem uma análise dos “níveis” de assimilação entre os japoneses e seus filhos, considerando-se aqui tanto os que vieram muito jovens para o Brasil como os que nasceram aqui. Os autores percebem que os descendentes estariam mais assimilados à sociedade brasileira do que seus pais imigrantes, e havia um grupo de japoneses numa camada “marginal”.

---

7 Carta de Hiroshi Saito a Cyro Berlinck. 20 de abril de 1953. Fonte: FDP/AEL/Unicamp.

Isto é, a faixa etária acima dos 40 anos seria uma camada “japonesa”, pois fora educada no Japão e seguia uma religião japonesa. Considerando o processo de interação de Park, entende-se que, neste grupo haveria o processo de *competição*, já que os indivíduos estariam em constante choque com a cultura brasileira pela dificuldade de mudarem determinados padrões culturais. Entre as pessoas de 25 a 40 anos, havia a predominância daquelas nascidas no Japão, mas prevalece a dualidade da cultura japonesa e brasileira; e esta seria justamente a “camada marginal”. Este grupo estaria passando pelos processos de *conflito* e *acomodação*. Conflito porque eles estariam conscientes da luta que havia entre as duas culturas; e acomodação, pois eles já estariam mais ajustados a determinados padrões culturais e de comportamento da sociedade brasileira. Essas acomodações seriam aceitas e transmitidas para as gerações seguintes com mais naturalidade do que do primeiro para o segundo grupo (PARK & BURGESS, 2014).

Por fim, os indivíduos com até 25 anos seriam o grupo “brasileiro”, tendo todos nascidos no Brasil, e estando em contato com educação e religião brasileiras (IZUMI & SAITO, 1953). Eles estariam no processo de assimilação, envolvendo-se no cotidiano da sociedade brasileira e frequentando suas escolas e igrejas, ou seja, estabelecendo um contato mais íntimo com os padrões culturais brasileiros e sofrendo, assim, transformações mais profundas em suas personalidades.

A classificação do segundo grupo de imigrantes, feita por Saito e Izumi, como “camada marginal”, pode ser novamente relacionada ao conceito de “homem marginal”, de Stonequist. Segundo o sociólogo norte-americano, indivíduos que vivem numa situação “bicultural” (ou “multicultural”), tendem a buscar adaptação no grupo que possui o maior prestígio e poder (STONEQUIST, 1935). No caso, os jovens japoneses na camada “marginal” tenderiam a seguir os padrões dos brasileiros, evidentemente hegemônico no território nacional. Stonequist ainda destaca que este era o melhor grupo focal para estudar a mudança cultural, pois a sua história de vida poderia oferecer um método de estudo do processo cultural. Valendo-se dos termos de Park, o intelectual conclui: “é na mente do homem marginal — onde as mudanças e fusões de culturas estão acontecendo — que nós podemos melhor estudar o processo de civilização e progresso” (PARK, s/d in STONEQUIST, 1935).

As diferenças geracionais presentes no artigo mostram uma das formas de se abordar o processo de assimilação entre imigrantes. Neste tipo de abordagem os focos das observações e análises centram-se nos conflitos de língua, educação ou normas culturais. Assim, é importante considerar as diversas experiências entre diferentes gerações, principalmente entre crianças e adultos.

## 6. Considerações finais

Ao apresentar estes três textos de Hiroshi Saito, os quais ele publica quando ainda era estudante, procuro mostrar a sua preocupação em entender o processo de assimilação do imigrante japonês à sociedade brasileira entre as décadas de 1940 e 1950. Contudo,

para além da sua preocupação acadêmica com o tema, é importante destacar que Saito era um imigrante que se formou sociólogo no Brasil e investigou por muitos anos o processo de inserção de sua comunidade na sociedade brasileira. Seu engajamento com a produção de conhecimento não parava nas publicações acadêmicas. A partir de meados da década de 1960 até pouco antes de seu falecimento, em 1983, Saito participava de palestras e eventos que ocorriam na comunidade japonesa, geralmente para discutir a economia, aspectos socioculturais e as possibilidades de desenvolvimento do setor agrícola. Também costumava falar sobre a assimilação, onde seria difícil enxergar o limite entre a integração dos descendentes na sociedade brasileira e a perda das especificidades da cultura nipônica (CASTRO, 1994; COTRIM, 2016).

Nos três artigos aqui discutidos, Saito, e seus coautores, destacam tanto a assimilação como a não assimilação dos imigrantes japoneses à sociedade brasileira. No artigo de 1947, escrito com Willems, ele analisa o grupo que mais se destacou entre os japoneses como contra a assimilação, mas também chama a atenção para aqueles que lutaram contra o extremismo nacionalista japonês. Ao tratar dos casos de suicídio, Saito mostra como o isolamento forçado pelas leis de nacionalização do Estado Novo e a oposição ao nacionalismo extremo japonês levaram a casos de suicídio. No texto, ele argumenta que o ato seria uma forma de reforçar a sua identidade de origem, e mostra que, entre aqueles mais bem assimilados, havia menos de casos de suicídio. Por fim, no artigo com Izumi, talvez o mais militante dos três, fica clara a defesa pela assimilação dos imigrantes japoneses, apresentando as vantagens daqueles já assimilados, como o domínio da língua local, maiores oportunidades de estudos e trabalhos, e conseqüentemente, melhores condições de vida. Isso também mostra a comprovação do que Saito mais militava: os imigrantes japoneses eram passíveis de assimilação à população brasileira, assim como outros grupos estrangeiros que aqui chegaram.

Em nenhum de seus trabalhos Saito trata diretamente do preconceito e da repressão enfrentadas pelos japoneses durante a Segunda Guerra, apesar de abordar pontualmente a reação de alguns membros da comunidade japonesa em função desses acontecimentos. No entanto, fica claro que Saito milita em defesa dos japoneses e dos imigrantes em geral, buscando comprovar a assimilação e os benefícios da sua presença no Brasil. Todos os seus estudos defendem, de alguma forma, que foi positivo para o país receber imigrantes, por mais que não tenha sido uma adaptação fácil. Saito ainda mostra que os japoneses (e não só) seriam capazes de se assimilar, passando pelo processo que “resultaria” na presença de traços de ambas as culturas envolvidas na personalidade do indivíduo estrangeiro. Entre as vantagens de ter recebido estes imigrantes, ele destaca o desenvolvimento de novas técnicas agrícolas, introdução do cooperativismo no meio rural, e mudanças positivas de hábitos alimentícios nas cidades<sup>8</sup>.

De certo modo, ao fazer isso, Saito está buscando também o seu lugar como indivíduo estrangeiro pertencente a um grupo que, especialmente entre as décadas de

---

8 Tal ponto é amplamente tratado por Saito em sua dissertação de mestrado, analisada por Cotrim, 2016.

1920 e 1940, foi menosprezado e alvo de críticas por parte da opinião pública brasileira. Na sua vida pessoal, ele tinha passado pelo processo de assimilação descrito e colocado em prática a ideia de que a comunidade japonesa deveria se ajudar ao fazer palestras e eventos voltados para os imigrantes e seus descendentes. Sobre essa junção do interesse pessoal ao intelectual, Saito escreve:

Como filho de imigrante, cuja família — como tantas outras que para aqui vieram quer da Europa quer da Ásia — buscar nesta terra vida humilde mas pacífica, despertou em mim desde cedo o interesse de observar a situação e viver a sensação daqueles que experimentam a vida do imigrado. Era como que um privilégio de que eu poderia lançar mão, na tentativa daquilo que o antropólogo ou sociólogo tem de interesse perene: compreender o semelhante. (SAITO, 1961, p. 7)

É interessante perceber que Saito se identifica enquanto filho de imigrante, mas não necessariamente como um. Suponho que ele se identificava menos como imigrante, e mais como membro da camada marginal localizada por ele e Izumi no trabalho de 1953. A categoria, conforme definida pelos autores, referia-se a pessoas que ou nasceram aqui logo que os pais chegaram, ou emigraram ainda jovens (no caso, ele tinha 14 anos), conservando alguns traços da cultura japonesa e adotando outros da brasileira. Estes indivíduos estariam entre os dois mundos, dominavam ambas as línguas, mas sofriam, pois sentiam que não pertenciam a nenhum dos dois. Além disso, conforme Stonequist (1935) destaca, os indivíduos marginais tenderiam a buscar mais frequentemente a cultura hegemônica do que de origem. No caso do imigrante ou do descendente japonês, haveria a preferência em adotar hábitos brasileiros para facilitar a sua inserção na sociedade local. Isso gerava conflitos dentro das famílias, sobretudo com pessoas mais velhas que se mantinham ligadas à cultura de origem e cobravam o mesmo comprometimento dos filhos. Com isso em mente, é compreensível a preocupação de Saito com os conflitos geracionais entre os imigrantes, seus descendentes e a sociedade local.

Logo, Saito é um exemplo da sua própria definição de assimilação, mesclando características das culturas japonesa e brasileira, para se firmar enquanto sociólogo especialista em estudos sobre japoneses no Brasil. Além disso, a sua própria presença, como aluno e professor numa prestigiada instituição acadêmica do país, comprova que ele se assimilou à sociedade dominante, aderindo aos costumes do meio universitário local, como escrever em português, por exemplo. Por outro lado, ao focar seus estudos nos imigrantes, reforça para si e para outros as suas origens.

Saito faz uso dos instrumentos da Sociologia e da Antropologia brasileiras para compreender a sociedade ao seu redor, os grupos se inserem nela e os processos pelos quais ele e outros imigrantes passavam, buscando formas de minimizar os traumas da assimilação. Dessa maneira, ao estudar a imigração japonesa no Brasil, ele está se reafirmando tanto como imigrante japonês como sociólogo brasileiro.

## 7. Referências Bibliográficas

- BASTIDE, Roger. Os suicídios em São Paulo, segundo a cor. **Boletim de Sociologia da USP, São Paulo, USP, n.71, p. 1-49, 1951.**
- COTRIM, Aline. **Imigração e assimilação nos estudos sociológicos de Hiroshi Saito (1947-1964).** Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2016.
- COULON, Alain. **L'École de Chicago.** Paris: PUF, 1992.
- DURKHEIM, Emile. **Le Suicide.** Paris: Quadrige/ PUF, 2002.
- HATANAKA, Maria Lucia E.. **O Processo Judicial da Shindô-Renmei:** um fragmento da história dos imigrantes japoneses no Brasil. São Paulo: Fund. Japão, Annablume Ed., 2002.
- IZUMI, Seiichi. SAITO, Hiroshi. Pesquisa sobre a aculturação dos japoneses no Brasil. **Sociologia**, v.15, n.3, p. 451-462, 1953.
- KINGSBERG, Miriam. Becoming Brazilian to Be Japanese: Emigrant Assimilation, Cultural Anthropology, and National Identity. **Comparative Studies in Society and History**, v.56, n.1, p. 67-97, 2014.
- PARK, Robert. BURGESS, Ernest. Competição, conflito, acomodação e assimilação. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v.13, n.38, p. 129-138, agosto 2014.
- PIERSON, Donald. Resenhas Bibliográficas. **Sociologia**, v.25, n.2, p. 163-169, 1963.
- SAITO, Hiroshi. O suicídio entre os imigrantes japoneses e seus descendentes no Estado de São Paulo. **Sociologia**, v.15, n.2, p. 109-130, 1953.
- SAITO, Hiroshi. **O Cooperativismo na Região de Cotia:** estudo de transplantação cultural. São Paulo: Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1956.
- SAITO, Hiroshi. **O Japonês no Brasil:** estudo de mobilidade e fixação. São Paulo: Ed. Sociologia e Política, 1961.
- SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. **Mana**, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p. 95-131, 1997.
- STONEQUIST, Everett. The Problem of the Marginal Man. **American Journal of Sociology**, v.41, n.1, p. 1-121, julho 1935.
- TANIGUTI, Gustavo. **Cotia:** imigração, política e cultura. Tese (Doutorado em Sociologia), USP, São Paulo, 2015.
- TANIGUTI, Gustavo. JESUS, Matheus. Sociologie de l'immigrant: Hiroshi Saito et l'institutionnalisation des études sur les Japonais du Brésil (1940-1960). **Brésil (s)**, v.2, p. 201-224, 2012.
- WILLEMS, Emilio. SAITO, Hiroshi. Shindô-Renmei: um problema de aculturação. **Sociologia**, v.9, n.2, p. 133-152, 1947.

# PROTEÇÃO DOS DIREITOS DOS IDOSOS NO JAPÃO SOB A ÓTICA DO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS<sup>12</sup>

## PROTECTION OF THE RIGHTS OF THE ELDERLY IN JAPAN FROM THE PERSPECTIVE OF INTERNATIONAL HUMAN RIGHTS LAW

*Larissa Sonoda Dantas*<sup>3</sup>

*Lilian Yamamoto*<sup>4</sup>

**Resumo** Este artigo analisa o status atual dos direitos dos idosos no Japão, na perspectiva do direito internacional dos direitos humanos. Discute o status dos idosos enquanto um grupo que precisa de proteções específicas e avalia seus direitos no sistema internacional dos Direitos Humanos. Ademais, faz uma revisão do desenvolvimento do direito dos idosos no Estado japonês e uma análise da proteção de seus direitos no país a partir dos principais instrumentos internacionais de direitos humanos.

**Palavras Chave:** Direitos Humanos, Japão, Idosos, Nações Unidas, Tratados

**Abstract** This article analyses the current status of elderly rights in Japan from the perspective of international Human Rights. It discusses the status of older people as a group that needs specific protections and evaluates the existence of their rights in the International Human Rights System. In addition, it reviews the development of the elderly rights in the Japanese

---

1 Artigo submetido em 13/01/2020 e aprovado em 21/04/2020.

2 A pesquisa para a elaboração deste artigo foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

3 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Cultura Japonesa (PPGLLCJ) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil; larissa.s.dantas@usp.br (ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-2430-3607>).

4 Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Cultura Japonesa (PPGLLCJ), da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil; Doutora em Direito Internacional, Universidade Kanagawa, Japão; liukami2014@gmail.com (ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-8304-9509>).

State and analyses their protection from the perspective of the main international Human Rights instruments.

**Keywords:** Human Rights, Japan, Elderly, United Nations, Treaties

## 1. Introdução

Os Direitos Humanos (DHs) são considerados pelas Nações Unidas como universais e inerentes a todos os seres humanos, isto é, são aplicáveis em qualquer lugar ou nação do mundo e para todos os seres humanos “independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição” (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, [s.d.]). Apesar de serem inerentes a todos, há grupos de pessoas que foram reconhecidos na comunidade internacional por possuírem maior vulnerabilidade de sofrerem violações de seus direitos e, por esta razão há tratados internacionais referentes a proteções de grupos específicos como mulheres e crianças<sup>5</sup>.

O entendimento do idoso<sup>6</sup> como um ator que necessita de direitos e políticas específicas para garantir sua proteção e bem-estar é um fenômeno relativamente recente na perspectiva dos Direitos Humanos. Durante muito tempo a gestão da velhice foi considerada como “uma questão da esfera privada e familiar”(DEBERT, 1992, p. 33) e sua transformação em uma questão pública deriva em grande medida das mudanças sociais e demográficas que ocorreram globalmente. Com fenômeno do envelhecimento populacional – aumento da longevidade somado ao declínio acentuado nas taxas de fertilidade – os idosos passaram a corresponder a uma parcela cada vez maior da população<sup>7</sup>, o que tornou mais proeminente suas demandas nas agendas públicas globais. Neste contexto, o Japão se destaca por ser o país com a maior população idosa<sup>8</sup> no mundo – as pessoas com mais de 65 anos já representam 27% da população (JAPAN. NIPSSR, 2019).

O presente artigo irá analisar a evolução da proteção dos direitos dos idosos no Japão sob a perspectiva do sistema internacional de Direitos Humanos dentro do sistema das Nações Unidas. Abordará inicialmente o status dos direitos dos idosos nos instrumentos de DHs, na sequência discorrerá sobre o desenvolvimento dos direitos dos idosos no Japão e, por fim, apresentará uma análise das proteções e violações de direitos dos idosos no Japão.

---

5 As principais convenções de direitos de grupos particulares podem ser acessadas em <<https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CoreInstruments.aspx>> Acesso em: 12/11/2019.

6 Este artigo utilizará os termos “idoso” e “pessoas mais velhas” para indicar indivíduos ou grupo de pessoas com idade igual ou superior a 60 ou 65 anos. Estes serão os termos utilizados na tradução de expressões do inglês como: “elderly persons, aged, older person”. Importante ressaltar que no sistema das Nações Unidas não há uma definição única de idoso, em geral adota-se 60 anos para países considerados em desenvolvimento e 65 para países desenvolvidos.

7 De acordo com relatório das Nações Unidas a população acima de 60 anos é a que mais tem crescido, com uma taxa de crescimento médio global de 3% ao ano, representando, em 2017, 13% da população mundial (DESA, 2017).

8 No Japão são idosas as pessoas com idade igual ou superior a 65 anos.

## 2. Os Direitos Humanos Internacionais e os Direitos dos Idosos

Atualmente, não há um tratado internacional específico de proteção aos direitos dos idosos. Mas como os DHs são universais e aplicáveis a todos sem distinção, os idosos desfrutam de proteções gerais nos instrumentos existentes e possuem ainda algumas proteções específicas em cláusulas particulares de tratados e convenções internacionais vinculantes<sup>9</sup>. Desde 1982, há instrumentos não vinculantes sobre os direitos dos idosos que também são relevantes<sup>10</sup>.

Com relação aos tratados vinculantes, a primeira referência relevante aos direitos dos idosos aparece na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)<sup>11</sup> de 1948 no artigo 25 que dispõe que “Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente (...) e tem direito à segurança (...) na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade” (*NAÇÕES UNIDAS, 1948*). No Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP) o artigo 26 que declara que “Todas as pessoas são iguais perante a lei e têm direito, sem discriminação alguma” (ICCPR, 1966) é considerado o mais importante para esta questão. Este artigo tem sido acionado para estender aos idosos direitos específicos, principalmente para garantia do direito a benefícios de seguridade social. (RODRIGUEZ-PINZÓN, 2003).

Um dos tratados mais importantes para a população idosa é o *Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – PIDESC (CESCR, 1966)*. Isto porque, para além das proteções gerais, *Comitê sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – (CESCR)* adotou em 1995 o Comentário Geral número 6 no qual discorre sobre como *PIDESC* deve ser aplicado no contexto dos idosos<sup>12</sup>. Ademais,

---

9 Um instrumento é considerado vinculante quando, após sua ratificação, os Estados se comprometem legalmente em cumprir suas disposições. Com relação aos tratados de direitos humanos, os Estados devem enviar relatórios regulares aos comitês de monitoramento dos respectivos pactos. Uma lista dos comitês pode ser encontrada em <<https://www.ohchr.org/en/hrbodies/Pages/HumanRightsBodies.aspx>>. Acesso em 29/11/2019.

10 Há uma discussão no sistema internacional sobre a necessidade de um tratado específico para os direitos dos idosos. Aqueles que são a favor argumentam, entre outras coisas, que os documentos vinculantes são mais eficazes no monitoramento dos direitos e no regulamento do comportamento dos Estados. Os que discordam, entendem que há instrumentos suficientes para estes fins e que o caráter não vinculante permite que se elaborem documentos mais abrangentes e diretivos. Para fins deste artigo, não é necessário um aprofundamento neste tema, apenas separaremos os tipos de instrumentos em função de sua natureza. Para maiores informações nesta questão ver (FREDVANG; BIGGS, 2012)

11 Embora a declaração não seja um tratado, há autores que argumentam que seu conteúdo já se tornou costumeiro e, portanto, legalmente vinculante (FREDVANG; BIGGS, 2012)

12 As interpretações mencionadas no comentário são: artigo 3: no qual o comitê expressa preocupação com as mulheres que tenham cuidado da família durante a vida e, em função disso, e não tenham contribuído para seguridade social; artigos 6 a 8: para garantir o direito dos idosos ao trabalho e preparação para aposentadoria; artigo 9: garantia de seguridade social para os idosos, incluindo os mais vulneráveis; artigo 10: apoiar famílias nos cuidados dos idosos e prover assistência àqueles que vivem

assumiu para si a responsabilidade de “monitorar a implementação de proteção internacional aos direitos dos idosos” (RODRIGUEZ-PINZÓN, 2003, p. 954). Outro instrumento relevante para este grupo é a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD, 2006 sigla em inglês). A convenção não traz uma definição específica sobre deficiência e, por isso, muitos de seus artigos podem ser interpretados para a proteção dos direitos dos idosos (KANTER, 2009). Finalmente, as convenções sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1979 sigla em inglês) e Sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias (1990) em seus artigos 11 e 7, respectivamente, mencionam a idade como critério para igualdade de direitos entre homens e mulheres.

O monitoramento desses direitos é realizado pelos Comitês responsáveis pelos pactos por meio de relatórios periódicos enviados pelos Estados partes. Contudo, Judge (2008) e Fredvang e Biggs (2012) apontam que pode haver uma lacuna de proteção aos idosos, uma vez que muitos países não fazem referências explícitas à situação deste grupo e que os comitês responsáveis tampouco orientam os países a fazê-lo.

Com relação aos instrumentos não vinculantes, em 1982, a Assembleia das Nações Unidas adotou o Plano de Ação Internacional de Viena sobre o Envelhecimento, com 62 pontos e recomendações acerca da saúde e nutrição, não segregação dos idosos, proteção de consumidores idosos, habitação, família, bem-estar social, incluindo assistência residencial aos idosos, segurança de renda e emprego, educação entre outros. (FREDVANG; BIGGS, 2012; NAÇÕES UNIDAS BRASIL, [s.d.]). Em 2002, foi realizada a Segunda Assembleia Mundial das Nações Unidas sobre o Envelhecimento, em Madri, na qual foi adotada a Declaração Política e o Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento de Madri (MIPAA, 2002 sigla em inglês). O plano é uma ampliação das recomendações do Plano de Viena (1982), com grande foco nos direitos humanos e no desenvolvimento de políticas para o envelhecimento no século XXI. As recomendações são organizadas em três orientações prioritárias (i) pessoas idosas e o desenvolvimento, (ii) promoção da saúde e bem-estar na velhice e (iii) criação de ambiente propício e favorável. O MIPAA possui 16 subtemas e 22 objetivos para a realização dos mesmos. “O objetivo do Plano de Ação consiste em garantir que, em todas as partes, a população possa envelhecer com segurança e dignidade e que os idosos possam continuar participando em suas respectivas sociedades como cidadãos com plenos direitos.”(MIPAA, 2002, p. 29) e está organizado de forma a oferecer um guia prático para formulação de políticas públicas. “Desde sua adoção o

---

sozinhos; artigo 11: recomendações para padrão de vida adequado na velhice que inclua alimentação, abrigo, vestimenta, assistência médica e social; artigo 12: direito à saúde física e mental como foco em prevenção; artigo 13 a 15 direito à educação e cultura com duas abordagens distintas, do direito dos idosos à educação e do compartilhamento de suas experiências com as gerações mais novas.(CESCR, 1995)

MIPAA tem guiado políticas domésticas e os diálogos internacionais sobre os direitos das pessoas idosas” (FREDVANG; BIGGS, 2012, p. 12)<sup>13</sup>.

O monitoramento da implementação do MIPAA é de responsabilidade da Comissão para o Desenvolvimento Social das Nações Unidas. O monitoramento ocorre a cada 5 anos e um relatório global é consolidado a partir de relatórios regionais<sup>14</sup>.

### 3. Os Direitos dos Idosos na Legislação Japonesa

O Japão possui uma das maiores expectativas de vida – 80.75 anos para homens e 86.99 anos para mulheres (JAPAN. CABINET OFFICE, 2017, p. 5) – e a maior proporção de idosos no mundo em sua população. Esta seção abordará os direitos dos idosos no Japão a partir de uma revisão histórica das principais políticas e legislações referentes a este tema no país.

Uma das primeiras proteções estabelecidas para as pessoas idosas no Japão foi a criação do sistema previdenciário. O sistema de previdência para funcionários públicos e privados foi instituído no Japão na primeira metade século XX – 1923 e 1942, respectivamente (USUI; PALLEY, 1997, p. 378). No período do pós- Segunda Guerra Mundial, o Japão ampliou esta proteção com a Lei de Reforma do Sistema de Pensões dos Trabalhadores<sup>15</sup> (1954) – para trabalhadores autônomos e agrícolas – e com o estabelecimento de um Sistema Universal de Seguros de Saúde e Previdência<sup>16</sup> (1961) que cobria todos os cidadãos japoneses, independente de sua ocupação ou renda. Importante ressaltar, contudo, que até 1982 – quando o país ratificou a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados – estrangeiros não podiam ingressar no sistema de previdência nacional.

Em função de um grande crescimento econômico no país, durante as décadas de 1960 e 1970, houve uma expansão dos benefícios de seguridade social para os idosos. Em 1963, foi promulgada a Lei de Serviço de Bem-Estar Social para os Idosos<sup>17</sup>. A lei tem como objetivo regular as políticas de bem-estar para as pessoas com idade superior a 65 e atribui ao Estado japonês a responsabilidade da “manutenção de renda, saúde, serviços sociais e oportunidades de

---

13 Um resumo elaborado pelas ONU contendo os principais tratados e como eles se relacionam ao MIPAA pode ser encontrado em <<https://social.un.org/ageing-working-group/documents/Table%20HR%20&%20MIPAA%20-%20April%202011.pdf>>. Acesso em 01/12/2019.

14 Mais informações sobre o processo de monitoramento do plano em: <https://www.un.org/development/desa/ageing/3rdreview-mipaa.html>. Acesso em 28/11/2019.

15 Revision of Employees’ Pension Insurance Act

16 Universal Coverage in Public Pension and Health Insurance

17 Act on Social welfare for the Elderly

emprego”(HASHIMOTO, 2009, p. 37) para essas pessoas. Cabe destacar que essa legislação priorizava idosos de baixa renda e que não possuíssem familiares que pudessem se encarregar de seu cuidado. Embora fosse uma importante política para atender aos idosos desassistidos, seus critérios de elegibilidade tornavam o sistema praticamente inacessível para famílias de classe média. Esta premissa refletia a percepção de que o cuidado dos idosos era responsabilidade da família – em particular das mulheres, como filhas e noras, por exemplo (ETO, 2001). No âmbito da saúde, também houve aumento de benefícios durante a década de 1970. O governo eliminou todas as taxas dos serviços de saúde para os idosos com idade superior a 70 anos, tornando o serviço gratuito com o “Plano de Tóquio”<sup>18</sup>. Essa política, contudo, durou pouco.

Em 1982, o governo promulgou a Lei de Saúde para Idosos<sup>19</sup>, que cessou a gratuidade dos serviços médicos na tentativa de reduzir os custos com saúde<sup>20</sup>. O país passava por grandes transformações sociais nesta época, a proporção de idosos crescia em um ritmo muito acelerado<sup>21</sup>, a proporção de famílias nucleares aumentava rapidamente e o papel social das mulheres estava mudando, com o aumento de sua escolaridade e entrada no mercado de trabalho (ETO, 2001). Neste cenário, a “socialização do cuidado”, isto é, “a ideia de que o cuidado com idosos não deveria ser responsabilidade apenas da família, mas de toda a sociedade, gradualmente ganhou popularidade na mídia de massas e o público passou a reconhecer a seriedade do problema”. (Asahi shimbun, 6.9.1988, p. 35 in ETO, 2001, p.22). Desta maneira, em 1989, o governo japonês instituiu um novo plano para a promoção da saúde, cuidado e Bem-Estar do idoso, conhecido como Plano Ouro,<sup>22</sup> que foi revisado em 1994 e 1999. Com o plano, o governo procurou reduzir os custos com os cuidados dos idosos ao construir uma infraestrutura nacional para oferecer esses cuidados em programas e instituições de base comunitárias e eliminou os critérios de renda e cuidados familiares para acesso aos serviços. No ano 2000, o governo japonês, procurando aumentar a eficiência do atendimento aos idosos, unificou os sistemas de saúde e de bem-estar social para idosos e instituiu o Sistema de Seguro de Cuidados de Longa Duração

---

18 Tokyo Plan – Introduction of free medical care for the elderly

19 Health Care for the Aged Law

20 “Em 1981, a população com 70 anos ou mais constituía 5,9% da população total, mas representava 21,2% do custo total dos cuidados médicos. Os custos de cuidados de saúde para os idosos (70 anos ou mais) cresceu 466% de 1973 a 1986.”(USUI; PALLEY, 1997, p.370)

21 O Japão levou menos de 30 anos para dobrar a taxa de idosos de 7% em 1970 para 14% em 1994. Outros países industrializados levaram muito mais tempo neste processo a França levou 130 anos, Suécia 85 anos e Estados Unidos 75 anos (USUI; PALLEY, 1997)

22 Gold Plan

(SSCLD)<sup>23</sup>. Este é um sistema bastante abrangente que inclui em seus serviços demandas de saúde, cuidado, alimentação, habitação e transporte de maneira mais eficiente do que os anteriores.

Ademais das medidas relacionadas à saúde e assistência social, em 1995, o governo instituiu a Lei Básica sobre Medidas para a Sociedade em Envelhecimento<sup>24</sup>, para preparar o país para uma sociedade em envelhecimento. A lei contém diretrizes para implementação de políticas para o envelhecimento no país em 6 pilares – trabalho e renda; saúde e bem-estar social; aprendizado e participação social; habitação; pesquisa e implementação de políticas e sua implementação da lei é monitorada anualmente por meio de relatórios. Dentro das políticas para idosos, uma das frentes com maior destaque no país é a de empregabilidade. Desde 1971, o governo possui leis com este fim, como a Lei sobre a Estabilização do Emprego de Idosos<sup>25</sup>, que foi revisada diversas vezes até 2012, e o Centro de Recursos Humanos Prateado (1980) – rede nacional de agências de empregos para pessoas com mais de 60 anos.

Apesar de tantas políticas para população idosa, novos desafios se apresentaram para esta sociedade “super-envelhecida”. A quantidade de pessoas com algum grau de demência no país era 4,62 milhões em 2012, cerca de 1 em 7 idosos (JAPAN. CABINET OFFICE, 2017, p. 17) e, no mesmo ano, o governo instituiu um plano para resolver este problema, o Plano Laranja<sup>26</sup> - revisado em 2015. O plano estabelece novos programas de diagnóstico, tratamento e cuidado para pessoas com demência (JAPAN. NIPSSR, 2019, p. 43). Para responder ao aumento de casos de violência contra idosos, em 2005, o governo promulgou a Lei sobre a Prevenção de Violência contra Idosos<sup>27</sup> que procura prevenir, identificar e proteger os idosos de abusos por meio de programas de conscientização, denúncia e compartilhamento de informações (JAPAN. NIPSSR, 2019, p. 49). Finalmente, talvez a questão mais preocupante com os idosos no país é a pobreza. O índice de pobreza entre os idosos é o que mais cresce no Japão, principalmente entre mulheres e idosos acima de 75 anos – uma em 4 mulheres com idade superior a 75 anos está abaixo da linha da pobreza, índice superior à média dos países da OCDE. Apesar dos esforços do país, o Japão ainda não conseguiu solucionar adequadamente este problema. (OCDE, 2017).

---

23 Long-Term Care Insurance System. Para maiores informações sobre as políticas de saúde e bem-estar para idosos no Japão ver: (ASIA PACIFIC OBSERVATORY, 2018; MINISTRY OF HEALTH LABOUR AND WELFARE OF JAPAN, 2016, p. 4; USUI; PALLEY, 1997, p. 372–377).

24 Basic Law on Measures for the Aging Society. disponível em: <<https://www8.cao.go.jp/kourei/english/measure/kihon-e.html>> Acesso em 29/11/2019.

25 Act on Stabilization of Employment of Elderly Persons

26 Orange Plan

27 Act on the Prevention of Elder Abuse

Tabela 1: Resumo das principais medidas para idosos no Japão

<b>Ano</b>	<b>Lei/política</b>	<b>Detalhes</b>
1923	Consolidação das previdências públicas dos Militares e funcionários públicos	Consolida as previdências.
1942	Lei de seguro de pensão dos trabalhadores	Estipula que a idade de aposentadoria para homens é 56 anos - mulheres não estavam incluídas.
1954	Lei de Reforma do Sistema de Pensões dos Trabalhadores	Aposentadoria para homens passa de 56 para 60 anos e mulheres - agora incluídas - 55 anos.
1961	Sistema Universal de Seguros de Saúde e Previdência	Cobertura universal de saúde e previdência para a população.
1963	Lei de Serviço de Bem-Estar Social para os Idosos	Atribui responsabilidades para as diferentes instâncias administrativas, asilos são criados e clubes de idosos são incentivados com recursos do governo.
1971	Lei sobre a estabilização do emprego de idosos	Encoraja participação dos idosos nos empregos.
1973	Plano de Tóquio	Cuidados médicos para pessoas com mais de 70 anos tornam-se gratuitos.
1976	Revisão da lei sobre estabilização do emprego de idosos	Atribui meta não vinculante de 6% do total de trabalhadores ter 65 anos ou mais.
1980	Início do Centro de Recursos Humanos Prateado	As agências passam a receber subsídios do governo.
1982	Lei de Saúde para Idosos	Ajuste no financiamento das despesas médicas dos idosos, fim da gratuidade.

<b>Ano</b>	<b>Lei/política</b>	<b>Detalhes</b>
1985	Revisão da Lei de Seguro de Pensão dos Empregados	Idade de aposentadoria passa de 60 para 65 a homens e de 55 para 60 a mulheres.
1986	Nova Lei de Estabilização do Emprego para Idosos	Revisão de medidas para empregabilidade de idosos e gestão dos Centros de Recursos Humanos Prateados.
1989	Plano Ouro	Aumenta infraestrutura de cuidado e bem-estar para idosos.
1990	Revisão da Lei de Estabilização do Emprego para Idosos	Estabelece possibilidade de reemprego para os aposentados que desejarem.
1994	Revisão da Lei de Seguro de Pensão dos Empregados	Idade de aposentadoria passa de 60 para 65 a todas as pessoas.
1994	Revisão da Lei de Estabilização do Emprego para Idosos	Introduz sistema de pós-aposentadoria.
1995	Lei Básica sobre Medidas para a Sociedade em Envelhecimento	Diretrizes para implementação de políticas para o envelhecimento.
2000	Formulação do Plano Ouro 21 / Promulgação do Sistema de Seguro de Cuidados de Longa Duração	Mudanças na gestão dos serviços e introdução do Sistema de Seguro de Cuidados de Longa Duração.
2000	Revisão da Lei de Estabilização do Emprego para Idosos	Extensão da idade obrigatória de aposentadoria - se o trabalhador desejar.
2005	Lei sobre prevenção de abuso de idosos	Define o que é Abuso de Idosos e estipula obrigação de denunciar violações.
2008	Sistema de atendimento médico para idosos com 75 anos ou mais	Sistema independente de saúde é criado para esta população.

Ano	Lei/política	Detalhes
2011	Revisão da Lei de Garantia do Abastecimento Estável de Moradias para Idosos	Promove habitações adequadas e com serviços para idosos.
2012	Revisão da Lei de Estabilização do Emprego para Idosos	Revisão para garantir acesso a trabalho para trabalhadores com idade superior a 65 anos.
2012	Plano Laranja	Novos programas de diagnóstico, tratamento e cuidado para pessoas com demência.
2013	Lei Básica de Contra-medidas de Desastres	Obriga municípios a preparar uma lista de pessoas que requerem assistência especial durante um desastre ou quando houver risco de desastre (idosos, pessoas com deficiência etc).
2015	Estratégia Abrangente - Realizar Comunidade Amiga da Idade e da Demência (Novo Plano Laranja	Revisão do plano com novas metas.

Fonte: elaborada a partir de (MHLW JAPAN, 2014, p. 24)

#### 4. Análise dos direitos dos idosos à luz dos direitos humanos<sup>28</sup>

Após a revisão dos direitos dos idosos no âmbito dos Direitos Humanos Internacionais e no Japão, interessa compreender como a comunidade internacional, representada pelas entidades das Nações Unidas, percebe o status de proteção dos direitos dos idosos no Japão. Esta análise será realizada a partir dos relatórios periódicos enviados pelo governo japonês aos comitês dos tratados internacionais mais relevantes acerca dos direitos dos idosos e do relatório sobre a implementação do MIPAA<sup>29</sup>. Importante notar que, como não há uma convenção internacional

28 Ver anexo 1 uma tabela resumo dos principais artigos internacionais seguidos pelo governo do Japão.

29 Serão avaliadas as versões mais recentes dos documentos: a) relatórios periódicos; b) observações finais; c) lista de questões e d) respostas à lista de questões. Para uma lista detalhada de todos os pactos ratificados pelo Japão ver <<https://www.mofa.go.jp/files/000175306.pdf>> Acesso em: 15/11/2019 e <<https://www.ohchr.org/EN/Countries/AsiaRegion/Pages/JPIIndex.aspx>> Acesso em: 15/11/2019.

específica sobre os direitos da população idosa, os Estados não submetem relatórios periódicos sobre este tema a um único comitê.

A partir da perspectiva do instrumento mais abrangente dos direitos dos idosos, o MIPAA<sup>30</sup>, no relatório referente à terceira rodada de monitoramento do plano, o Japão possui destaques positivos nos três eixos do plano: (i) com mecanismos de redistribuição de gênero em seu sistema de seguridade social<sup>31</sup>; (ii) a introdução e reforma do SSCLD que fortaleceu a base comunitária do sistema; (iii) no atendimento à demanda por habitação e transporte amigáveis para idosos pelo o SSCLD. A comissão relatora (ESCAP: Comissão Económica e Social para a Ásia e o Pacífico) cita o Japão como um exemplo na implementação de políticas públicas para idosos com planos de ação e mecanismos de monitoramento interno – por exemplo, os relatórios anuais sobre a Lei Básica sobre Medidas para a Sociedade em Envelhecimento.

No terceiro relatório periódico (JAPAN, 2011) sobre o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), o governo japonês destacou como medidas para os idosos: a revisão do SSCLD, a Lei sobre a Prevenção de Violência contra Idosos de 2005<sup>32</sup>, a revisão da Lei sobre a Estabilização do Emprego de Idosos (2006); as mudanças nas regras da previdência de 2004 – em caso de divórcio, a aposentadoria é dividida entre o casal; a Lei de Saúde para o Idoso – com aconselhamento nutricional; e a Lei de Vida Estável para os Idosos<sup>33</sup> – que contém disposições para facilitar o aluguel e moradias adequadas às necessidades dos idosos (art. 11 do PIDESC). Nos comentários sobre o relatório, o comitê apresentou preocupações com a desigualdade de renda entre homens e mulheres no sistema de aposentadoria e com a incidência de pobreza entre os idosos que não estão incluídos no sistema de previdência do país, principalmente entre as mulheres (CESCR, 2013).

No sexto relatório periódico (JAPAN, 2012) sobre o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP), a principal questão relativa às pessoas idosas é no artigo 26, sobre a exclusão de Coreanos Zainichi<sup>34</sup> do sistema de aposentadoria. Isto ocorre porque

---

Importante destacar que o MIPAA não é um tratado vinculante, por esta razão o Japão o adotou ao participar da Assembleia em 2012. Para maiores informações ver: [https://www.un.org/en/events/pastevents/pdfs/Madrid\\_plan.pdf](https://www.un.org/en/events/pastevents/pdfs/Madrid_plan.pdf) Acesso em: 15/11/2019.

30 Para maiores informações ver o relatório regional disponível em <<https://www.un.org/development/desa/ageing/wp-content/uploads/sites/24/2017/02/escap-mipaa-report2017.pdf>> Acesso em 21/11/2019.

31 O relatório não especifica o mecanismo citado, mas destaca a presença de licença maternidade no sistema japonês.

32 Segundo o governo, com a promulgação da lei, houve um aumento de denúncias, contribuindo para punição e prevenção de novas ocorrências.

33 Act of Stable Living for the Elderly

34 Coreanos Zainichi são um grupo minoritário no Japão. São chamados de zainichi os imigrantes coreanos e seus descendentes que migraram para o Japão durante o domínio colonial japonês

o governo japonês não adotou medidas transitórias para garantir a inclusão deste grupo após 1982 – são pessoas que não contribuíram para aposentadoria quando eram jovens e já não tinham idade para contribuir após a mudança da lei<sup>35</sup>.

No sétimo relatório periódico (JAPAN, 2014) da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), o governo japonês destacou o estabelecimento de esforços para a promoção da igualdade de gênero nas políticas de promoção de qualidade de vida para idosos – como emprego, participação social e presentes no Terceiro Plano para Igualdade de Gênero (2010) do país. O comitê, por sua vez, levantou preocupações acerca dos preconceitos sociais existentes contra a mulher idosa no país, existência de piores índices educacionais entre as mulheres idosas de minorias étnicas como Ainu e Buraku e sobre o fenômeno da “feminização da pobreza”.

Por fim, no primeiro relatório periódico da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD), o governo destacou medidas de (i) conscientização e acessibilidade que beneficiam os idosos em suas iniciativas que promovem o *design* universal em *hardwares*, *softwares* e nos sistemas de transporte; (ii) medidas preventivas para atender melhor às populações vulneráveis como os idosos em situações de emergência, (iii) acesso à justiça por meio de serviços de aconselhamento legal e advogados na residência ou em centros de idosos (JAPAN, 2017). Não havia considerações por parte do Comitê da CRPD sobre esses pontos até a conclusão deste texto.

Em suma, é possível apreender, por meio da análise dos referidos documentos, que a comunidade internacional reconhece, por um lado, a existência de uma amplitude de direitos e proteções específicas a uma grande parcela da população idosa no Japão – e que tais direitos são promovidos por diversas políticas públicas existentes – e por outro, que há uma lacuna significativa de proteção referente à população idosa que faz parte de grupos mais vulneráveis como mulheres, minorias étnicas, população de baixa renda e em situações de emergências.

## 5. Considerações finais

A percepção sobre os idosos, seu papel na sociedade e seus direitos mudou significativamente desde a segunda metade do Século XX tanto na comunidade internacional quanto em estados nacionais como o Japão. O sistema internacional não está mais alheio às necessidades dos idosos enquanto grupo que necessita de mecanismos de promoção e proteção de direitos específicos para que possam exercer plenamente suas liberdades

---

(1910-1945) voluntariamente ou recrutados pelo governo e serviço militar japonês. (CARVALHO; YAMAMOTO, 2018)

35 A Associação de Advogados de Coreanos “Zainichi” apresentou um relatório na 85a Sessão do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial denunciando tal prática do governo como discriminatória. Para maiores informações ver (LAWYERS ASSOCIATION OF ZAINICHI KOREANS (LAZAK), 2014) disponível em <[https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CERD/Shared%20Documents/JPN/INT\\_CERD\\_NGO\\_JPN\\_17768\\_E.pdf](https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CERD/Shared%20Documents/JPN/INT_CERD_NGO_JPN_17768_E.pdf)> Acesso em: 25/11/2019.

fundamentais. Embora seus instrumentos de proteção estejam fragmentados em diferentes documentos, é possível utilizá-los para monitorar e pressionar os Estados a tomarem medidas adequadas para protegê-los.

Neste cenário, o Japão se destaca não apenas pela proporção de idosos que possui em sua sociedade, como também pela forma como vem respondendo aos desafios que uma transformação demográfica tão acelerada apresentou à nação. Do ponto de vista dos direitos humanos, o país introduziu muitos mecanismos de promoção e proteção dos direitos dos idosos, entre os quais se destacam o Sistema de Seguro de Cuidados de Longa Duração e a Lei Básica sobre Medidas para a Sociedade em Envelhecimento. Ambas as medidas têm como objetivo preparar a sociedade para o envelhecimento, respeitando o direito dos idosos em manter-se parte de suas comunidades. Contudo, a partir do processo de monitoramento internacional sobre os pactos ratificados pelo país, torna-se evidente a existência de lacunas na garantia dos direitos de idosos pertencentes a grupos minoritários – notadamente as mulheres, minorias étnicas e a população de baixa renda. É urgente que o governo japonês tome medidas para suprir tais lacunas e, nesse ponto, o sistema internacional tem um papel fundamental de influência e pressão junto ao governo.

## Referências Bibliográficas

- ASIA PACIFIC OBSERVATORY. **Japan Health System Review**. [s.l.: s.n.].
- CARVALHO, B. A.; YAMAMOTO, L. Discrimination and hate speech against North Korean Schools in Japan. **Estudos Japoneses**, v. 39, p. 125–136, 2018.
- CEDAW. **Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women**, 1979. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/Documents/ProfessionalInterest/cedaw.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2019
- CESCR. **International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights**, 1966. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/Documents/ProfessionalInterest/cescr.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2019
- CESCR. **General Comment No. 6: The Economic, Social and Cultural Rights of Older Persons**, 1995. Disponível em: <<https://www.refworld.org/pdfid/4538838f11.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2019
- CESCR. **Concluding observations on the third periodic report of Japan, adopted by the Committee at its fiftieth session**. [s.l.: s.n.].
- CRPD. **Convention on the Rights of Persons with Disabilities and Optional Protocol UNITED NATIONS**, 2006. Disponível em: <<https://www.un.org/disabilities/documents/convention/convoptprot-e.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2019
- DEBERT, G. G. Família, Classe Social e Etnicidade: Um Balanço da Bibliografia sobre a Experiência de Envelhecimento. **BiB - Boletim Informativo e Bibliográfico**, n. 33, p. 33–50, 1992.

- DESA. **World Population Prospects The 2017 Revision**. United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division: [s.n.]. Disponível em: <[https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2017\\_KeyFindings.pdf](https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2017_KeyFindings.pdf)>. Acesso em: 25 nov. 2019.
- ETO, M. Public Involvement in Social Policy Reform: Seen from the Perspective of Japan's Elderly-Care Insurance Scheme. **Journal of Social Policy**, v. 30, n. 1, p. 17–36, 2001.
- FREDVANG, M.; BIGGS, S. The rights of older persons: Protection and gaps under human rights law. **Social Policy Working Paper**, n. 16, p. 1–21, 2012.
- HASHIMOTO, A. **The Gift of Generations: Japanese and American Perspectives on Aging and the Social Contract**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- ICCPR. **International Covenant on Civil and Political Rights** 16 December 1966, (entry into force 23 March 1976), 1966. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/en/professionalinterest/pages/ccpr.aspx>>. Acesso em: 25 nov. 2019
- ICPRMMF. **International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of Their Families**, 1990. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CMW.aspx>>. Acesso em: 25 nov. 2019
- JAPAN. CABINET OFFICE. **Annual Report on the Ageing Society**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www8.cao.go.jp/kourei/english/annualreport/2017/pdf/c1-1.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2019
- JAPAN. NIPSSR. **Population and Social Security in Japan**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<http://www.ipss.go.jp/s-info/e/pssj/pssj2019.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2019
- JAPAN. **Third periodic reports submitted by States parties under articles 16 and 17 of the Covenant**. CESCR: [s.n.]. Disponível em: <[https://tbinternet.ohchr.org/\\_layouts/15/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=E%2FC.12%2FJPN%2F3&Lang=en](https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/15/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=E%2FC.12%2FJPN%2F3&Lang=en)>. Acesso em 25 nov. 2019
- JAPAN. **Sixth periodic International Covenant on Civil and Political Rights**. CCPR: [s.n.].
- JAPAN. **Seventh and eighth periodic reports of Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women : fourth periodic reports of states parties : Colombia**. CEDAW: [s.n.].
- JAPAN. **Initial report submitted by Japan under article 35 of the Convention**. CRPD: [s.n.].
- KANTER, A. S. The United Nations Convention on the Rights of Persons with Disabilities and its Implications for the Rights of Elderly People Under International Law. 2009.
- LAWYERS ASSOCIATION OF ZAINICHI KOREANS (LAZAK). **Discrimination Against Koreans in Japan : Japan ' s Violation of the International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Table of Contents**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <[https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CERD/Shared Documents/JPN/INT\\_CERD\\_NGO\\_JPN\\_17768\\_E.pdf](https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CERD/Shared Documents/JPN/INT_CERD_NGO_JPN_17768_E.pdf)>. Acesso em 21 nov. 2019
- MHLW JAPAN. **Report of the Study Group for Japan ' s International Contribution to ' Active Aging ' (Original in Japanese) International Affairs Division Minister ' s**

**Secretariat Ministry of Health, Labour, and Welfare of Japan.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.mhlw.go.jp/file/05-Shingikai-10501000-Daijinkanboukokuksaika-Koku-saika/0000044929.pdf>>.

MINISTRY OF HEALTH LABOUR AND WELFARE OF JAPAN. **Long-Term Care Insurance System of Japan.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <[https://www.mhlw.go.jp/english/policy/care-welfare/care-welfare-elderly/dl/ltcisj\\_e.pdf](https://www.mhlw.go.jp/english/policy/care-welfare/care-welfare-elderly/dl/ltcisj_e.pdf)>.

MIPAA. **Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento** (Organização das Nações Unidas. tradução de Arlene Santos, Ed.) Brasília Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003, 2002.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>>. Acesso em: 25 nov. 2019

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **O que são direitos humanos | ONU Brasil.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>>. Acesso em: 21 nov. 2019a.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Pessoas idosas | ONU Brasil.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-idosas/>>. Acesso em: 21 nov. 2019b.

OCDE. Poverty risks in old-age remains high Shift of poverty risks across generations at different ages in Japan. p. 75–76, 2017.

OHCHR & UNDESA. **Human rights of older persons References from some core international human rights treaties and the Madrid International Plan of Action on Ageing Office of the High Commissioner for Human Rights and Department on Economic and Social Affairs.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://social.un.org/ageing-working-group/documents/Table HR & MIPAA - April 2011.pdf>>. Acesso em 21 nov. 2019

RODRIGUEZ-PINZÓN, D. The International Human Rights Status of Elderly Persons. **American University International Law Review**, v. 18, n. 4, p. 915–1008, 2003.

USUI, C.; PALLEY, H. A. The Development of Social Policy for the Elderly in Japan. **Social Service Review**, v. 71, n. 3, p. 360–381, 1997.

## Anexo 1

A tabela a seguir contém algumas referências das disposições existentes nos principais tratados de direitos humanos e no MIPAA sobre o envelhecimento e a relação de leis do Japão referentes aos mesmos temas. A seleção não é exaustiva.

Lista de siglas citadas na tabela:

- CEDAW: Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher;
- Convention on the Elimination of All forms of Discrimination Against Women (1979).
- CEDAW GR 27: Comitê para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, General Recommendation No.27 on the rights of older women, CEDAW/C/2010/47/GC.1, 19 October 2010
- CESCR GC 6: Comitê sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Committee on Economic, Social and Cultural Rights), General Comment No.6 on the economic, social and cultural rights of older persons - 12/08/1995
- CESCR GC 19: Comitê sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, General Comment No.19 on the right to social security (art. 9) - E/C.12/GC/19, 4 February 2008
- CESCR GC 20: Comitê sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, General Comment No.20 on Non-Discrimination in Economic, Social and Cultural Rights (art. 2, para. 2) - E/C.12/GC/20, 10 June 2009
- CRPD: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Convention on the Rights of Persons with Disabilities) (2006)
- PIDCP: Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (1966)
- PIDESC: *Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais* (1966)
- MIPAA: Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento de Madri (Madrid Plan of Action on Ageing) (2002)

Direitos Humanos	Principais tratados internacionais de DHs	Comentários gerais ou recomendações gerais dos órgãos de tratados de direitos humanos	Instruções prioritárias no Plano de Ação Internacional de Madri para o Envelhecimento	Leis e políticas no Japão
<p><b>1. Igualdade e não discriminação</b></p> <p><b>Declaração universal dos direitos humanos</b> art. 2:</p> <p>Todos têm direito a todos os direitos e liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem qualquer distinção</p>	<p>ICCPR, art 2; PIDESC, arts. 2.2 e 3: Respeito e garantia a todos os direitos reconhecidos no Pacto sem distinção de qualquer tipo. / - Direitos iguais de homens e mulheres. /CEDAW, arts 2: Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher / CRPD art 8.1: combater estereótipos e preconceitos relativos a pessoas com deficiência (...) incluindo idade.</p>	<p><b>CESCR CG 6</b>, parágrafos 20-21: - Em relação ao art. 3, Estados devem prestar atenção especial a mulheres mais velhas. <b>CESCR CG 20</b>, parágrafo 29: é proibida discriminação por idade em vários contextos</p>	<p><b>OP I: Tema 8. Obj. 1:</b> Igualdade de acesso de pessoas idosas à alimentação, à moradia, à assistência médica e a outros serviços durante e depois de desastres naturais e outras situações de calamidade pública.</p>	<p>Lei Básica sobre Medidas para a Sociedade em Envelhecimento (1995); A Lei Básica para Pessoas com Deficiência (2011), Terceiro plano básico para igualdade de gênero (2010); A Lei Básica de Contramedidas de Desastres (2013)</p>
<p><b>2. Direito a um padrão de vida adequado</b> Declaração Universal de Direitos humanos, art.25: Inclui comida, roupas, habitação, assistência médica, serviços sociais necessários doença, incapacidade, viuvez e velhice.</p>	<p><b>PIDESC, art. 11 e 2.2.:</b> Inclui moradia adequada, comida e roupas, e a contínua melhoria das condições de vida, sem discriminação para idosos. / <b>CRPD, art. 28:</b> idem acima. E Idosos com deficiência devem ter acesso a redes de proteção e programas de redução da pobreza. / <b>CEDAW, art. 14.2 h)</b> condições adequadas para mulheres de zona rural</p>	<p><b>CESCR CG 6</b> pára. 30: fornecer benefícios não contributivos para a velhice / pára. 33: devem ajudar idosos a continuar vivendo em suas próprias casas. <b>CEDAW GR 27, pars. 43 e 44:</b> Os fornecer a todas as mulheres um número não contributivo adequado de pensões (em igualdade de condições com homens); / que sejam acessíveis a mulheres mais velhas</p>	<p><b>OP I: Tema 3: OBj 1,2 e3:</b> melhoria de vida de pessoas idosas nas zonas rurais. / <b>Tema 6,</b> obj 1: redução de pobreza entre idosos/ <b>Tema 7,</b> oj 2: Renda mínima suficiente para idosos/ <b>tema 8,</b> obj 1: acesso dos idosos a bens e serviços após emergências/ <b>OI2: Tema 1,</b> obj 3: acesso a alimentos e nutrição para idosos <b>OI3: tema 1,</b> objs 1,2 e 3: envelhecer em casa, melhoria de habitação, preços acessíveis, transportes acessíveis para idoso</p>	<p>Lei de Serviço de Bem-Estar Social para os Idosos (1963); Sistema Universal de Seguros de Saúde e Previdência (1961); Sistema de Seguro de Cuidados de Longa Duração (2000); Revisão da Lei de Garantia do Abastecimento Estável de Moradias para Idosos (2011); Lei de Saúde para o Idoso – com aconselhamento nutricional; Public Assistance Act; A lei de promoção do transporte tranquilo.</p>

Direitos Humanos	Principais tratados internacionais de DHs	Comentários gerais ou recomendações gerais dos órgãos de tratados de direitos humanos	Instruções prioritárias no Plano de Ação Internacional de Madri para o Envelhecimento	Leis e políticas no Japão
<p><b>3. Direito ao mais alto atingível padrão de físico e saúde mental</b> Declaração Universal de Direitos humanos, art.25: O direito a um padrão de vida adequado à saúde e bem-estar de todas as pessoas.</p>	<p><b>PIDESC, art. 12:</b> Direito universal ao gozo do mais alto padrão possível de saúde física e mental/ <b>CEDAW, art. 12:</b> - eliminar discriminação contra as mulheres no campo dos cuidados de saúde / <b>CRPD, art. 25 b):</b> garantir acesso para pessoas com deficiência a serviços de saúde e serviços projetados para minimizar e evitar mais deficiência incluindo idosos.</p>	<p><b>CESCR CG 6, pars. 34 e 35 e GC 14, par. 25:</b> abordagem abrangente e integrada com prevenção, reabilitação e cuidados dos doentes terminais. / <b>CEDAW GR 27, parágrafos 45 e 45:</b> política específica para a proteção da saúde das mulheres mais velhas, especialmente de mulheres pertencentes a minorias e mulheres com deficiência.</p>	<p><b>OPII: Tema 1 Objs 1,2,3:</b> políticas de prevenção de doenças, acesso a alimentos e nutrição adequadas. / <b>Tema 2, Objs 1,2,3 e4:</b> Eliminação de desigualdades sociais, incluindo linguística, para idosos terem acesso a saúde; desenvolvimento de serviços de atenção primária e longo prazo com participação dos idosos/ <b>Tema 3: obj 1 e 2:</b> Avaliação de impacto de HIV e Aids na saúde dos idosos e acesso a e assistência médica.</p>	<p>Sistema Universal de Seguros de Saúde e Previdência (1961); Sistema de Seguro de Cuidados de Longa Duração (2000); Lei de Saúde para o Idoso – com aconselhamento nutricional; Terceiro plano básico para igualdade de gênero; A Lei Básica para Pessoas com Deficiência</p>
<p><b>4. Direito ao trabalho</b> Declaração Universal de Direitos humanos, art. 23: Direito universal ao trabalho e pagamento igual por igual trabalho, sem nenhum tipo de discriminação</p>	<p><b>PIDESC, arts. 6 e 7:</b> O direito de todos à oportunidade de ganhar a vida por trabalho que ele escolha livremente, remuneração justa sem qualquer tipo de discriminação/ programas de formação técnica e profissional orientação e treinamento</p>	<p><b>CESCR CG 6, pars 24 a 25:</b> prevenir discriminação com base na idade em empregos/ empregar trabalhadores idosos onde melhor aproveitem sua experiência/ preparação para aposentadoria/ <b>CEDAW CR 27, par. 41 e 42:</b> empregar mulheres idosas sem discriminação com base na idade.</p>	<p><b>OPI: Tema 2 obj 1:</b> oportunidade de emprego todos idosos que queiram trabalhar/ <b>Tema 4 Obj1:</b> treinamento e recolocamento para idosos/ <b>OPII: tema 6, obj 1:</b> manutenção da capacidade funciona longo da vida e participação idosos com deficiência/ <b>OPIII Tema 4 obj 1:</b> Melhoria do reconhecimento público da produtividade e outras contribuições dos idosos.</p>	<p>Revisão da Lei de Estabilização do Emprego para Idosos (2015); Lei Básica sobre Medidas para a Sociedade em Envelhecimento (1995); Centro de Recursos Humanos Prateado</p>

Direitos Humanos	Principais tratados internacionais de DHs	Comentários gerais ou recomendações gerais dos órgãos de tratados de direitos humanos	Instruções prioritárias no Plano de Ação Internacional de Madri para o Envelhecimento	Leis e políticas no Japão
<p><b>5. Direito a segurança social</b> Declaração Universal de Direitos humanos, art. 22: O direito a segurança social; A realização de direitos econômico, social e culturais indispensáveis para dignidade do ser humano.</p>	<p><b>PIDESC, art. 9:</b> o direito à segurança social, incluindo seguro social. / <b>CEDAW, art. 11.1 e):</b> Igualdade entre homens e mulheres à seguridade social, principalmente nos casos de aposentadoria, desemprego, doença, invalidez e velhice. / <b>CDPD, art. 28.2:</b> Pessoas idosas com deficiência: devem ter acesso a programas de proteção social e redução da pobreza</p>	<p><b>CESCR GC 6, pars. 26 a 30:</b> oferecer benefícios de velhice não contributivos a todos os idosos / Idade da aposentadoria deve ser flexível <b>CESCR GC 19, par. 15:</b> seguridade social para os idosos. / <b>CEDAW CR 27, par. 42, 43 e 44:</b> Pensões não contributivas para todas as mulheres (igualdade de condições com os homens).</p>	<p><b>OPI: Tema 5 Obj 1:</b> solidariedade e reciprocidade entre gerações/ <b>Tema 6 Obj 1:</b> Redução da pobreza entre idosos/ <b>Tema 7: Obj 1 e 2:</b> - programas de proteção social básica, incluindo, pensões, seguro de invalidez e benefícios de saúde./ Renda mínima suficiente para todos os idosos, prestando atenção especial a grupos desfavorecidos social e economicamente.</p>	<p>Lei de Serviço de Bem-Estar Social para os Idosos (1963); Sistema Universal de Seguros de Saúde e Previdência (1961); Public Assistance Act; Revisão da previdência 2004</p>
<p><b>6. Direito à educação</b> Declaração Universal dos Direitos Humanos, art. 26: - A educação técnica e profissional deve estar disponível - A educação superior deve estar igualmente disponível para todos (com base no mérito)</p>	<p><b>PIDESC art. 13 e 6.2:</b> Direito à educação; políticas de orientação e treinamento técnico e vocacional <b>CEDAW, art. 10:</b> eliminar a discriminação contra as mulheres no campo da educação, acesso a programas de educação continuada e de adultos. <b>CRPD, art. 24:</b> sistema educacional inclusivo e a aprendizagem ao longo da vida.</p>	<p><b>CESCR CG 6, pars. 36 e 37:</b> direito dos idosos a educação; e disponibilizar o conhecimento dos idosos para as gerações mais jovens. / (programas informais, comunitários e de recreação para idosos) / <b>CEDAW GR 27, par. 40.</b> garantir às mulheres mais velhas o acesso à educação de adultos.</p>	<p><b>OPI:Tema 4 / Obj. 1 e 2:</b> Igualdade de oportunidades na educação, reciclagem e serviços de colocação. / reconhecimento dos benefícios do aumento experiência com a idade.</p>	<p>Lei Básica sobre Medidas para a Sociedade em Envelhecimento (1995); Terceiro plano básico para igualdade de gênero; Centro de Recursos Humanos Prateado.</p>

Direitos Humanos	Principais tratados internacionais de DHs	Comentários gerais ou recomendações gerais dos órgãos de tratados de direitos humanos	Instruções prioritárias no Plano de Ação Internacional de Madri para o Envelhecimento	Leis e políticas no Japão
<p><b>7. Direito à privacidade</b> Declaração Universal dos Direitos Humanos, art. 12: - Direito à privacidade (proteção contra interferências arbitrárias)</p>	<p><b>PIDESC art. 17:</b> Direito à privacidade (proteção contra interferências arbitrárias ou ilegais em sua privacidade, família, casa ou correspondência)</p>		<p><b>OP III:</b> Promoção do envelhecer na comunidade, levando em consideração as preferências individuais e opções de moradia a preços acessíveis para idosos. / promover uma vida independente.</p>	<p>Revisão da Lei de Garantia do Abastecimento Estável de Morádias para Idosos (2011); Revisão do Sistema de Seguro de Cuidados de Longa Duração (2014)</p>
<p><b>8. Direito à liberdade e segurança da pessoa</b> Declaração Universal de Direitos humanos, arts.3 e 5: - Direito à vida, liberdade e segurança - Proibição de qualquer tipo de tratamento cruel, desumano ou degradante</p>	<p><b>PIDCP, art. 7:</b> Proibição de tortura e de qualquer tratamento cruel, desumano ou degradante. <b>CRPD, art. 16:</b> Exigência de assistência e apoio sensíveis à idade para pessoas com deficiência e suas famílias para evitar exploração, violência e abuso</p>	<p><b>CEDAW GR 27, pars. 33, 36 e 37:</b> fornecer a mulheres idosas informações sobre seus direitos. Sensibilizar e treinar autoridades sobre questões de gênero e que afetem as mulheres mais velhas. / eliminar estereótipos negativos contra mulheres idosas.</p>	<p><b>OP I: Tema 5 Obj 1.</b> Solidariedade e reciprocidade entre gerações. <b>OP III: Tema 3 Obj. 1 e 2</b> - Eliminação de todas as formas de negligência, abuso e violência de idosos.</p>	<p>Lei sobre prevenção de abuso de idosos (2005); Assistência jurídica em centros para idosos (Japan Legal Support Center); Terceiro plano básico para igualdade de gênero</p>

Direitos Humanos	Principais tratados internacionais de DHs	Comentários gerais ou recomendações gerais dos órgãos de tratados de direitos humanos	Instruções prioritárias no Plano de Ação Internacional de Madri para o Envelhecimento	Leis e políticas no Japão
<p><b>9. Direito à vida familiar</b> Declaração Universal dos Direitos Humanos, art. 16.3 A família, como unidade fundamental da sociedade, tem direito à proteção do Estado</p>	<p><b>PIDESC, art. 10:</b> - A família deve usufruir da maior proteção e assistência possíveis.</p>	<p><b>CESCR CG 6, par. 31:</b> apoiar e fortalecer a família e ajudá-la a responder à necessidade dos membros idosos. <b>CEDAW CR 27, pars. 43 e 51:</b> benefícios sociais e econômicos para mulheres mais velhas que cuidam de crianças, bem como todo o apoio necessário para cuidado de pais ou parentes idosos. / revogar legislação que discrimine mulheres mais velhas em casamento, herança e propriedade</p>	<p><b>OP I: Tema 5 Obj 1.</b> Solidariedade e reciprocidade entre gerações. <b>OP III:</b> Promoção do envelhecer na comunidade, levando em consideração as preferências individuais e opções de moradia a preços acessíveis para idosos. / apoio para cuidadores de idosos</p>	<p>Sistema de Seguro de Cuidados de Longa Duração (2000); Revisão da Lei de Garantia do Abastecimento Estável de Moradias para Idosos (2011); Lei Básica sobre Medidas para a Sociedade em Envelhecimento (1995)</p>

Fonte: elaborada a partir de (OHCHR & UNDESA, 2011) disponível em: <https://social.un.org/ageing-working-group/documents/Table%20HR%20&%20MIPAA%20-%20April%202011.pdf> Acesso em: 01/12/2019

# DA TRADIÇÃO MILENAR À CONTEMPORANEIDADE: SIGNIFICADOS DA CERIMÔNIA DO CHÁ JAPONESA<sup>1</sup> FROM THE ANCIENT TRADITION TO THE CONTEMPORANEITY: MEANINGS OF THE NIPONIC TEA CEREMONY IN BRAZIL

*Fernanda Guarnieri<sup>2</sup>*  
*Nôga Simões de Arruda Corrêa da Silva<sup>3</sup>*  
*Olga Maria Coutinho Pépece<sup>4</sup>*

É possível compreender os significados da Cerimônia do Chá Japonesa no século XXI por meio da Teoria de estudos de cultura e consumo com foco no consumo ritualístico. Ao identificar os significados desse ritual desde a tradição milenar, é possível compreender as influências culturais e de consumo de povos nipônicos na cultura brasileira. Foi realizada pesquisa qualitativa com entrevistas e observação participante em Cerimônias do Chá. Os resultados apontaram que a Cerimônia do Chá é um ritual de troca e que os seus significados se mantêm fiéis à tradição japonesa, atrelados à harmonia, ao respeito, à pureza e à tranquilidade. Além disso, as Cerimônias do Chá realizadas no Brasil despertam o interesse de japoneses residentes atualmente no Japão, que buscam nestas cerimônias uma forma de reviver as práticas das tradições japonesas do período milenar.

**Palavras-chave:** Rituais de Consumo. Cerimônia do Chá. Consumo Transcultural. Significados de Consumo. Cultura japonesa.

---

1 Artigo submetido em 26/11/2019 e aprovado em 08/04/2020.

2 Doutoranda e Mestre em Administração pela Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Brasil; fernandamguarnieri@gmail.com (ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5645-7657>).

3 Mestre em Administração pela Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Brasil; noga.simoes@gmail.com (ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2799-5058>).

4 Professora Associada do Departamento de Administração da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Brasil; Doutora em Administração pela Universidade Federal do Paraná; opepece@gmail.com (ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-9155-9285>).

Understanding the meanings of the Japanese Tea Ceremony in the 21st Century is important for consumer studies. By identifying meanings of this ritual since ancient tradition, it is possible to understand how cultural and consumption influences of Japanese ethnic groups that immigrated to Brazil. Qualitative research was carried out with interviews and participant observation in Tea Ceremonies. The results pointed out that the Tea Ceremony is a ritual of exchange and that its meanings remain faithful to the Japanese tradition, tied to harmony, respect, purity and tranquility; awakening even the interest of Japanese citizens who reside in Japan, seeking in Brazil a way to revive the practices of Japanese traditions in the millennial period.

**Keywords:** Consumption Rituals. Tea Ceremony. Transcultural Consumption. Meanings of Consumption. Japanese culture.

## 1. Introdução

O ritual, conforme definido por McCracken (2007, p. 108), “é compreendido como uma ação social cultivada para a manipulação do significado cultural, como comunicação e categorização individual e coletiva”, afirmando, exaltando ou revisando símbolos e significados da ordem cultural. A ausência de rituais consiste em viver sem significados claros e, provavelmente, sem memórias, portanto os rituais possuem relevância histórica (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004) e de organização e manutenção de valores da sociedade.

A compreensão sobre os rituais de consumo repousa em aspectos presentes na sociedade e quando investigada por lentes da cultura de consumo (CUPOLLILO; CASOTTI; CAMPOS, 2014), permite a apreensão dos significados simbólicos que cercam os ambientes de mercado, assim como as influências culturais manifestadas por meio dos comportamentos de consumo ritualizados.

As práticas culturais e rituais, devido a sua importância para as comunidades de origem, são ensinadas de geração em geração e acompanham os indivíduos quando esses imigram para diferentes locais (CUPOLLILO; CASOTTI; CAMPOS, 2014). Quando a imigração é de muitos indivíduos, a realização dessas práticas extrapola o âmbito familiar e ganha espaço público, influenciando e envolvendo inclusive a cultura do local de imigração. Como exemplo, é possível citar a comunidade alemã que reside no estado de Santa Catarina e realiza anualmente a Oktoberfest, uma festa inspirada na festa homônima realizada em Munique, desde o século XIX, para desfrutar o consumo de um produto bastante típico na Alemanha, a cerveja. A Oktoberfest da cidade de Blumenau teve início há 35 anos (A FESTA, 2019) e atualmente atrai pessoas de todo o Brasil, representando importante contribuição econômica para o município<sup>5</sup>. Outro exemplo de imigrantes que ingressaram no Brasil com grande número de famílias é o caso da comunidade japonesa presente em diversas regiões do Brasil e concentradas nos estados de São Paulo e do Paraná. Dentre as tradições culturais dos povos japoneses,

---

5 No ano de 2018 o público total da Oktoberfest somou 592.291 visitantes segundo Lima (2019).

destaca-se a Cerimônia do Chá. Desde o início da imigração japonesa para o Brasil, esta Cerimônia assumiu importância para os imigrantes ao permitir a manutenção da cultura de origem.

À vista disso, considerando a importância do conhecimento dos rituais de consumo para a compreensão das tradições culturais dos indivíduos imigrantes, buscou-se compreender os componentes rituais da Cerimônia do Chá, de tradição japonesa, no século XXI, no Brasil. É prudente ressaltar dois aspectos sobre o objetivo proposto no que tange aos imigrantes e no que diz respeito aos rituais. Primeiro, as tradições culturais se fazem importantes ao enfatizar os significados dos discursos culturais locais e de imigrantes (GOLDSTEIN-GIDONI, 2005). Segundo, conforme apontado por McCracken (2003), os rituais são de grande importância para a compreensão da dimensão simbólica do consumo, visto que as práticas rituais constituem o sistema de consumo e as práticas sociais dos consumidores. Conforme será apresentado mais adiante, foram investigados como objetivos específicos neste artigo os quatro componentes atrelados à experiência de rituais que têm como base Rook (2007), os quais são 1) o roteiro, 2) os artefatos, 3) a representação dos papéis e 4) a plateia do ritual. Também foram objetivos deste artigo identificar os significados socioculturais e as contribuições do consumo da Cerimônia do Chá.

## **2. Referencial teórico**

### **2.1 Teoria de Cultura e Consumo**

A cultura é compreendida, conforme Hofstede (1997, p. 5), como a “programação coletiva da mente que distingue os membros de um grupo ou categoria de pessoas de outro”. Em vista disso, “podemos pensar na cultura como personalidade de uma sociedade”, resultado da acumulação de significados, rituais, normas e tradições compartilhados entre os membros de uma organização ou sociedade (SOLOMON, 2011, p. 568).

Luna e Gupta (2001) ressaltam que as manifestações culturais são reforçadas pelo comportamento de consumo que é influenciado pela cultura. O comportamento de consumo ocorre em consequência dos sistemas de valores culturais que um indivíduo apresenta em comum com grupos aos quais pertence. Esse comportamento pode ser identificado e adotado como uma cultura específica de uma população (LUNA; GUPTA, 2001). Para investigar esse tema, Casotti e Suarez (2016, p. 358) observam que “o Brasil é um contexto relevante por suas características históricas e sociais que constroem um caldeirão multicultural, de convivência e miscigenação de diferentes etnias”.

Hofstede (1997), na mesma linha, destaca quatro manifestações culturais que influenciam o comportamento de consumo: valores, heróis, símbolos e rituais. Os valores remetem a uma crença norteadora de ações e julgamentos em determinadas situações. Os heróis referem-se àqueles indivíduos, vivos ou falecidos, reais ou imaginários, sendo valorizados e considerados como exemplos de comportamento

(HOFSTEDE, 1997), que estão relacionados com o respeito e o compromisso em preservar tradições culturais (SCHWARTZ; SAGIE, 2000) consideradas relevantes por grupos sociais. Os símbolos representam uma categoria de processos e objetos que, juntos, constituem um significado que é específico de um grupo particular de indivíduos (HOFSTEDE, 1997).

Já os rituais, que serão mais bem compreendidos a seguir, remetem a um significado cultural, algo mais amplo englobando a cultura de um povo. No que tange aos principais conceitos atrelados aos rituais, Turner (1974/2005, p. 49) traz o conceito de ritual como um “comportamento formal prescrito por ocasiões determinadas por rotinas não tecnológicas e que tem referências em crenças e seres ou poderes místicos”. Além disso, os rituais são constituídos por uma sequência de ações padronizadas com repetições periódicas, transmitindo “significados e dizem respeito ao uso de símbolos culturais” (TURNER, 1974/2005, p.49). Em linha com esse entendimento, os aspectos ritualísticos estão inseridos no que abrangem as teorias de cultura e consumo. Isso porque, conforme assinalado por Casotti e Suarez (2016, p. 355), tais teorias partem essencialmente dos “significados sociais, influências sócio-históricas e dinâmicas sociais que moldam as experiências do consumidor e suas identidades nos mais variados contextos da vida cotidiana”.

## **2.2 Rituais de consumo**

Os estudos relacionados aos rituais de consumo são oriundos de Levy (1959), que apresenta um enfoque para o valor simbólico presente no consumo, e do trabalho de Rook (2007). Rook e Levy (1983) perceberam a presença do tema rituais de consumo ao entenderem o comportamento ritual como meio de análise da interpretação dos significados simbólicos do consumo.

Rook (2007, p. 83) define ritual “como um tipo de atividade expressiva e simbólica construída de múltiplos comportamentos que se dão em uma sequência fixa e episódica e tendem a se repetir com o passar do tempo”. Conforme o autor, a experiência do ritual está relacionada a quatro componentes: i) roteiro do ritual, que orienta o uso dos artefatos materiais e os papéis dos agentes no ritual; ii) artefatos rituais (alimentos e bebidas, diplomas, velas, dentre outros), os quais são utilizados em um contexto ritualístico comunicando mensagens simbólicas específicas que compõem o significado da experiência como um todo; iii) representação do(s) papel(éis) do ritual, que pode ser extensa, limitada, ou inexistente, passiva ou ativa, visto que a mídia de massa permite participar de uma variedade de rituais indiretamente e não como participante direto; iv) plateia do ritual, que pode ser uma plateia maior do que a das pessoas com papel específico na realização do ritual.

Além dos quatro componentes descritos por Rook (2007), o autor ainda destaca como característica essencial dos rituais a repetição, pois dela depende a perpetuação dessa manifestação cultural. Analisando diferentes tipos de rituais, autores como Van

Gennep (1978) identificaram que esses podem ser classificados socialmente de acordo com seu objetivo principal. Assim, existem rituais de separação, como por exemplo, velórios; rituais de margem, que representam situações temporárias, como por exemplo, cerimônias de noivas que estão se candidatando à vida religiosa; e rituais de agregação, como é possível exemplificar nos casamentos. McCracken (2007) classifica os rituais de consumo e chega a quatro categorizações: i) rituais de troca, ii) rituais de posse, iii) rituais de arrumação e iv) rituais de despojamento. Os rituais de troca ocorrem em celebrações como Natal e aniversários, de forma que ocorre na escolha, na compra e na apresentação dos bens de consumo, sendo, por exemplo, o ato de presentear que é um ato de troca. No que diz respeito aos rituais de posse, despende-se tempo limpando, discutindo e refletindo sobre, mostrando ou mesmo fotografando as posses, na tentativa de extrair do objeto as qualidades que lhe foram conferidas (MCCRACKEN, 2007).

Nos rituais de arrumação, verifica-se que parte do significado extraído dos bens tem uma natureza perecível, de modo que o consumidor necessita extrair esse significado de suas posses de forma contínua, como por exemplo, limpando os bens para conservá-los. Quanto aos rituais de despojamento, há dois tipos. Um ocorre quando o indivíduo compra um bem que pertenceu a outro indivíduo e deseja deletar o significado associado ao proprietário anterior. O outro tipo acontece quando a pessoa está quase dispensando um bem e com isso busca apagar o significado que foi investido nesse bem (MCCRACKEN, 2007).

### 2.3 Consumo e Cerimônia do Chá

O consumo do chá como bebida surgiu na China durante os séculos I e II, na dinastia Han (HIROSE, 2010). Devido a sua preciosidade, o chá foi inicialmente utilizado como remédio até ser consumido por imperador, nobres e religiosos. Incorporado na China no século VI, transformou-se em bebida para consumo entre membros de comunidades religiosas e pela elite do século (BLEILER, 1963; HIROSE, 2010; BOIKO, 2011; JHUN, 2012; ANDERSON, 1987). Posteriormente, entre os séculos XI e XII, a doutrina Budista Zen, que surgiu no século VI, foi sendo difundida no Japão (BOIKO, 2011). Os monges consumiam o chá para permanecerem acordados durante a meditação noturna nos mosteiros. Com o passar do tempo, desenvolveram uma filosofia de vida em que encontrariam sua realização no *Chado* ou *Cerimônia do chá* (HIROSE, 2010).

A partir de sua difusão no Japão, as reuniões de chá tornaram-se uma forma de entretenimento, promovidas, inicialmente, como forma de identificar vários tipos de chá (JHUN, 2012). Segundo Boiko (2011), nesses encontros eram realizados concursos, que premiavam os mais experientes no preparo da bebida. Mas foi Murata Shuko que transformou essas reuniões na Cerimônia do Chá propriamente dita. Além disso, Shuko foi o primeiro mestre que valorizou a Cerimônia e adotou-a na cultura japonesa. O mestre passou a utilizar a caligrafia para a decoração para o *tokonoma*; criou novos utensílios e introduziu a estante para guardar os objetos da Cerimônia (*daisu*). Também desenvolveu

as normas para regulamentação da Cerimônia no código de boas maneiras dos samurais (Bushido) e dos monges Zen durante as refeições, compreendendo a Cerimônia a partir de um estilo elegante e simples de expressão relacionada à vida do povo (HIROSE, 2010; ANDERSON, 1987).

Porém, é no período Momoyama, no século XVI, com Sen-no-Rikyu que a Cerimônia adota sua estrutura definitiva e forma mais desenvolvida, com o modelo *chashitsu*, ou Cabana de Chá, e seu jardim (BOIKO, 2011). Rikyu inseriu na Cerimônia algumas características, como: o local, que transmite a “simplicidade de uma cabana de camponeses, com seu telhado rústico e teto de bambu, janelas de treliça e paredes toscas; o jardim roji, uma das formas mais elevadas de arte (RAFACHO, 2007), que relembra uma paisagem de montanha e induz à meditação; e a decoração sóbria” (HIROSE, 2010, p. 96). Além das vestimentas utilizadas por aqueles que participavam das Cerimônias, como os quimonos (GREINER, 2015). Para o mestre Rikyu, segundo Hirose (2010), a Cerimônia deve ser pautada na harmonia (*Wa*), no respeito (*Kei*), na pureza (*Sei*) e na tranquilidade (*Jaku*), os seus princípios básicos.

Esse período de definição e desenvolvimento definitivo da Cerimônia foi marcado por conturbações devido às guerras e tentativas de unificação do país, por isso o mestre Rikyu trouxe para a Cerimônia características de simplicidade, observadas já inicialmente na Cabana de Chá (JHUN, 2012). O Ikebana, uma arte japonesa realizada com arranjos florais, também proporciona o sentimento de simplicidade manifestado por meio da estética, envolvendo o pensamento japonês quanto à natureza, ao belo e à espiritualidade (FREIRE, 2014) e compõe o conjunto que abrange a Cerimônia do Chá (HIROSE, 2010; JHUN, 2012). Posteriormente a Rikyu, alguns mestres o sucederam, até que surgiram algumas escolas próprias: Urasenke, Omotesenke e Mushanokojisenke, que estão em atividades até os dias atuais. Sen Soshitsu XV, o grande mestre Urasenke, que é a escola abordada nesse estudo, declarou que o propósito de preparação do ritual da Cerimônia do Chá é o de “perceber a tranquilidade da mente em comunhão com os semelhantes em nosso mundo” (ANDERSON, 1987, p. 475).

Por fim, para Bleiler (1963, p. 39), “a filosofia do chá não é mero esteticismo, no sentido usual da palavra, pois exprime, juntamente com a ética e a religião, nosso ponto de vista genérico acerca do homem e da natureza”.

## 2.4 A Cerimônia do Chá na comunidade nipo-brasileira

A Cerimônia do Chá (*Chanoyu*), ao ter sua forma de celebração japonesa preservada pelos imigrantes japoneses no Brasil, contribuiu para o processo de adaptação desses no novo país, assim como um modo de articulação e integração com os brasileiros (ROCHA, 1998; JHUN, 2012). O *Chanoyu* representou um processo de adaptação étnica, estética e simbólica dos imigrantes japoneses, que buscaram em outros países uma forma de superar o período conturbado que o Japão enfrentava no século XIX, especificamente na Europa e na América, sendo o Brasil o principal destino da imigração japonesa.

Rocha (1996) observa que a Cerimônia se transformou em uma forma de representar o *ethos* japonês pelos imigrantes e seus descendentes brasileiros, mantendo as tradições culturais. As práticas culturais e rituais da comunidade nipônica expressam cooperação do grupo envolvido, sendo essas ensinadas de geração para geração. É nesse sentido que, para Rocha (1999), a Cerimônia do Chá se tornou uma arte ideal para a transmissão de valores da cultura japonesa, sendo percebida como um verdadeiro símbolo do que é ser japonês, ao unir os ensinamentos de uma tradição, cultura e comportamento apropriado. Portanto, estudá-la ainda é altamente valorizado.

É na Cerimônia do Chá que os imigrantes japoneses e seus descendentes se agarram em sua tentativa de preservar sua identidade japonesa (IKARI, 2005). Eles a veem como o reservatório da tradição que deixaram para trás. Para os imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil, as aulas da Cerimônia do Chá eram uma ocasião social que oportunizava falar japonês, comer doces japoneses, ser japonês. Assim, a mesma proporciona sociabilidade e socialização e, por meio dela, os imigrantes e seus descendentes constroem sua identidade étnica.

Convém explicar que a prática da Cerimônia do Chá no Brasil passou a ser desenvolvida após a II Guerra Mundial (IKARI, 2005) e teve início em São Paulo a partir do IV Centenário, em 1954, evento que contribuiu para o incentivo da participação de comunidades de imigrantes, dentre essas, a comunidade japonesa (ROCHA, 1998; JHUN, 2012). As primeiras demonstrações da Cerimônia do Chá ocorreram e grupos de simpatizantes contribuíram para a fundação da Escola de Chá Urasenke e a fundação do Centro Urasenke do Brasil. Desde a realização das primeiras Cerimônias do Chá no Brasil já se passaram mais de 60 anos e, como esse ritual continua sendo realizado no país, alguns questionamentos chamaram a atenção: 1) Considerando que já se passaram mais de 100 anos do início da imigração japonesa para o Brasil, como esse ritual é realizado hoje e quais os componentes rituais que o compõem? E 2) os significados da cultura japonesa compartilhados na Cerimônia do Chá realizada na atualidade são os mesmos da década de 50 ou passaram por modificações? Quais as contribuições do consumo da Cerimônia do Chá? No intuito de encontrar respostas para esses questionamentos, foi realizada a presente pesquisa com o percurso metodológico conforme segue.

### **3. Percurso Metodológico**

Partindo de uma abordagem qualitativa e descritiva (DENZIN; LINCOLN, 2006), buscou-se compreender os componentes rituais e os significados socioculturais do consumo da Cerimônia do Chá junto à comunidade japonesa no interior da Região Sul do Brasil. Tal região é caracterizada com expressiva participação cultural da população dos japoneses. Verificam-se 111 anos do início da imigração japonesa para o Brasil e que uma maior concentração de japoneses se encontra no sul e sudeste do País. O número estimado de cidadãos brasileiros com ascendência japonesa é de 1,5 milhão de pessoas,

de acordo com o Consulado Geral do Japão em São Paulo (OLIVEIRA, 2017). De acordo com o Portal Bem Paraná (2018), o Paraná foi uma das unidades federativas que mais recebeu imigrantes japoneses e se beneficiou muito com a presença desta comunidade na sua construção.

Foram investigados os elementos constituintes da Cerimônia do Chá no que tange aos artefatos materiais, roteiro, papéis dos participantes, audiência e significados desse ritual.

A presente pesquisa contou com duas fases, uma exploratória na qual as pesquisadoras se aproximaram do tema e uma fase descritiva. Na primeira fase, foi realizada uma entrevista presencial com um mestre da Cerimônia de Chá e reunião de publicações que tratassem do tema. No segundo momento, com o intuito de buscar dados que contemplassem uma pesquisa descritiva, foi realizada observação participante e entrevistas com diversos atores envolvidos neste ritual.

A primeira fase trouxe informações que descreveram o cuidado que os japoneses têm ao escolher cada item da decoração que fará parte da Cerimônia do Chá, uma vez que cada um desses itens possui significados atrelados à cultura japonesa. Portanto, para a segunda fase, a coleta de dados por observação mostrou-se a mais indicada, para possibilitar a captação desses detalhes relevantes para o entendimento dos componentes rituais da Cerimônia do Chá. Também foi identificado na primeira fase que existem diferentes papéis dos participantes da Cerimônia, o que levou as pesquisadoras a optarem pela observação participante e, complementarmente, à coleta de dados com entrevistas pessoais que incluíssem diferentes agentes do ritual. As observações ocorreram durante um Festival de Cerimônia do Chá, em uma cidade localizada na Região Sul do Brasil. Foram entrevistados 10 participantes do Festival, com um roteiro previamente estruturado. Os entrevistados são todos da escola de chá Urasenke, como pode ser visto no Quadro 1, com uma breve caracterização e com seus respectivos nomes fictícios. Além disso, coleta de fotos, vídeos e artefatos (NIQUE; LADEIRA, 2014) foram realizadas a fim de contribuir para a análise e interpretação de informações.

Houve a preocupação de entrevistar tanto os convidados que participaram da Cerimônia do Chá, quanto os mestres e professores, visto que há diferença entre professor e mestre da Cerimônia. O professor ainda está se preparando para receber o título de mestre, que ocorre após aproximadamente vinte anos de estudos. O mestre é aquele que já possui o título e os anos de experiência da prática da Cerimônia. Já os convidados são aqueles que frequentam a Cerimônia como uma prática com ou sem interesse ou disponibilidade de dedicação aos estudos exigidos para com os professores e mestres. Além disso, não há uma distinção entre descendentes de japoneses, visto que o ensino e a aprendizagem da Cerimônia do Chá estão abertos a qualquer etnia. No caso das entrevistas realizadas, havia professores com média de quinze anos de experiência e aqueles já mestres. Por isso, as análises de ambos, mestres e professores, não foram distinguidas, mas apenas entre mestre/professor e convidados.

**Quadro 1: Caracterização dos entrevistados**

Entrevistado	Idade	Tempo de participação em Cerimônias do Chá	Descendência japonesa	Papel no ritual
Kimura	41	30 anos	Sim	Mestre
Robson	50	19 anos	Não	Professor
Marcelo	55	36 anos	Não	Convidado principal
Lívia	26	10 anos	Sim	Convidado
Silvia	46	7 anos	Não	Convidado
Roberto	51	8 anos	Sim	Convidado
Sandra	53	15 anos	Sim	Convidado
Mariana	50	2 meses	Não	Convidado
Camila	25	1 ano	Sim	Convidado
Lourdes	60	45 anos	Sim	Convidado

Fonte: Autoras.

A respeito da análise dos dados, adotou-se a análise de conteúdo com ênfase nas operações de desmembramento do texto em unidades, chamadas categorias, segundo reagrupamentos analógicos, conhecida como análise categorial temática (BARDIN, 1977). Os temas emergiram da literatura consultada de Rook (2007), quanto aos elementos que compõem o ritual, e de Rocha (1996), quanto ao significado dos elementos da cultura japonesa. Quanto à operacionalização do método, foram utilizados a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, conforme exposto a seguir.

É digno de nota que o critério de triangulação foi adotado para assegurar a validade e confiabilidade da pesquisa. Seguindo o que é proposto por Denzin (2017) e Patton (1999), foi dada atenção à triangulação metodológica, por meio do uso de observação participante e entrevistas para investigar o mesmo fenômeno a partir de diferentes perspectivas.

## 4. Resultados e discussões

### 4.1 A Cerimônia do Chá e sentimentos evocados

Todos os entrevistados, tanto os mestres e professores quanto os convidados, quando participaram pela primeira vez da Cerimônia do Chá, obtiveram conhecimento prévio da mesma devido às tradições ou contato com outras práticas da cultura japonesa. Essas tradições envolvem a tradição cultural, familiar e religiosa. Já aqueles que não têm descendência japonesa tiveram o primeiro contato com a Cerimônia do Chá por meio de outras práticas japonesas, tais como a prática da Ikebana.

A maioria dos entrevistados começou e continua participando da Cerimônia do Chá seguindo a tradição cultural e/ou tradição familiar, principalmente por incentivo dos pais, conforme o mestre Kimura demonstra: “*Meu pai ensinava Cerimônia do Chá no Brasil e me incentivou a começar a estudar a Cerimônia [...]. Fui para Kyoto estudar a Cerimônia do Chá*”. Outros, ainda, justificam a participação como tradição religiosa, indicando a Igreja Messiânica como referência de influência de tradição.

Da mesma forma, há aqueles que participam da Cerimônia mesmo não sendo descendentes de japoneses, os quais conheceram a Cerimônia do Chá por curiosidade e interesse de estudo, assim como por praticar alguma outra atividade da tradição da cultura nipônica, como a Ikebana.

A celebração da Cerimônia evoca sentimentos compartilhados pelos participantes, tais como: satisfação em ensinar e servir, paz interior, alegria, honra e orgulho - são os mesmos, sem distinção entre convidados, mestres e professores. Esses sentimentos estão de acordo com os valores que a própria cultura nipônica estabeleceu como base, conforme apontado por Hirose (2010) e Anderson (1987). A satisfação em ensinar e servir, além de ser um dos significados da Cerimônia, é um sentimento proporcionado durante todo o momento da Cerimônia, em especial pelo mestre que a conduz. A maior preocupação no momento é com os participantes que estão ali para vivenciar aquele momento único. O mestre deve servir a todos com humildade e sem qualquer distinção. O ensinar está presente em todo o ritual, pois todos consideram que sempre há algo para aprender com o outro.

A paz interior é outro sentimento que vários entrevistados destacaram, principalmente pela atmosfera criada em torno de todo o ritual da Cerimônia do Chá. Esse é um dos propósitos do mestre da Cerimônia, buscando proporcionar um ambiente agradável e confortável a todos os presentes, de forma que os praticantes se sintam participando de um momento que é repleto de significados e que traz tranquilidade. Assim como a alegria, que advém do momento de celebração e partilha vivenciada por todos os presentes naquele momento, esse é um momento que muitos aproveitam para contemplar aspectos da cultura japonesa e resgatar memórias das gerações anteriores, proporcionando para a maioria sentimento de orgulho e honra por ter a oportunidade de estar presente na Cerimônia.

Convém mencionar que não são todos os entrevistados que frequentam ou frequentaram as Cerimônias somente na localidade de sua residência. Alguns já viajaram

para participar da Cerimônia em grandes centros, no Japão, ou em cidades do interior do Brasil. Contudo, aqueles que já participaram da Cerimônia do Chá em diferentes locais destacam que não há diferenças de um local para o outro, sendo cada detalhe do ritual praticado da mesma forma, independente do mestre ou professor.

Diante disso, infere-se que a Cerimônia do Chá é repleta de significados culturais japoneses, distinguindo-a dos rituais e tradições compartilhados na sociedade brasileira como um todo.

## 4.2 Significados da Cerimônia do Chá

Os significados da Cerimônia do Chá são compartilhados pelos entrevistados, destacando que são esses significados que os cativam a continuar participando desse ritual. Esses significados são: expressar subserviência (ao ter a oportunidade de servir ao outro como um ato de valor de grupo, uma ação em prol da comunidade); qualificação pessoal, ao trocar experiências e aprender com os outros participantes; preservação de valores da tradição japonesa (*Wa*, *Kei*, *Sei* e *Jaku*), ao resgatar lembranças das gerações anteriores.

Observa-se que os componentes simbólicos do ritual da Cerimônia do Chá transmitem o significado cultural da mesma, provocando a comunicação e categorização de um grupo de indivíduos (MCCRACKEN, 1986; 2007), compartilhando seus valores e significados (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004).

Identificou-se que a Cerimônia do Chá expressa de forma simbólica a harmonia perfeita vivenciada por meio da cultura japonesa. Por isso, é possível compreender por meio dos quatro valores da tradição japonesa os significados presentes na Cerimônia, ou seja, a harmonia (*Wa*), o respeito (*Kei*), a pureza (*Sei*) e a tranquilidade (*Jaku*).

A harmonia (*Wa*) representa o equilíbrio e a paz entre o mestre ou professor e demais convidados, desde a organização do ambiente até os movimentos gestuais realizados durante o ritual. O respeito (*Kei*) revela o ato de estar disposto a servir ao outro, escolhendo os objetos e artefatos especialmente para aquela Cerimônia e desejar aprender com o outro, trocando experiências e aprendizados. Assim, como representa um momento de resgatar e relembrar as gerações anteriores, seguindo exatamente suas tradições, como por exemplo, conversar no idioma japonês arcaico. Isso é uma forma concreta de relembrar as gerações anteriores, visto que esse era o idioma falado na época em que a Cerimônia do Chá foi regulamentada e passou a ser realizada no período das guerras que envolviam o Japão, conforme apontado por Hirose (2010).

A pureza (*Sei*) remete aos gestos e ações realizados para purificar o ambiente e os artefatos utilizados, proporcionando a melhor qualidade para o chá no momento da Cerimônia. A tranquilidade (*Jaku*), por sua vez, representa a condição básica para manter a concentração de forma a realizar a sequência correta dos gestos e ações durante a Cerimônia, especialmente do mestre e professor.

Portanto, é possível inferir que a Cerimônia representa um momento de vivência de toda a cultura japonesa, cultuando seus valores e tradições, de forma a preservá-los. O ritual da Cerimônia proporciona a todos que dela participam a vivência dos quatro valores basilares da tradição japonesa. Esses valores são experienciados devido aos elementos que compõem a Cerimônia e que contribuem para a criação do ambiente harmônico propício para a sua realização, como demonstrado pelo professor Robson:

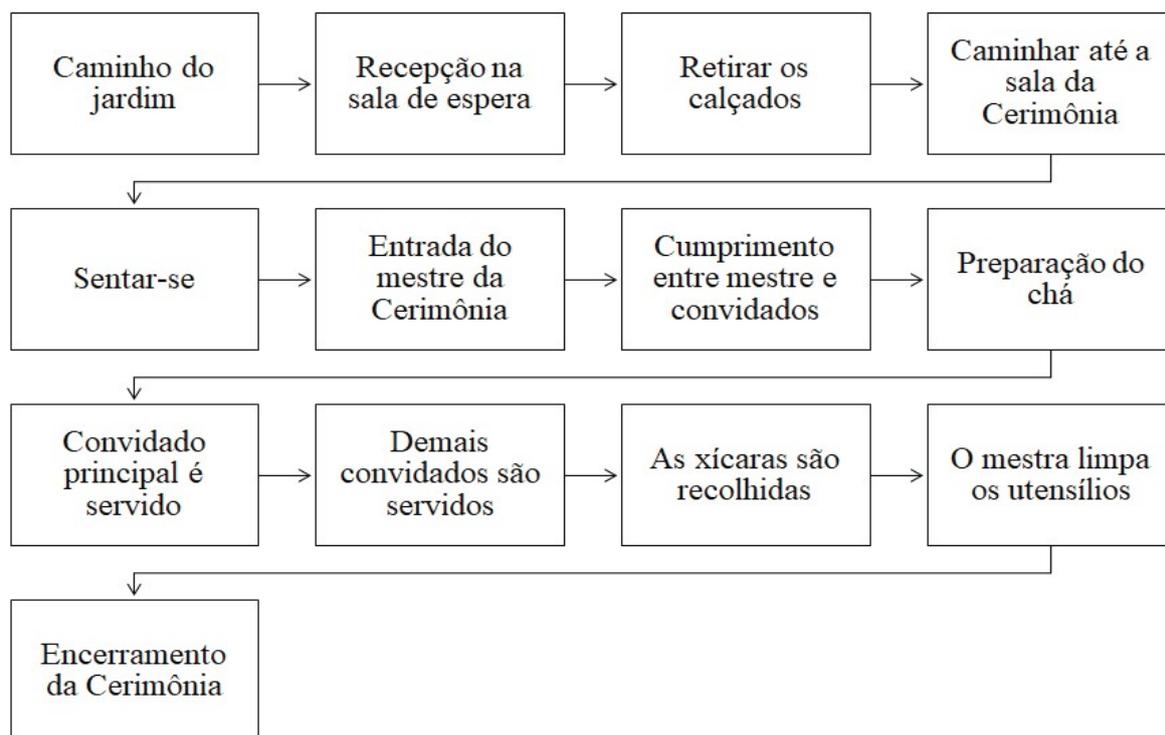
“Trazer a paz em uma xícara de chá. [...] existe essa ideia de fraternidade, buscamos harmonia (Wa). A primeira coisa que a gente busca no chá é harmonia. Harmonia com a gente, harmonia de gestos, harmonia entre as pessoas, os objetos. A segunda é Kei. Kei é respeito. Porque quando está tudo harmonizado você tem respeito. A terceira é Sei, que é limpeza, purificação. Porque se você tem harmonia e você tem respeito, você está limpo, está puro de coração. E a última é tranquilidade. Então, se você tem tudo isso, você chega na tranquilidade”.

Observa-se, ainda, que cada Cerimônia do Chá, por mais que siga o roteiro de um ritual, proporciona momentos únicos de aprendizado e troca de experiências entre aqueles que estão presentes. As pessoas podem até serem as mesmas, porém a cada Cerimônia do Chá, cada pessoa traz consigo a experiência que viveu desde a sua última participação nesse ritual, o que implica na busca da vivência daquele momento de forma única, proporcionado pela paz transmitida por meio de uma tigela de chá.

Buscando compreender os significados da Cerimônia do Chá, atribui-se a ela os valores da tradição. A tradição, conforme apontado por Schwartz e Sagie (2000), abrange o respeito, o compromisso e a aceitação das ideias e costumes anteriormente estabelecidos, assim como preservação da tradição, que pode ser inferida a partir das entrevistas e observação realizadas. Além disso, é possível afirmar que os significados da Cerimônia permitem aos entrevistados categorizar suas experiências, atribuindo-lhes algum sentido, não sendo imanente aos objetos, mas também a eles atribuídos por quem os compreende e interpreta.

### **4.3 Elementos que compõem o ritual da Cerimônia do Chá**

O ritual da Cerimônia do Chá segue um roteiro com seus significados e propósitos, primeiro elemento, segundo (ROOK, 2007), que compõe um ritual. Dentre as cerimônias observadas, destaca-se a atenção em cada gesto e manuseio dos artefatos utilizados, representando a harmonia. Sendo cada parte do ritual, com sua sequência estabelecida e construída a partir de uma simbologia. O esquema a seguir (Figura 1) representa a sequência de movimentos na Cerimônia.



**Figura 1.** Esquema de movimento da Cerimônia do Chá

Fonte: elaborado pelas autoras

Conforme exposto na Figura 1, há um percurso pelo jardim que conduz à Casa do Chá. A caminhada pelo jardim, conforme já assinalado por Rafacho (2007), é uma forma dos participantes buscarem a introspecção, para entrarem em um outro mundo e vivenciarem a cultura japonesa. Após caminhar, os convidados são recebidos com muita cortesia, em sinal de respeito para com o outro. Mesmo que em tom discreto, nota-se a satisfação em receber cada uma das pessoas que farão parte da Cerimônia. Todos os convidados precisam retirar os calçados e colocá-los em um armário alocado no canto da sala de espera. Tal prática remete a tradição japonesa de tirar os calçados quando entram em suas casas ou na casa de outra pessoa. Isso ocorre devido à questão de limpeza e higiene (física e espiritual). Em outras palavras, o ato de entrar com os pés descalços significa deixar para fora do ambiente da Cerimônia as energias negativas e as impurezas do exterior, contribuindo para manter a harmonia.

Na sequência, os convidados sentam-se no tatame ou nas cadeiras, variando da estrutura física de cada sala de chá. No entanto, o mais tradicional são as salas somente com o tatame. Questionados sobre essa diferença, os mestres da Cerimônia do Chá argumentaram que a mudança da estrutura ocorre para facilitar a acomodação daqueles que querem participar, mas possuem alguma debilidade física e não têm condições de ficarem de joelhos no tatame durante toda a Cerimônia, que tem duração média de quatro horas. Essa facilitação na acomodação possibilita que os idosos, principalmente, continuem a participar da Cerimônia, conforme tradição cultural dos mesmos.

Passando do roteiro para o segundo componente do ritual, os artefatos rituais (Rook, 2007), ressalta-se o significado do tatame, que conforme mencionado pelo Professor

Robson, está presente na tradição japonesa e, principalmente, na Cerimônia do Chá desde o período milenar:

“Em relação ao tatame, o seu uso está associado a um *pot-pourri* de eventos históricos, culturais e sociais. Mas em resumo, ele era da época do ápice do chá, o assoalho de predileção nas construções, inclusive ele é a unidade de medida dos cômodos das casas. Aqui [no Brasil] se fala um quarto de 3x4 [metros], lá [no Japão] diríamos que a sala tem seis tatames. E daí, já sendo o chão oficial utilizado, sendo naturalmente imbuído de estética compatível ao gosto do chá e sendo hábito da época assentar-se diretamente no assoalho sem uso de mobília, foi natural que a prática do chá se adaptasse a ele da forma que é hoje. É muito estranho ver chá sem tatame apesar de não ser impossível, especialmente com a chegada de estrangeiros ao Japão na era Meiji e a criação de cerimônias em mesas para contemplar convidados não habituados a ficarem ajoelhados sobre suas próprias pernas”.

Além do tatame, ao entrar na sala do chá, é possível observar a decoração e o ambiente criado para a realização da Cerimônia, proporcionando a todos os convidados tranquilidade e harmonia, assim como os valores basilares da tradição japonesa (*Wa, Kei, Sei, Jaku*), que inclusive estavam escritos em um dos quadros de decoração de uma das salas (Figura 2). A decoração foi escolhida pelo mestre, considerando a estação do ano - a primavera. Assim como a atenção é dada em cada detalhe da decoração, a estação do ano também é considerada. Para os praticantes da Cerimônia, a harmonia com a estação do ano remete ao fato de desfrutar do momento como um todo, momento este que é único. O motivo da decoração acompanhar a estação do ano é explicado pelo professor Robson:

“Sendo o momento do agora tão raro e precioso, não é sábio desperdiçá-lo e para melhor desfrutá-lo, a melhor forma é a vivência em plena consciência desse momento. Não é fácil manter a mente desperta; a todo momento as correntezas do pensamento nos fazem nos perdermos em nós mesmos. Então, é preciso praticar a postura de estar de “corpo e alma” presente. Harmonizar a decoração à estação é uma prática que internaliza um conceito, o de estar atento no agora, nos mínimos detalhes que compõem o agora, e nos ajuda a aprender a viver em estado de mente atenta, condição essencial para desfrutar a vida na sua plenitude, viver, com V maiúsculo por assim dizer, o aqui e o agora”.

Nas outras salas, havia vasos com desenhos de flores e arranjos florais, tradicionalmente da arte da Ikebana, conforme é possível visualizar no fundo da Figura 2. Tais arranjos eram contemplados pelos presentes na sala, que os compreendem como uma prática de dar vida às flores. Essa contemplação remete à apreciação da natureza por parte da tradição japonesa, assim como proporciona tranquilidade. É nesse sentido que Freire (2015) diz sobre a Ikebana ser uma forma de se libertar das tensões e agitações diárias, não só para aqueles que dão vida às flores, mas para aqueles que contemplam, como no caso dos participantes das Cerimônias observadas.



**Figura 2.** Mestre da Cerimônia do Chá preparando o chá e a decoração da sala com os valores *Wa, Kei, Sei, Jaku* ao fundo.

Fonte: pesquisa empírica

**Figura 3.** Fogareiro, cerâmica e água para o chá.

Fonte: pesquisa empírica

As cortinas das salas foram escolhidas conforme a posição do Sol, que é influenciada pela estação do ano. Ainda, é possível notar que alguns artefatos utilizados para a Cerimônia já estavam organizados e preparados no canto da sala, tais como: a cerâmica, o fogareiro e a água para o chá (Figura 3). Todos os artefatos compõem o ritual, que, utilizados em conjunto, representam a harmonia no preparo do chá.

Após todos os convidados estarem organizados e sentados, seja no tatame ou nas cadeiras, é possível identificar o terceiro elemento que compõe os rituais, a representação dos papéis (ROOK, 2007). Neste momento, o mestre da Cerimônia entra na sala de chá, portando misturador e colher de bambu (*chasen*), colher de chá (*chashaku*) e a chaleira de água (Figura 4). Ele cumprimenta os convidados curvando-se e, dirige-se próximo ao fogareiro, para deixar os artefatos. O mestre sai da sala para trazer os demais artefatos, como: o suporte para a chaleira e uma colher, e o *matcha*, chá verde (Figura 5).



**Figura 4.** *Chawan*, xícara com chá, batedor, guardanapo, misturador e *chashaku*, espátula para o chá.

Fonte: pesquisa empírica

**Figura 5.** *Matcha*, o chá verde.

Fonte: pesquisa empírica

O mestre estava trajado com o quimono, meias brancas e possuía um guardanapo de tecido, que foi possível ver depois, na hora de servir o chá. No mesmo sentido que Greiner (2015) menciona sobre o quimono, a veste observada em todas as Cerimônias carrega aspectos da tradição cultural dos antecedentes, principalmente seus aspectos simbólicos. Ao vestir o quimono para conduzir a Cerimônia, o mestre expõe sua capacitação para transmitir o saber. Os quimonos usados pelos mestres durante as Cerimônias observadas remetiam à subjetividade simbólica, da contemporaneidade pelas estampas modernas, mas que também apresentavam características tradicionais pelo modelo.

A preparação do chá ocorre da mesma forma, independente de qual mestre a esteja conduzindo. Em todas as cerimônias, foi possível observar os mesmos gestos e harmonia ao pegar um artefato ou dobrar um guardanapo. A preparação do chá inicia com a organização dos utensílios, seguida da purificação dos mesmos. Enquanto o mestre aquece a xícara para o chá e o batedor do chá, todos os convidados são servidos com uma goma ou um doce típico japonês, com o objetivo de limpar as impurezas da boca. Essa goma é conhecida como *kudzo*, uma fécula extraída de uma planta de mesmo nome que é usada, por exemplo, para engrossar caldos e cremes. Segundo palavras do professor da Cerimônia, Robson, esse doce “*confere um aspecto de frescor devido à consistência aquosa*”. Além disso, “*o recheio usado é doce de favas brancas, outro componente muito presente nos doces usados no mundo do chá*”.

Vale ressaltar que durante toda a Cerimônia os convidados conversavam entre si. Os mais experientes explicavam para os novatos os significados da decoração ou o modo de se portar durante a Cerimônia, como os cumprimentos e os significados daquele momento.

Com o chá preparado, o primeiro convidado, sentado ao lado do mestre, é servido. E aqui é possível descrever o quarto e último elemento que compõe o ritual, que é a plateia (ROOK, 2007). Em seguida, o mesmo ocorre com os demais convidados. Conforme a tradição, a xícara de chá é entregue, precedida da genuflexão, tanto de quem serve e de quem é servido. Aquele que serve escolhe o lado mais bonito da xícara para entregar de frente para o convidado. Este último recebe-a e contempla o seu desenho ou caligrafia, tipicamente da tradição nipônica. Em seguida, toma o chá, apreciando-o até o último gole. Segundo a tradição, quando o convidado realmente gosta do chá, ele deve aspirar todo o restante que ainda estiver na xícara (*chawan*). Feito isso, a xícara é posta no tatame, com o lado mais bonito, conforme opinião do convidado, para frente. Assim, quando o mestre retirar a xícara, o mesmo a receberá com o lado mais bonito, em significado de respeito ao outro, também em condição de servi-lo.

Com todas as xícaras já retiradas, o mestre lava o batedor e a espátula, organizando os utensílios de forma a realocá-los do lado do batedor. Enquanto isso, os convidados continuam a conversa, as reflexões e as contemplações, principalmente acerca dos artefatos e objetos decorativos na sala de chá. Passado um breve período de tempo, a Cerimônia é encerrada pelo mestre e todos se retiram da sala. Os convidados voltam para a sala de espera e calçam seus calçados, enquanto o mestre vai para a cozinha guardar os artefatos.

Diante de todas as observações, foi possível identificar os quatro elementos que compõem um ritual: artefatos, roteiro, representação dos papéis e plateia (ROOK, 1985; 2007). Os artefatos utilizados para a realização da Cerimônia são compostos por: recipiente para armazenar o chá (*chaire*), batedor de chá (*chasen*), espátula para o chá (*chashaku*), sala de chá (*chashitsu*), tigela para servir o chá (*chawan*), base de bambu para apoiar a concha (*futaoki*), concha para pegar água (*hishaku*), recipiente para esquentar água (*kama*), tigela para armazenar a água utilizada para limpeza, a ser descartada (*kensui*), recipiente para armazenar água fria (*mizusashi*), fogareiro (*ro*) e base do piso (*tatame*).

Cabe ressaltar que os artefatos carregam significados históricos e antropológicos. Aqueles construídos com bambu representam resistência quanto ao que diz respeito à força e ao vigor, conforme observado entre os mestres e convidados. Os artefatos de cerâmica, como a tigela, trazem consigo a influência da história da arte japonesa, sendo objetos pintados pelos próprios artistas japoneses. Por isso, a contemplação desse artefato e o cuidado ao tatear e devolver após beber todo o chá, por parte dos convidados. Por parte do mestre da Cerimônia, observou-se um processo de cuidadosamente orquestrar todos os elementos, conhecido como *toriawase*. Por meio desse processo, o mestre agrupa elementos específicos que contribuem para expressar uma mensagem simbólica, de acordo com a sua intenção.

Cabe ressaltar que, durante todas as observações, notou-se que mestre e convidados, principal e demais, são todos os atores que compõem o momento da Cerimônia do Chá. Todos esses possuem a mesma importância para aquele momento, independente da cultura, país de origem e hierarquia.

Por meio do estudo realizado, observou-se que a Cerimônia do Chá Japonesa é um ritual de troca (MCCRACKEN, 2007), visto que há constante busca do anfitrião em presentear os convidados com um momento único, que perpassa o cuidado com cada detalhe. No que diz respeito aos significados da Cerimônia do Chá no século XXI no Brasil, é possível depreender que esse ritual se mantém arraigado à tradição e aos significados originais que estão atrelados à harmonia (*Wa*), ao respeito (*Kei*), à pureza (*Sei*) e à tranquilidade (*Jaku*). Em outras palavras, o sentido e significados percebidos por meio da Cerimônia no século XXI continuam sendo os mesmos, ressaltando o interesse quanto ao resgate e manutenção da tradição milenar praticada pelas gerações anteriores, assim como contribuiu para o processo de imigração, no Brasil. Além disso, ficou evidente a influência da cultura japonesa no consumo de brasileiros não descendentes que participam da Cerimônia do Chá, especialmente por aqueles que buscam vivenciar a Cerimônia como mestres ou professores.

## 5. Conclusão

A tradição do ritual da Cerimônia do Chá segue rigorosamente os preceitos do regulamento estabelecido, no século XVI, por Sen-no-Rikyu (BOIKO, 2011), tal como

os princípios do Centro de Chado Urasenke do Brasil. O ritual é tão fiel às tradições, conforme relato dos mestres, que chama a atenção de japoneses residentes no Japão. Estes últimos buscam no Brasil uma forma de tentar vivenciar como era a prática das tradições nipônicas no período milenar, antes das guerras.

A Cerimônia do Chá é considerada um catalisador da tradição cultural nipônica no Brasil, se não a maior é uma das expressões mais significativas das tradições japonesas resgatando memórias das gerações anteriores, uma vez que os nipônicos buscam até mesmo conversar no idioma japonês arcaico, tanto em respeito aos antepassados quanto como uma forma de preservar a cultura japonesa. Assim como adaptar a estrutura física da sala de chá, com cadeiras, para facilitar a participação daqueles que possuem dificuldades de se sentarem no tatame.

Observaram-se valores bastante arraigados à cultura japonesa, principalmente na contemplação dos artefatos provenientes do Japão. A casa de chá, onde ocorrem as Cerimônias e local de realização da presente pesquisa, é um exemplo. É uma reprodução de casa de chá fidedigna às do Japão, mesmo estando fora do país. A metragem, o tatame e a antessala foram construídos nos tamanhos padrões, assim como é no Japão, sendo construída com madeiras provenientes daquele país.

Como principais contribuições da Cerimônia, dois aspectos são destacados. O primeiro diz respeito aos imigrantes japoneses conseguirem preservar a sua cultura de forma enfática, não permitindo que a Cerimônia sofresse influência da cultura local e fosse descaracterizada. Ao contrário, foi observada a influência da cultura japonesa na cultura brasileira ao incluírem brasileiros não descendentes de japoneses no ritual da Cerimônia do Chá. Isso leva à preservação e difusão não só dos costumes em termos de ações como também de consumo de produtos. Falando especificamente da Cerimônia, há a influência dos descendentes japoneses sobre os brasileiros descendentes ou não de japoneses, em diversos consumos sendo eles na própria participação na Cerimônia, o consumo do chá japonês e dos artefatos da Cerimônia. Adicional a esse consumo, observou-se o deslocamento daqueles que vivem em cidades diferentes de onde as Cerimônias são realizadas. Para além da Cerimônia, destaca-se o consumo de alimentos típicos da tradição japonesa amplamente difundida na cultura brasileira. Para tanto, ressaltam-se a importância, para o mercado dos países de destino de imigração, de se conhecer a cultura dos imigrantes que podem influenciar o consumo de nativos.

O segundo ponto remete ao fato de que os rituais ajudam as sociedades a se organizarem, sendo intrínsecos às nações. O ritual da Cerimônia do Chá é um momento que proporciona ricas sensações e sentimentos em questão de espaço e tempo. A contemplação que envolve todos os artefatos, artes e decorações, avança além do visual, uma vez que outros sentidos são estimulados, como por exemplo o momento de saborear o próprio chá. O momento do ritual é considerado único, por isso a repetição da expressão “*ichi-go, ichi-ê*”, que significa um encontro, um momento. Em outras palavras, é um momento que ocorre uma vez e nunca mais. Ao ser considerado único, esse momento é precioso. No caso da Cerimônia do Chá, pessoas conhecidas e desconhecidas encontram-se promovendo

a integração e troca cultural entre as mesmas. Além disso, esta pesquisa contribui para o campo do trabalho acadêmico sobre *Chanoyu*.

Por fim, recomenda-se que as pesquisas futuras verifiquem se há diferenças no ritual, bem como no que se refere aos significados da Cerimônia do Chá entre outras escolas de chá, como Omotesenke e Mushanokojisenke.

## Referências

- A FESTA. *História da Oktoberfest*. Oktoberfest Blumenau. Disponível em: <https://oktoberfest-blumenau.com.br/a-festa/> Acesso: 13/11/2019.
- ANDERSON, J. L. Japanese tea ritual: Religion in practice. **Man**, p. 475-498, 1987.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. **Lisboa: edições**, v. 70, p. 225, 1977.
- BLEILER, E. F. Introdução. In OKAKURA, O. (Eds.), *O livro do chá*. São Paulo: Pensamento, 1963, p. 9-26.
- BOIKO, L. *Breve história do chá no Japão*. Disponível em <[https://namakajiri.net/letras/2011/historia\\_cha\\_japao.pdf](https://namakajiri.net/letras/2011/historia_cha_japao.pdf)>. Acesso:10/11/2019. São Paulo, 2011.
- CASOTTI, L. M.; SUAREZ, M. C. Dez anos de Consumer Culture Theory: delimitações e aberturas. **Revista de Administração de Empresas**, v. 56, n. 3, p. 353-359, 2016.
- CUPOLILLO, M. B. N.; CASOTTI, L. M.; CAMPOS, R. D. Estudos de consumo: um convite para a riqueza e para a simplicidade da pesquisa de rituais brasileiros. **Revista ADM. MADE**, v. 17, n. 3, p. 27-46, 2014.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. In: **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2006.
- DENZIN, N. K. **The research act: A theoretical introduction to sociological methods**. Routledge, 2017.
- DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- FREIRE, A. B. **A arte japonesa e a Ikebana na produção de Toshiro Kawase**. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- GOLDSTEIN-GIDONI, Ofra. The production and consumption of 'Japanese culture' in the global cultural market. **Journal of consumer culture**, v. 5, n. 2, p. 155-179, 2005.
- GREINER, C. **Leituras do Corpo no Japão e suas diásporas cognitivas**. 2015. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC.
- HIROSE, C. **A experiência do corpo na cerimônia do chá-subídios para pensar a educação**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- HOFSTEDE, G. **Cultures and Organizations: Software of the Mind**. McGraw-Hill, New York, NY, 1997.

- IKARI, L. T. Lazer do imigrante japonês no Brasil. **Estudos japoneses**, n. 25, p. 71-80, 2005.
- JHUN, S. S. Y. *A Cerimônia do Chá como elemento de convivialidade na população nipo-brasileira*. 2012. Dissertação de Mestrado. Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo.
- LEVY, S. J. Symbols for sale. **Harvard Business Review**, p. 203-212, 1959.
- LIMA, G. Início da Oktoberfest tem aumento de público de 74% neste ano. NSC Total Capa Caderno Entretenimento, 2019. Disponível em <https://www.nsctotal.com.br/noticias/inicio-da-oktoberfest-tem-aumento-de-publico-de-47-neste-ano>. Acesso em 13/11/2019.
- LUNA, D.; GUPTA, S. An integrative framework for cross-cultural consumer behavior. **International marketing review**, v. 18, n. 1, p. 45-69, 2001.
- MCCRACKEN, G. Culture and consumption: A theoretical account of the structure and movement of the cultural meaning of consumer goods. **Journal of consumer research**, v. 13, n. 1, p. 71-84, 1986.
- MCCRACKEN, G. **Cultura & consumo**. Mauad Editora Ltda, 2003.
- MCCRACKEN, G. Cultura e consumo: uma explicação teórica da estrutura e do movimento do significado cultural dos bens de consumo. **Revista de Administração de Empresas**, v. 47, n. 1, p. 99-115, 2007.
- NIQUE, W.; LADEIRA, W. **Pesquisa de marketing: uma orientação para o mercado brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2014.
- OLIVEIRA, N. *O Japão dentro do Brasil*. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/7896-o-jap%C3%A3o-dentro-do-brasil.html>> Acesso em: 26/11/2019. Brasília, 2017.
- PATTON, M. Q. Enhancing the quality and credibility of qualitative analysis. **Health services research**, v. 34, n. 5 Pt 2, p. 1189, 1999.
- PORTAL BEM PARANÁ. *Paraná se prepara para os 110 anos da imigração japonesa*. Disponível em: <<https://www.bemparana.com.br/noticia/parana-se-prepara-para-os-110-anos-da-imigracao-japonesa#.Xd0srVdKjIV>> Acesso em: 26/11/2019. Paraná, 2018.
- RAFACHO, A. M. O jardim do chá um caminho para a iluminação. **Estudos Japoneses**, v. 27, p. 51-60, 2007.
- ROCHA, C. M. *A Cerimônia do Chá no Japão e sua reapropiação no Brasil: uma metáfora da identidade cultural do japonês*. 1996. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP.
- ROCHA, C. M. A Cerimônia do Chá como fator de identidade cultural para imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil. **Estudos Japoneses**, n. 18, p. 39-48, 1998.
- ROCHA, C. M. Identity and tea ceremony in Brazil. **Japanese Studies**, v. 19, n. 3, p. 287-295, 1999.
- ROOK, D. W.; LEVY, S. J. Psychosocial themes in consumer grooming rituals. **Brands, Consumers, Symbols and Research: Sidney J Levy on Marketing**, v. 375, p. 21-43, 1983.

- ROOK, D. W. The ritual dimension of consumer behavior. **Journal of consumer research**, v. 12, n. 3, p. 251-264, 1985.
- ROOK, D. W. Dimensão ritual do comportamento de consumo. **Revista de Administração de Empresas**, v. 47, n. 1, p. 81-98, 2007.
- SCHWARTZ, S. H.; SAGIE, G. Value consensus and importance: A cross-national study. **Journal of cross-cultural psychology**, v. 31, n. 4, p. 465-497, 2000.
- SOLOMON, M. R. **O Comportamento do consumidor - comprando, possuindo e sendo**. Bookman Editora, 2011.
- Turner, V. W. (1974). *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Vozes.
- VAN GENNEP, A. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 1978.

# VAN GOGH E A INFLUÊNCIA DA GRAVURA JAPONESA<sup>1</sup>

## VAN GOGH AND THE INFLUENCE OF JAPANESE PRINTING

*Simone Neiva<sup>2</sup>*

*Ricardo Maurício Gonzaga<sup>3</sup>*

**Resumo:** O artigo trata da influência decisiva da gravura japonesa sobre a obra do pintor holandês Vincent Van Gogh. Ávido colecionador, Van Gogh chega a colecionar mais de 400 gravuras, que oferecem a ele uma grande variedade de material para estudo e reflexão. A partir da apreensão da arte japonesa, o pintor busca novos impulsos criativos, em uma fuga das convenções da educação ocidental e um caminho de renovação da arte francesa impressionista. O texto elucidava ainda o modo como Van Gogh traduziu os temas provençais de Arles, sul da França, para o contexto da estética japonesa.

**Palavras-chave:** Gravura japonesa. Van Gogh. Impressionismo. Japão e Arte.

**Abstract:** The article deals with the decisive influence of Japanese engraving on the work of Dutch painter Vincent Van Gogh. Avid collector, Van Gogh collects over 400 prints that offer a large volume of material for study and reflection. From the apprehension of Japanese art the painter seeks new creative impulses, an escape from the conventions of Western education and a path of renewal of Impressionist French art. The text also elucidates the way Van Gogh translated the Provençal themes of Arles, southern France, into the context of Japanese aesthetics.

**Keywords:** Japanese engraving. Van Gogh. Impressionism. Japan and Art.

---

1 Artigo submetido em 07/08/2019 e aprovado em 22/09/2019.

2 Professora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Vila Velha, Vila Velha, Brasil; Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP) e Pós-Doutorado na Universidade Presbiteriana Mackenzie; simoneiva@gmail.com (ORCID iD <https://orcid.org/0000-0003-3791-4888>).

3 Professor Associado do Departamento de Artes Visuais e Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Brasil; Doutorado em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); ricmauz@gmail.com | ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-6112-0124>).

## 1. A divulgação da arte japonesa na Europa

O interesse do Japão pela Europa tem início em 1610, ainda na Era Edo (1603-1868), quando os holandeses estabelecem negócios com o país, embora os portos japoneses estivessem fechados para outros estrangeiros e o país estivesse praticamente isolado (STEVENSON, 1909). Essa relação comercial restrita perdurou até 31 de março de 1854, quando os portos do Japão foram abertos ao mundo por Matthew Perry, comodoro da Marinha Americana. Um ano depois, o Japão concluiria acordos comerciais com a Rússia, a Grã-Bretanha, os Estados Unidos e a França. Após dois séculos de isolamento, o início das trocas econômicas e culturais motivou a participação do Japão nas grandes Exposições Internacionais de Londres (1862) e Paris (1876)(1878)(1889). Para o historiador Siegfried Wichmann,

Não havia dúvida de que a abertura dos portos japoneses para o comércio ocidental, quaisquer que fossem seus efeitos posteriores – incluindo seus efeitos sobre a própria arte japonesa – teve uma enorme influência na arte europeia e americana. (WICHMANN, 1999, p. 8).

Uma das primeiras pinturas na qual a influência da arte japonesa surge é no retrato de Emile Zola, pintado por Edouard Manet entre 1867 e 1868 (Fig.1). O fundo da cena é composto por objetos que expressam o gosto pessoal de Zola, entre eles a gravura de um lutador de *sumô*, de autoria de Utagawa Kuniaki. A influência da arte japonesa aparece também em dezenas de retratos de mulheres ocidentais vestindo quimonos (Fig.2) (Fig.3) (Fig.4), o que, de certo modo, representava “um tipo de culto ao Japão que havia invadido os romances, as óperas e as peças de balé como efeito, sobretudo, das repetidas vezes em que o Japão expôs na exposição internacional” (WICHMANN, 1999, p. 9). Contudo, na França, a influência da cultura japonesa foi sentida com maior intensidade.

Um dos meios mais importantes de divulgação da arte japonesa entre os artistas franceses foi a revista *Le Japon Artistique*, publicada pelo marchand parisiense Samuel Bing. Bing que se tornara um estudioso do chamado *Japonismo*,<sup>4</sup> o que o leva a equiparar as gravuras japonesas e suas cores vibrantes à arte que vinha acontecendo na Europa, o Impressionismo. A edição de 1888 oferece uma generosa cobertura tanto da arte chinesa quanto da japonesa. A intenção do marchand ao publicar uma revista especializada era retirar a gravura da posição inferior que ocupava entre os europeus. Para tanto, Bing oferecia “os melhores exemplos de uma tradição diferente” (WICHMANN, 1999, p.8). Em sua loja, dentre as centenas de objetos de laca, marfim e gravuras com qualidades

---

4 O Japonismo era uma disciplina relativamente nova, que teve início com as reportagens que cobriam as exposições internacionais. Uma particularidade das reportagens era o exame detido de especificidades técnicas de vários objetos, tais como seda, laca, cerâmica e fundições em bronze. Wichmann, **Japonisme: the influence on Western art since 1858**, p.1(tradução nossa).

diversificadas, também se encontravam obras dos grandes mestres da gravura japonesa ou *ukiyo-ê*<sup>5</sup>, como Utagawa Hiroshigue e Katsushika Hokusai.

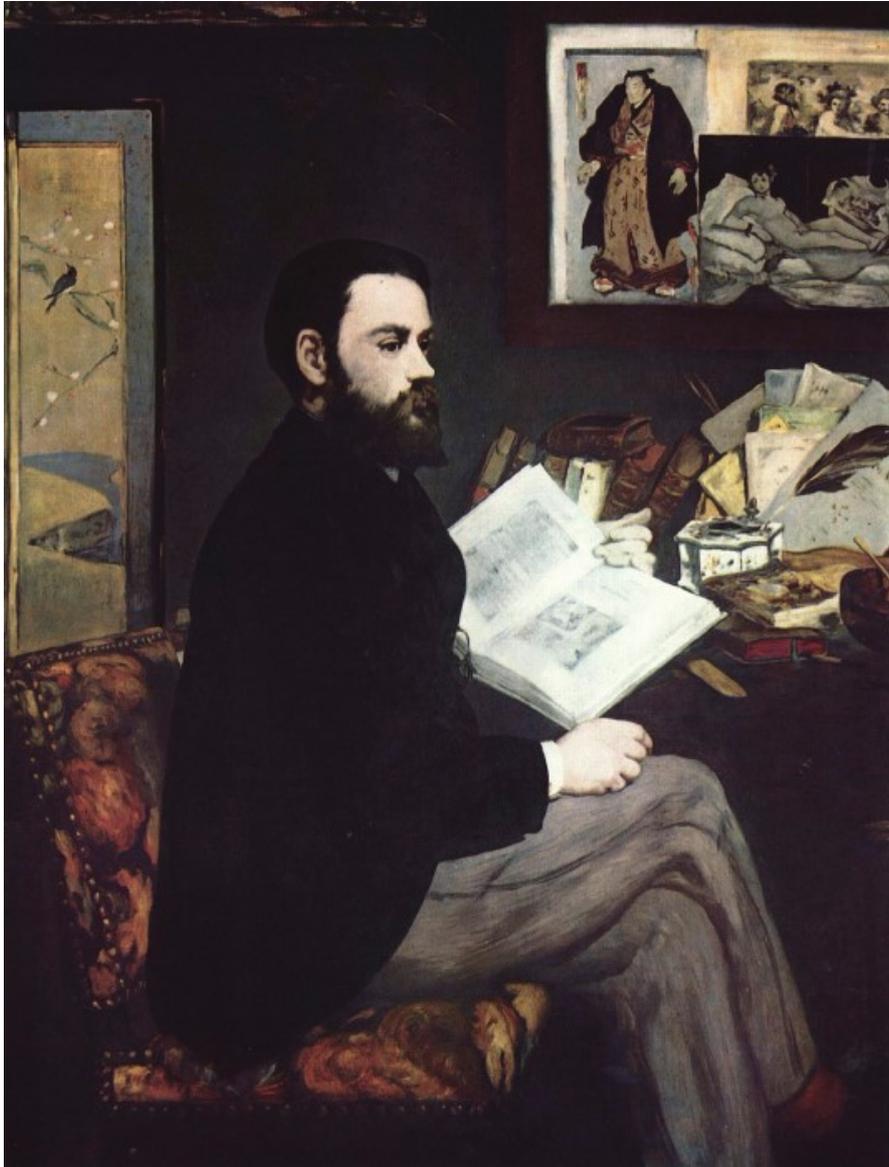


Figura 1. *Emile Zola* (1867-1868). Edouard Manet.  
Fonte: [https://en.wikipedia.org/wiki/Portrait\\_of\\_Emile\\_Zola#/media/File:Edouard\\_Manet\\_049.jpg](https://en.wikipedia.org/wiki/Portrait_of_Emile_Zola#/media/File:Edouard_Manet_049.jpg)  
Acesso em 29 de junho de 2019.

---

5 “Como forma de refúgio à rígida hierarquia social e à repressão ditatorial, o ukiyo, ou mundo flutuante, floresceu ao longo de todo Período Edo. Originalmente era um termo budista com conotações de tristeza e transitoriedade; nesse novo contexto, porém, significava os prazeres hedonistas e fugazes e consistiu em formas e locais de entretenimento como casas de chá, restaurantes próximos à ponte Ryo goku, feiras de rua, festivais e atividades culturais como teatro (kabuki), arte, literatura, caligrafia e música; ou seja, o perfeito cenário para a diversão e o ócio da classe dos novos ricos”. GUTH, Christine. **Edo Art in Japan 1615 – 1868**. Washington: National Gallery of Art, 1998. In: IWAMOTO, Luciana. A influência japonesa nas artes e na moda europeia da virada do século XX (Doutorado). Universidade de São Paulo, 2016.



Figura 2. *La Princesse du Pays de la Porcelain*, (1863-1865). James McNail Wisthler.  
Fonte: [https://en.wikipedia.org/wiki/The\\_Princess\\_from\\_the\\_Land\\_of\\_Porcelain#/media/File:James\\_McNeill\\_Whistler\\_-\\_La\\_Princesse\\_du\\_pays\\_de\\_la\\_porcelaine\\_-\\_brighter.jpg](https://en.wikipedia.org/wiki/The_Princess_from_the_Land_of_Porcelain#/media/File:James_McNeill_Whistler_-_La_Princesse_du_pays_de_la_porcelaine_-_brighter.jpg)  
Acesso em 29 de junho de 2019.



Figura 3. *Lili Grenier in Kimono*, (1888). Henri Toulouse Lautrec.

Fonte: <https://www.amazon.com/Henri-Toulouse-Lautrec-Grenier-Collection-Unframed/dp/B07BD34Z4B>

Acesso em 29 de junho de 2019.



Figura 4. *La Japonaise, Camille Monet in Japanese Costume* (1876). Claude Monet.  
Fonte: <https://fineartamerica.com/featured/la-japonaise-camille-monet-in-japanese-costume-claude-monet.html?product=poster>  
Acesso em 29 de junho de 2019.

## 2. O estudo da gravura por Van Gogh e a valorização da estética japonesa

Preocupado em obtê-las e convicto de que a essência de seu trabalho era encontrada na arte japonesa, o pintor Van Gogh escreve ao irmão Theo:

Por favor, mantenha o estoque de Bing, isto é muito importante. Eu preferiria perder do que ganhar, no que diz respeito a dinheiro, pois ele me deu a chance de olhar as obras japonesas longa e discretamente. Os seus salões não seriam o que são se não fosse pelas coisas japonesas que estão sempre lá...[...] A arte japonesa, decadente em seu próprio país, se enraíza novamente entre os artistas franceses impressionistas. É o seu valor prático para os artistas que naturalmente me interessa mais do que o comércio de coisas japonesas. Mesmo assim, o comércio é interessante, ainda mais por causa da direção que a arte francesa tende a tomar (WICHMANN, 1999, p. 9).

Aos poucos, Van Gogh torna-se um ávido colecionador de gravuras japonesas, chegando a colecionar mais de 400 obras. Isto sugere que teve acesso a uma quantidade significativa de gravuras japonesas que lhe ofereceram a ele uma grande variedade de material de estudo. O pintor passa a estudá-las meticulosamente, começando por copiá-las. Duas de suas pinturas, *Japonaiserie: tree in bloom* (1886-1888) (Fig.5) e *Japonaiserie: the bridge* (1886-1888) (fig.7), são cópias praticamente literais das gravuras *Flowering plum tree in the Kameido Garden* (1856-1958) (Fig.6) e *Ohashi bridge in the rain* (1856-1858) (fig.8), ambas do artista Ando Hiroshigue (WICHMANN, 1999, p. 40).

Em ambas as pinturas, Van Gogh adiciona uma espécie de borda com caracteres arbitrários, deixando-as ainda mais exóticas. Mas Van Gogh não estuda as gravuras japonesas simplesmente para copiá-las. Ele pretendia encontrar nas raízes da cultura japonesa aquilo que daria origem a um novo impulso criativo. Van Gogh compreende que os mestres estavam muito atentos àquilo que viam e, de modo semelhante, ele mesmo poderia adaptar a técnica a fim de produzir desenhos mais simplificados, como aqueles que via nas gravuras. Em carta a Theo, o pintor elogia os artistas japoneses e o modo como viviam, observando e pintando a natureza de um modo religioso. Aprender com eles seria uma maneira de fugir das convenções estabelecidas pela educação ocidental.

Se estudarmos arte japonesa, veremos um homem que é indubitavelmente sábio, filósofo e inteligente, que passa seu tempo fazendo o que? Estudando a distância entre a Terra e a Lua? Não. Estudando a política de Bismarck? Não. Estudando uma única folha de grama.

Mas essa folha de grama leva-o a desenhar todas as plantas, depois as estações, os amplos aspectos das paisagens, depois os animais e então o rosto humano. Assim passa ele a sua vida, e a vida é demasiado curta para fazer tudo.

Ora vejamos, não é quase uma verdadeira religião o que nos ensinam esses japoneses simples, que vivem na natureza como se eles próprios fossem flores?

E não podemos estudar a arte japonesa, parece-me, sem ficarmos mais alegres e mais felizes; ela nos faz voltar à natureza apesar de nossa educação e de nosso trabalho num mundo de convenções (VAN GOGH *apud* CHIPP, 1996, p.35).



Figura 5. *Japonaiserie: tree in bloom* (1886-1888). Vincent Van Gogh.  
Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Vincent\\_van\\_Gogh\\_-\\_Bloeiende\\_pruimenboomgaard-\\_naar\\_Hiroshige\\_-\\_Google\\_Art\\_Project.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Vincent_van_Gogh_-_Bloeiende_pruimenboomgaard-_naar_Hiroshige_-_Google_Art_Project.jpg)  
Acesso em: 29 de junho de 2019.



Figura 6. *Flowering plum tree in the Kameido Garden* (1856-1958).  
Da série *100 vistas de lugares famosos em Edo*.  
Fonte: [https://en.wikipedia.org/wiki/Plum\\_Park\\_in\\_Kameido#/media/File:De\\_pruimenboomgaard\\_te\\_Kameido-Rijksmuseum\\_RP-P-1956-743.jpeg](https://en.wikipedia.org/wiki/Plum_Park_in_Kameido#/media/File:De_pruimenboomgaard_te_Kameido-Rijksmuseum_RP-P-1956-743.jpeg)  
Acesso em 29 de junho de 2019.



Figura 7. Japonaiserie: the bridge (1886-1888). Vincent Van Gogh.

Fonte: <https://www.hippocard.com/listing/bridge-under-rain-ponte-sotto-la-pioggia-vincent-van-gogh/9164569>

Acesso em 29 de junho de 2019.



Figura 8. *Ohashi bridge in the rain* (1856-1858). Da série *100 vistas de lugares famosos em Edo*.  
Fonte: [https://en.wikipedia.org/wiki/Sudden\\_Shower\\_over\\_Shin-%C5%8Chashi\\_bridge\\_and\\_Atake](https://en.wikipedia.org/wiki/Sudden_Shower_over_Shin-%C5%8Chashi_bridge_and_Atake)  
Acesso em 29 de junho de 2019

A pintura *Japonaiserie: tree in bloom* (1886-1888), por exemplo, representa o início dos estudos de Van Gogh sobre o modo como os artistas orientais observam as estruturas das árvores. Ele percebe que os mestres empregavam meios artísticos muito simples para representar a ramificação variada que a silhueta de uma árvore poderia apresentar. A preocupação dos mestres era mostrar as árvores como algo vivo, representar seu crescimento e o tempo desse crescimento, simultaneamente ao seu movimento. Essa era a maneira indicada pelos teóricos nos manuais de arte oriental. Segundo o pintor chinês Tung Chi-chang (1555-1636), ao serem retratadas, “as árvores deveriam a todo custo parecer que se contorcem em torno de si mesmas e os seus galhos não devem ser muitos” (WICHMANN, 1999, p. 77).

Em Paris, o contato de Van Gogh com a arte japonesa, particularmente com as gravuras, se intensifica. A arte japonesa já estava em voga na França havia algum tempo, como demonstra o retrato de Emile Zola (1867-1868) pintado por Edouard Manet na década de 1860. Contudo, se as gravuras aparecem em Manet como objetos decorativos, para Van Gogh, elas representavam a renovação da arte europeia. Assim, se no retrato de Zola as gravuras cobrem o fundo, no retrato de Tanguy (1887) (Fig.9), a Van Gogh interessa mais a valorização dos pontos da estética japonesa – a clareza, a eliminação das sombras e a pureza das cores.

Outro retrato significativo feito por Van Gogh é *The Italian* (1887) no qual utiliza uma composição chapada e uma borda que é uma referência ao papel crepom no qual chegavam à Europa as gravuras japonesas (HAMBURG, 2018). A mulher retratada é Agostina Segatori, dona do *Café du Tambourin*, onde Van Gogh exhibe mais tarde sua coleção de gravuras japonesas, juntamente com pinturas de seus amigos. O pintor tenta promover a todo custo aquilo que acreditava ser a renovação da arte francesa, mas sem muito sucesso.

A exposição de xilogravuras japonesas que Vincent e Theo van Gogh trouxeram para o café [*Le Tambourin*] em 1887 consistia, em grande parte, de estampas que haviam comprado de Bing. Vincent disse em uma carta a Theo: “A exibição de impressões que tive no *Tambourin* influenciou muito [Louis] Anquetin e [Emile] Bernard, mas que desastre!” (WICHMANN, 1999, p.8).

A mesma crença na transformação da arte francesa a partir da apreensão da arte japonesa anima Bing. O *marchand*, logo em seguida à exposição de Van Gogh, monta uma exposição, dessa vez para a elite. De acordo com Wichmann, “Em 1890, Samuel Bing organizou outra exposição realizada na École de Beaux-Art, na qual foram expostos 763 xilogravuras das coleções de amigos em Paris e arredores. Foi um imenso sucesso.” (WICHMANN, 1999, p.9).

Na realidade, Van Gogh já havia tido contato com as gravuras antes mesmo de vir para Paris. Nessa época apenas as admirou por serem exóticas, sem considerá-las no contexto das questões estéticas, como mais tarde fariam os pintores franceses. Na época,

gravuras como as cascatas de Hokusai eram muito comuns (Fig.10), com suas cores intensas, suas superfícies planas e composições com ângulos diagonais dramáticos. Para Homburg (2013), foram justamente esses elementos que permitiram uma nova interpretação da realidade encontrada na tradicional composição ocidental. Muitos artistas os haviam compreendido e os estavam utilizando em suas obras. Entre eles, Degas e Signac inserem novos recortes, ângulos e enquadramentos em suas pinturas.

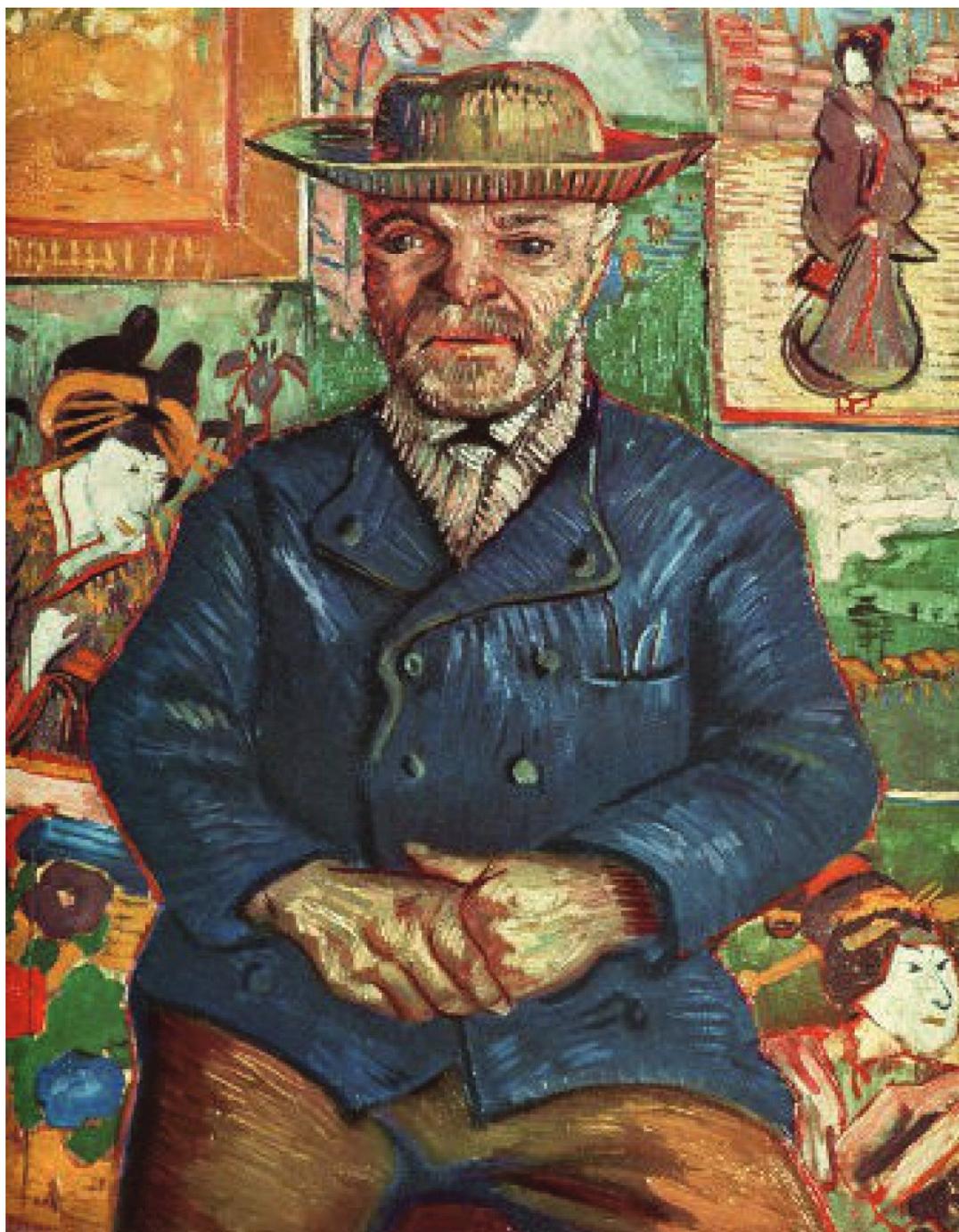


Figura 9. Le Père Tanguy (1887). Vincent Van Gogh.  
Fonte: <http://www.vangoghroute.com/france/paris/tanguy/>  
Acesso em 29 de junho de 2019.



Figura 10. *Yoshitsune Falls* (1760-1849). Katsushika Hokusai.

Fonte: <https://www.skylinearteditions.com/yoshitsune-falls-famous-waterfalls-in-various-provinces-katsushika-hokusai/> Acesso em 29 de junho de 2019.

### 3. A tradução dos temas provençais para o contexto japonês

Em Paris, Van Gogh se envolve com as vanguardas e faz amigos como Gauguin, Lautrec, Bernard e Signac. Entretanto, depois de apenas dois anos vivendo na capital, em 1888, Van Gogh deixa a cidade para se instalar em Arles, sul da França. Cansado da vida parisiense, em Arles ele pretende acalmar seu espírito e cuidar da saúde. Seria esse também um modo de seguir rumo ao sul em busca de exotismo, assim como fizeram Delacroix, ao se mudar para a África, ou Gauguin, ao se mudar para o Haiti, e como Van Gogh acreditava que fariam os outros pintores no futuro.

Ao fazer uma escolha preferimos efeitos ensolarados e coloridos, e não há nada que me impeça de pensar que no futuro muitos pintores irão trabalhar nos países tropicais. Você poderá ter uma ideia da evolução na pintura se pensar, por exemplo, nas estampas japonesas de um colorido brilhante que vemos por toda a parte, paisagens e figuras (VAN GOGH *apud* CHIPPEL, 1996, p.27).

No contexto de Arles, o Japão assume uma importância fundamental, maior do que alcançara em Paris. De modo bastante peculiar, Van Gogh iguala a paisagem provençal de Arles ao Japão e à sua paisagem. Ele nunca havia visitado o Japão, mas o imagina e escreve à sua irmã dizendo que Arles é o Japão.

Theo me escreveu que ele lhe deu gravuras japonesas. Esta certamente é a maneira prática de alcançar e compreender a direção que a pintura tomou no presente, no sentido das cores claras e brilhantes. De minha parte eu não preciso das gravuras japonesas aqui, porque eu sempre digo a mim mesmo que aqui é o Japão. O que significa que devo apenas abrir os olhos e pintar o que está em minha frente (VAN GOGH *apud* WICHMANN, 1999, p.42).

Além da paz, Van Gogh encontra no sul a clareza da atmosfera e a vivacidade das cores das gravuras orientais. Em Arles, o pintor continua procurando os motivos e como pintá-los no contexto japonês. “Neste espírito até mesmo as árvores lhe parecem maravilhosas com suas flores massivas em rosa e branco. Suas referências eram as cerejeiras japonesas, o que não era um tema de fácil reprodução” (HOMBURG, 2018). Do mesmo modo, o pintor traduziria outros temas provençais ao estilo japonês. Como, por exemplo, em *View of Arles With Irises* (1888) na qual as flores íris são retratadas como nas gravuras japonesas. Coincidentemente a mesma espécie é encontrada em Arles e no Japão. A flora de Arles (Fig.11) passa então a ser o tema de várias de suas composições (WICHMANN, 1999, p.87-96). Em seus quadros, o pintor passa a utilizar as cores vibrantes assim como as vê nas gravuras e tem a oportunidade de estudar composições em primeiro plano bastante aproximadas, com planos muito distantes, uma estratégia recorrente nas gravuras japonesas (Fig. 12).



Figura 11. *The White Orchard* (1888). Vincent Van Gogh.  
Fonte: [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/5b/Vincent\\_van\\_Gogh\\_-\\_The\\_white\\_orchard\\_-\\_Google\\_Art\\_Project.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/5b/Vincent_van_Gogh_-_The_white_orchard_-_Google_Art_Project.jpg)  
Acesso em 29 de junho de 2019.

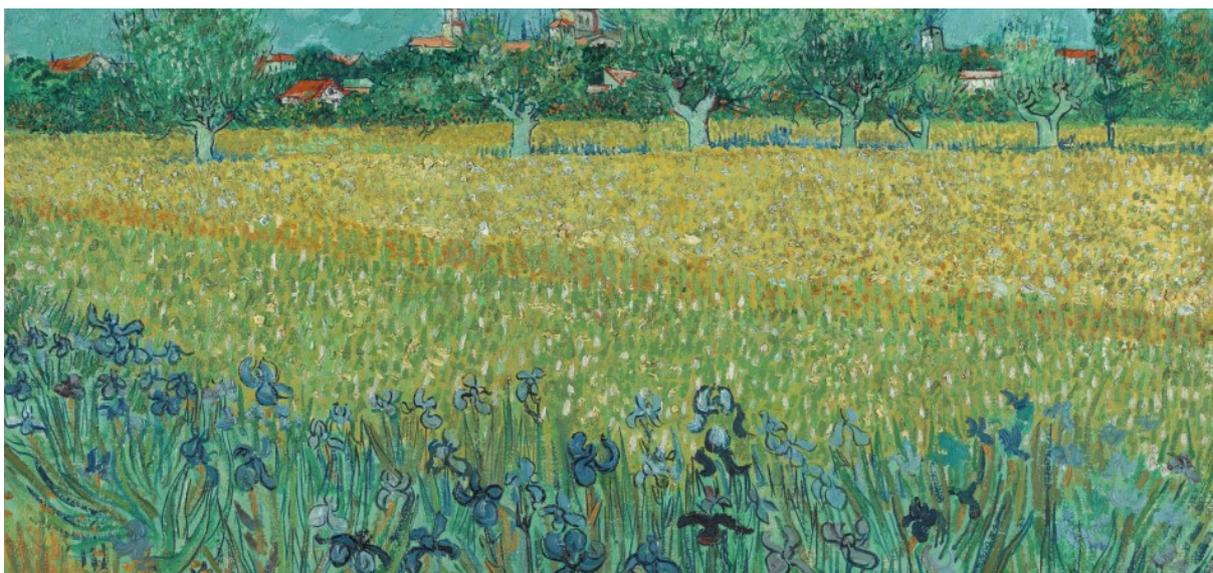


Figura 12. *View of Arles With Irises* (1888). Vincent Van Gogh.  
Fonte: <https://www.vangoghmuseum.nl/en/collection/s0037V1962>  
Acesso em 29 de junho de 2019.

Durante anos, o pintor vinha colecionando gravuras, mas o conhecimento que Van Gogh constrói sobre o Japão não se resume a elas, segundo Tilborgh (2018). Mesmo antes do contato com a revista *Le Japon Artistique*, quando ainda vivia na Holanda, Van Gogh havia lido os romances *Madame Chrysanthème* (1885) de Pierre Loti e *The exotic nation of Japan* (1850) dos irmãos Goncourt (TILBORG; BAKKER; HOMBURG; KODERA E UHLENBECK, 2018, p.94). Outra de suas fontes foi o livro *Japan and Its Arts* (1888) no qual Marcus B. Huis compara Katsushika Hokusai aos grandes mestres da tradição ocidental como “Rembrandt, Ghirlandio e Boticelli” (WICHMANN, 1999, p.12), e os outros livros do crítico Louis Gonse, nos quais estabelece um paralelo entre os gravuristas japoneses aos mestres ocidentais. Diria Gonse, “Hokusai é comparável a artistas europeus como Rembrandt, Corot, Goya e Daumier ao mesmo tempo” (SHIGEMI, 2003, p.75). As referências e comparações com os grandes mestres que admirava ressoam positivamente em Van Gogh.

Em 1888, Van Gogh está convencido de que a gravura japonesa marcará um momento de mudança para a academia europeia e de que a atmosfera do Japão se encontra em Arles. Ele compreende que o impulso da arte japonesa estava sendo desenvolvido pelos artistas franceses, particularmente no sul da França. O que implicava sua própria participação nesse movimento vanguardista de modernização da arte.

Acredito que uma nova escola colorista deitará raízes no Sul, pois vejo, cada vez mais que os do Norte valem-se sobretudo de sua habilidade com o pincel, e do chamado pitoresco, e não do desejo de expressar alguma coisa pela própria cor (VAN GOGH *apud* CHIPPEL, 1996, p.39)

No sul, Van Gogh torna-se mais seguro de si e descobre sua personalidade como pintor. O elogio de Huis a Hokusai dá a Van Gogh a chance para que ele pense em si mesmo como um artista capaz de fazer uma pintura própria. Ele também reconhece que o modo japonês de abordar a arte, ou pelo menos aquilo que compreende como japonês, era a forma perfeita para fortalecer a sua prática. Van Gogh se entendia como parte do movimento moderno na arte, mas ao mesmo tempo proclamava sua independência, sua visão particular. Ele sabia que seu entusiasmo pela gravura japonesa era compartilhado por outros artistas já estabelecidos, como Monet, Pissarro, Degas e mesmo pela geração mais jovem, como Signac, Bernard e Paul Gauguin. Todos eles artistas que o compreendiam em certa extensão, embora o considerassem exagerado (HOMBURG, 2018).

Van Gogh confiava no fato de que seus contemporâneos fossem capazes de utilizar as referências da arte japonesa no contexto da modernidade: a intensidade das cores, a dramatização das perspectivas e a rapidez na execução eram aspectos expressivos que ele tentava inserir em seu trabalho. Em Arles ele reinterpreta os motivos da vida no campo, que haviam sido tão importantes para ele na Holanda. Dessa vez, ele poderia expressar tudo isso de um modo totalmente novo.

Entre os elementos presentes nesse novo modo de expressão, está um ponto de vista comparável aos trabalhos de Hokusai ou Hiroshigue, com vistas em voo de pássaro. Um

tipo de gravura familiar para Van Gogh e para seus contemporâneos. A visão de pássaro é percebida em desenhos de Van Gogh como *Fields with Poppies* (1889) (Fig.13) e em pinturas como *Enclosed Field with Rising Sun* (1889) (Fig.14).

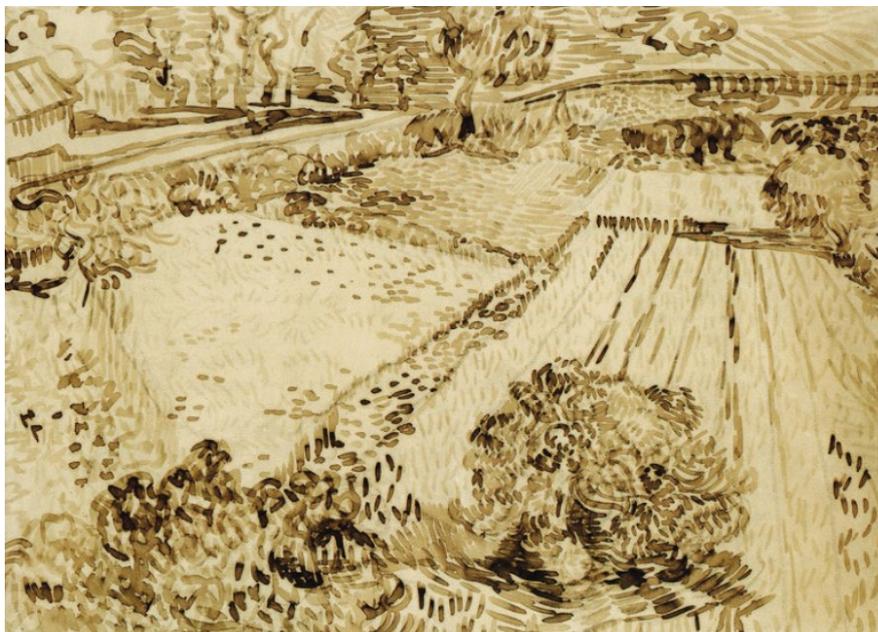


Figura 13. *Fields with Poppies* (1889). Vincent Van Gogh.

Fonte: <https://www.pubhist.com/w14380>

Acesso em 12 de abril de 2020



Figura 14. *Enclosed Field with Rising Sun* (1889). Vincent Van Gogh.

Fonte: [http://art-vangogh.com/saint-remy\\_95.html](http://art-vangogh.com/saint-remy_95.html)

Acesso em 12 de abril de 2020

Mas a atmosfera de Arles não leva Van Gogh a pintar somente temas da natureza. No retrato do amigo Eugene Bosh (1888) (Fig.15), pela primeira vez Van Gogh utiliza um fundo infinito, um tipo de técnica amplamente usada pelos gravuristas japoneses como Kitagawa Utamaro, além de empregar as cores arbitrariamente, como também fazia o pintor Gauguin.

Gostaria de pintar o retrato de um amigo artista [...]. Por isso eu pintaria como ele é tão fielmente quanto possível para começar. Mas o quadro não termina assim. Para terminá-lo vou passar a ser um colorista arbitrário. Exagero a cor do cabelo, chego a colocar tons laranja, amarelo-cromo, e amarelo-pálido. Atrás da cabeça em lugar de pintar a parede comum da sala medíocre pinto o infinito um fundo simples do mais rico e intenso azul que posso conseguir (VAN GOGH *apud* CHIPP, 1996, p.31).

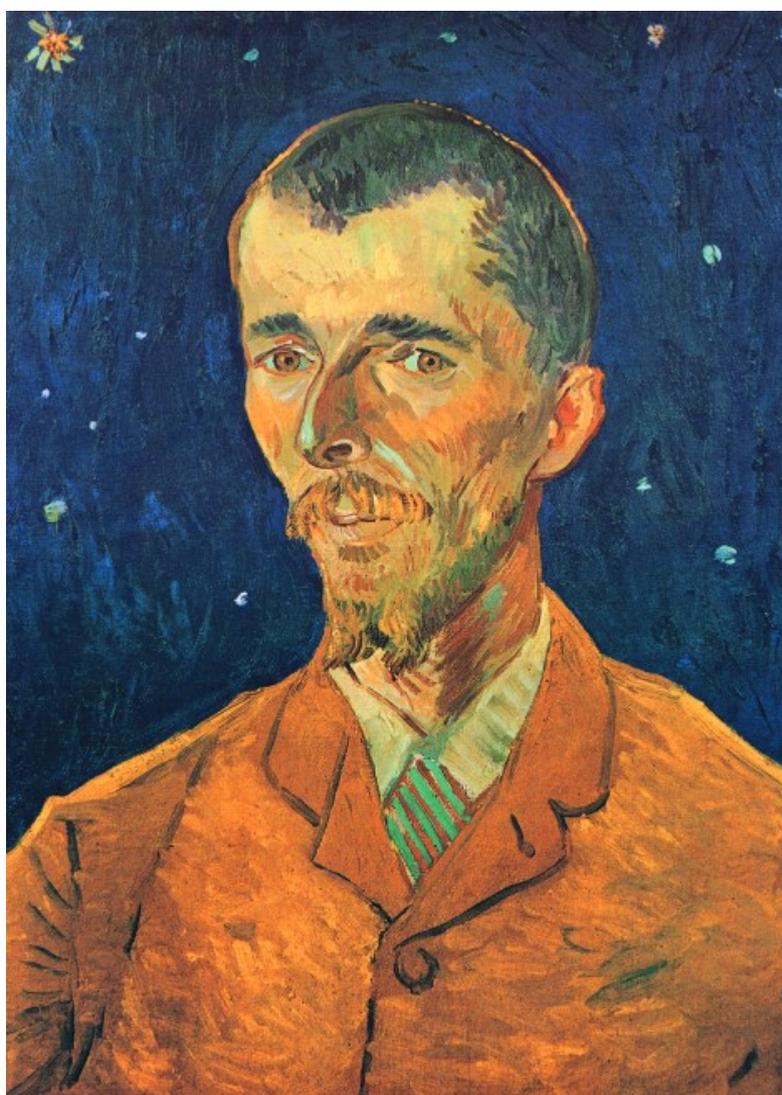


Figura 15. Eugene Boch (1888). Vincent Van Gogh.

Fonte: <http://cuinine.com/?page=5618>

Acesso em 29 de junho de 2019.

O retrato de Eugene Boch faz parte de uma série de retratos feitos no verão de 1888. Outro exemplo seria *La Mousmé* (1888) (Fig.16), propositadamente interpretado no contexto japonês. Sobre essa pintura, Van Gogh escreve para Theo:

Agora, se você souber o que é uma Mousmé (você saberá quando ler o livro *Madame Chrysanthème*) acabo de pintar uma. Gastei toda a semana nisto [...] Uma Mousmé é uma menina japonesa – no meu caso provençal – de doze a quatorze anos (VAN GOGH, 1986, p.68).



Figura 16. *La Mousmé* (1888). Vincent Van Gogh.

Fonte: [https://en.wikipedia.org/wiki/La\\_Mousmé#/media/File:Vangogh\\_mousme.jpg](https://en.wikipedia.org/wiki/La_Mousmé#/media/File:Vangogh_mousme.jpg)  
Acesso em 29 de junho de 2019.

Em suas cartas a Theo, Van Gogh descreve detidamente essa pintura. Ele discute a cor da pele da garota como um estereótipo, assim como a cor do vestido, mas o que importa é que Van Gogh cria uma imagem à maneira japonesa da menina provençal. Afinal, para ele, Arles é o Japão.

O budismo será outro aspecto da cultura japonesa a marcar Van Gogh. Nessa época, ele desejava estabelecer um estúdio-comunitário em sua casa em Arles, aonde outros artistas poderiam vir. Ele então pinta um autorretrato com a cabeça raspada, como se ele mesmo fosse um japonês, precisamente um *bonze*, um tipo de monge budista (Fig.17). A obra assemelha-se ao famoso retrato do monge Mutō Shūi – o olhar no vazio, a estrutura do busto e a ênfase na cabeça (fig.18). Van Gogh, tomado pela ideia, escreve a Theo para contar sobre seus planos:

Mas de minha parte prevejo que outros artistas desejarão ver a cor sob um céu mais forte e numa limpidez mais japonesa. Ora, se eu instalar um estúdio-refúgio às portas do Sul, não será um plano tão louco assim. E isso significa que podemos trabalhar serenamente. E se outras pessoas disserem que é longe demais de Paris, e tal, que façam pior para elas. Por que o maior de todos os coloristas Eugene Delacroix considerou indispensável ir para o Sul, e até para a África? (VAN GOGH *apud* CHIPP, 1996, p.33)

O estúdio-refúgio é uma bela utopia imaginada por Van Gogh, onde todos trabalhariam juntos como monges japoneses no monastério, em harmonia, criando juntos trabalhos excepcionais. Sua utopia não se realiza. De seus amigos artistas, Gauguin foi o único a visitá-lo em Arles, e suas muitas discussões resultaram no conhecido desastre no qual Van Gogh se mutila, cortando uma das suas orelhas.



Figura 17. Autorretrato (1888). Vincent Van Gogh.

Fonte: <https://steemkr.com/spanish/@annieee/conociendo-a-van-gogh-quien-fue>  
Acesso em 29 de junho de 2019.



Figura 18. Monge Mut Sh i (século XIV). Pintor desconhecido.

Fonte: <https://terebess.hu/zen/mesterek/MusoSoseki.html>

Acesso em: 29 de junho de 2019.

#### 4. Considerações finais

Vincent Van Gogh nunca foi ao Japão, mas seu encontro com as gravuras japonesas foi decisivo para a direção que sua arte tomaria nos anos subsequentes. Notadamente, a coleção de gravuras que vigorosamente reuniu exerceu uma influência dramática em seu trabalho. Aos poucos, o mundo exótico japonês, capturado nas imagens do *ukiyo-ê*, tornou-se sua principal referência artística. Todavia, não se pode dizer que Van Gogh se limitou a fazer cópias das gravuras que colecionou. Ele adotou a estética japonesa: os efeitos das perspectivas incomuns, as cores vibrantes, a atenção aos detalhes da natureza, o contorno marcado das figuras e objetos, a atmosfera exótica e a alegria do mundo flutuante. Assim constituiu sua própria obra. Esse feliz encontro, ao mesmo tempo, o faz rever os ensinamentos impressionistas e o alça a uma posição de vanguarda na época.

## Agradecimentos

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Vila Velha  
Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal do Espírito Santo  
Grupo de Pesquisa Sistema Contemporâneo de Projetos (SCP/UVV)

## Referências

- CHIPP, Herchel B. **Teorias da Arte Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- HOMBURG, Cornelia. **Van Gogh's Patience Escalier: Peasant à la Japonaise**  
(Video from The Frick Collection).Disponível em: [http://library.fora.tv/2013/01/16/Van\\_Goghs\\_Patience\\_Escalier\\_Peasant\\_\\_la\\_Japonaise](http://library.fora.tv/2013/01/16/Van_Goghs_Patience_Escalier_Peasant__la_Japonaise). Acesso em: 19 de abril de 2018.
- SHIGEMI, Inaga. **The Making of Hokusai's Reputation in the Context of Japonisme**, Japan Review, No.15, 2003, pp.73-96.
- STEVENSON, Cornelius. **Early Dutch Influence on Japanese Art** (Dutchmen as Netsukes) Bulletin of the Pennsylvania Museum, Vol. 7, No. 27 (Jul.,1909), pp. 49-51 Published by: Philadelphia Museum of Art Stable. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3793506> Acesso em: 12 de abril de 2020.
- TILBORG, Louis van; BAKKER, Nienke; HOMBURG, Cornelia; KODERA, Tsukasa; UHLENBECK, Chris. **Van Gogh & Japan**. London / New Haven: Fonds Mercator, 2018.
- VAN GOGH, Vincent. **Vincent Van Gogh: cartas a Theo** (antologia). São Paulo: L&PM pocket, 1986.
- WICHMANN, Siegfried, **Japonisme: the influence on Western art since 1858**. London: Thames & Hudson,1999.

**“BUNMEI KAIKA 文明開化” E AS CAMADAS POPULARES:  
APONTAMENTOS PARA UMA VISÃO SOCIAL DA  
LITERATURA DA ERA MEIJI<sup>1</sup>  
BUNMEI KAIKA 文明開化 AND THE POPULAR CLASSES:  
NOTES TOWARDS A SOCIAL VISION OF MEIJI  
LITERATURE**

*João Marcelo Monzani<sup>2</sup>*

**Resumo:** Pretende-se aqui explorar a representação das classes populares na literatura Meiji, partindo de uma observação de Hirabayashi Hatsunosuke a respeito do tema. As histórias tradicionais de literatura japonesa concentram-se no debate estético entre escolas, dando pouca atenção para a relação da literatura com a vida social do povo comum. Esse artigo pretende abordar esse hiato, através de uma descrição de movimentos e autores para localizar e avaliar momentos de representação das massas trabalhadoras. Meiji é excepcional na história por ser uma época de grande agitação popular, revoltas e formação de um pensamento antigovernamental de esquerda. Assim, tenta-se aqui encontrar reflexos desses fenômenos na literatura. Conclui-se pela confirmação da tese de Hirabayashi, qual seja, que a literatura Meiji não possui muitos exemplos de retratos realistas do povo, mas procura-se ainda assim nuançar esse quadro e apontar as exceções. **Palavras-chave:** ficção Meiji; literatura proletária; ficção e política; realismo; naturalismo.

**Abstract:** This paper aims at examining the representation of the popular masses in Meiji fiction, taking as its starting point the observation made by critic Hirabayashi Hatsunosuke on the theme. Most traditional histories of modern Japanese literature tend to focus on the aesthetic debate between different schools, paying little attention to the relation of literature and the social situation of common people. This paper aims at closing this hiatus through a description of movements and authors in order to situate moments of representation of the masses. Meiji's exceptionality lies in its being a time of popular revolt, unrest and the making of a left-wing anti-government

---

1 Artigo submetido em 11/10/2019 e aprovado em 17/04/2020.

2 Professor Adjunto II da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; Doutor em Teoria Literária pela Universidade de São Paulo (USP); joamarcelo.monzani@gmail.com (ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-4985-2442>).

movement. We close by confirming Hirabayashi's overall assessment, but we still try to point out exceptions to this picture.

**Keywords:** Meiji fiction; proletarian literature; fiction and politics.

## 1. Introdução

Escrevendo em 1922 (Taishô 11), quando a literatura proletária ainda estava em seu início, Hirabayashi Hatsunosuke 平林初之輔<sup>3</sup> enxergava a história recente da literatura japonesa da seguinte maneira:

明治以来の文芸運動は流派と流派との争いであった。それは単に個々人の性質や、趣味や、学閥や、交友関係によって集まる群と群との争いであった。論争点は主として描写の様式、文体、せいぜいのところで芸術価値の見方、人生観の相違にとどまった。最近に起らんとしている階級芸術の運動は、少なくともその本質においては階級闘争の一現象、階級闘争の局部戦、階級戦線の一部面における闘争でなければならぬ。したがってこれは単なる文芸運動、紙上の運動としては解決の見込みがない。階級戦の主力になるブルジョアとプロレタリアの決勝によりてのみ解決されるものである。(Itô, 1969; p. 290)

Desde a era Meiji, o movimento literário tem sido a disputa de corrente contra corrente. Era simplesmente uma luta dependente do caráter pessoal, do gosto, de grupos de interesse, de amizade e, no máximo, de diferentes visões de vida e de valor da arte. O movimento da literatura de classe que tenta se formar recentemente deve ser, na sua essência ao menos, uma parte da luta de classes, uma frente na luta de classes, uma batalha de um dos momentos da frente da luta de classes. Assim, não há perspectiva de que ele se resolva no papel, como mero movimento literário. A questão só se resolverá de acordo com a batalha central entre a burguesia e o proletariado na qual consiste a luta de classes. (*tradução minha*)

Como fica claro pelas palavras finais do trecho, a literatura para Hirabayashi, importante teórico do movimento de literatura proletária, desempenhava um papel no contexto maior da luta de classes e devia, portanto, incumbir-se conscientemente dessa missão. Trata-se, portanto, da ideia de uma arte política em prol dos menos favorecidos. A literatura de Meiji parecia a Hirabayashi como uma continuidade vácuca de teorias sobre o realismo, o estilo literário ou o lugar abstrato da arte. O que era pior, o fenômeno literário, ao invés de servir à sociedade, era dominado pelas disputas entre correntes, por sua vez dominadas por grupos de gosto de uma elite de escritores. Hirabayashi certamente está se referindo ao fenômeno muito especificamente japonês do *bundan*, o grupo literário, e às escolas estéticas dominantes da época (naturalismo, esteticismo, neo-sensorialismo etc.). Por *bundan* 文壇 pode-se entender o grupo, extremamente restrito, formado pelos autores, produtores e

---

3 1891-1931. Teórico, ativista e tradutor do movimento japonês de literatura proletária. (ITÔ, 1969; p. 432)

consumidores de literatura. Refere-se ao que hoje se entende por sistema literário de uma época. Uma vez que o número de leitores era bastante restrito em Meiji (Nakamura, 1966; p. 1-8), esse grupo compartilhava uma consciência de pertencimento a um grupo seletivo, com valores próprios diferentes do grosso da sociedade. Esse é um dos motivos que explica a ascensão e interesse entre escritores e leitores pela vida pessoal dos autores de literatura, verdadeiros sacerdotes nesse grupo seletivo (Nakamura, *idem*). Além disso, a época Meiji, com seu ideal de ‘civilização e cultura’ (文明開化) foi de fato, em muitos sentidos, uma época dominada por uma elite política que ativamente barrou qualquer avanço de manifestação do desejo popular através de um sistema eficaz de censura, prisões e mortes. A literatura, até certo ponto, era também dominada por uma elite intelectual. Ou seja, tanto no campo da política como no da arte, o avanço popular encontrava-se bastante obstruído em Meiji.

Por um lado, as observações de Hirabayashi são pertinentes e muitas vezes a história da literatura japonesa adquire o aspecto de uma longa disputa entre escolas literárias, descoladas da realidade. O famoso debate entre Akutagawa Ryûnosuke (芥川龍之介) e Tanizaki Jun'ichirô (谷崎潤一郎) acerca do papel do enredo na ficção (Mak *in* Hutchinson, 2017; p. 272-3) é um desses casos, ou seja, de um debate de anos, restrito a círculos fechados e de impacto social muito reduzido, para não dizer nulo. Constatado isto, é possível sim encontrar precedentes que oferecem uma nuance ao panorama de Hirabayashi e podem trazer à vista momentos em que a ficção de Meiji mostrou maior interesse seja pelo aspecto político, seja pelo confronto com a realidade das diferentes classes sociais. Pretendemos nesse texto fornecer apontamentos nesta direção.

Em uma investigação do tipo que aqui propomos é necessário tomar, acreditamos, um cuidado metodológico. O cuidado a ser observado diz respeito à delimitação do que se entende por ‘social’. Sem maiores contextualizações, o termo pode querer dizer qualquer coisa e perde sua funcionalidade como instrumento de análise. ‘Social’ aqui significa precisamente aquilo que Hirabayashi apontou no trecho citado acima e que, na verdade, demonstra a orientação ideológica da literatura proletária: o interesse pela politização da arte e, concomitantemente, o interesse pela representação das condições de vida dos menos favorecidos. Sem essa limitação de escopo, ‘social’ acaba adquirindo o sentido de qualquer fenômeno humano e perde sua utilidade. É nossa aposta metodológica que as lentes do interesse político e de classe, fornecidas pelo movimento literário proletário, podem nos ajudar a enxergar melhor alguns aspectos da literatura em Meiji. Mais precisamente, pretendemos apontar a relação dos principais escritores da era Meiji com os fenômenos sociais, no sentido apontado acima.

## **2. Os movimentos literários de Meiji e sua relação com a sociedade**

### **a) o romance político**

A década de 1880 foi dominada pela agitação política. O movimento de direitos populares (*jiyû minken undô*自由民権運動) estava em seu momento de maior

fervor, e as discussões sobre direitos civis, constituição e formação de um governo eram fatos cotidianos. Petições exigindo a criação de um governo parlamentar não só foram rejeitadas pelo governo, como violentamente reprimidas. Não que o governo de Meiji fosse contra tais ideias, pois desde o ano da Restauração (1868) já se falava em parlamentarismo, mas os detentores do poder queriam fazer a transição em seu ritmo, sem pressão popular (Pyle, 1996; p. 98). A Rebelião de Satsuma (1877) colocou o governo em posição mais defensiva ainda, aumentando os casos de repressão (Keene, 1984; p. 597). Foi igualmente a era de criação e expansão da imprensa de jornais em grande escala (Séguy, 1990), atendendo a todos os públicos, desde os conservadores aos ditos ‘agitadores sociais’. Muitos desses agitadores, como Ôkuma Shigenobu (大熊重信) e Itagaki Taisuke (板垣退助), eram antigos membros do governo Meiji, agora expulsos. Eles buscavam reinserção e evidência política através de agitações populares e fundação de partidos de oposição. Nesse ambiente fértil, floresceu o romance político (*seiji shôsetsu*, 政治小説).

Acrescente-se a isso que esta era a época imediatamente posterior às mudanças cataclísmicas da abolição do sistema de classes do período Edo, da criação das novas políticas de livre propriedade de terra, monetarização dos impostos, universalização da escolaridade, do serviço militar e das crises econômicas agudas que só foram estabilizadas com as políticas financeiras de Matsukata (Vlastos *in* Jansen, 1989; p. 419-20). Por fim, o período em foco consiste no momento áureo do *risshin-shusse* 立身出世, o ideal de avanço social através do próprio esforço no estudo e no trabalho. Assim, as insatisfações populares, cada vez maiores, encontram sua válvula de escape natural na ação política. Em certa medida, essa é uma grande novidade da era Meiji, pois como constata Gordon (2003; p. 77), tal fato era praticamente desconhecido no Japão feudal: ‘No Japão da era Tokugawa, a ideia de que o povo comum podia ter um papel político legítimo mal existia’. Assim, nesse novo contexto, a carreira política parecia aberta aos novos talentos emergentes e novas energias, reprimidas durante a época feudal de Edo, pareciam estar liberadas.

As origens do romance político na verdade já se encontram no movimento de tradução de obras ocidentais imediatamente anterior. Muitas obras traduzidas que se tornaram populares no período foram lidas por um viés político, criando o caminho para a concepção de que o romance era a melhor forma de expressar uma visão de mundo política. Essas obras incluem *A utopia* de Thomas Moore (sob o título de 良政府談, *Ryôseifudan*, ‘Histórias de um bom governo’), obras de Dumas situadas no período revolucionário francês (sob o título de 仏蘭西革命記自由之凱歌, *Furansu Kakumei ki Jiyû no Gaika*, ‘Notas da revolução francesa: canção de vitória’) e *Wilhelm Tell*, de Schiller (sob o título de テル自由談, *Teru Jiyû dan*, ‘A história de liberdade de Tell’), todas publicadas em 1882 (Nakamura, 1966; p. 24). As obras eram selecionadas para tradução por apresentarem heróis populares em épocas de agitação nacional, deixando claro que o interesse por elas estava nos aspectos político e moral, sendo os romances ocidentais interpretados como guias de ação social, política e governamental.

Os dois principais romances políticos dessa época são *Kajin no Kigû* (華人の奇遇, ‘Encontro com beldades’, de 1885) de Tôkai Sanshi 東海散士 e *Keikoku Bidan* (経国美談, ‘Belas histórias de estadismo’, de 1883), de Yano Ryûkei 矢野龍溪. Muitas vezes, essas obras sequer são mencionadas em livros de história da literatura japonesa, uma evidência de que as obras não são vistas com olhos favoráveis hoje em dia. Isto é verdade em todo o conjunto de obras da chamada literatura política de Meiji. Contudo, tal conjunto de obras constituiu um importante instrumento de popularização de ideais como liberdade, democracia e justiça imparcial. É verdade que seus protagonistas e enredos lidam muito pouco com o homem comum e as possibilidades da ação política ao alcance de todos. Em geral, são personagens da elite, idealizadas, que se envolvem em discussões abstratas sobre as diferentes formas de governo, a luta pela independência das nações e a injustiça das relações internacionais. Veja-se, a título de exemplo, o enredo de *Kajin no Kigû*, no qual os personagens Tôkai Sanshi, Kôren (provavelmente, uma tentativa de adaptar o nome irlandês de Colleen) e Yûran (novamente, adaptação provável de Yolanda) relatam as agruras de suas respectivas nações (Japão, Irlanda e Espanha), sem qualquer desenvolvimento de enredo. Os ‘problemas’ de composição artística dos romances políticos foram apontados na época mesmo de sua publicação (Keene, 1984; p. 86-7). Independentemente, esses romances mostraram ao público japonês da época que a ficção podia ser o local de um debate sério sobre algo de real impacto no mundo. Mais do que romance político, poder-se-ia chamá-los de romances para políticos, uma vez que essas obras consistem em formulações mais ou menos elaboradas das convicções políticas de seus autores. Contudo, o fato é que esses romances foram extremamente populares na sua época e constituem um importante antecedente de politização da arte. Politização essa que foi sufocada pelo movimento literário seguinte, o realismo.

#### b) O realismo: dos propagadores iniciais ao romance trágico

A dita corrente realista da literatura Meiji teve seu início com os escritos teóricos e ficcionais de Tsubouchi Shôyô (坪内逍遙) e Futabatei Shimei (二葉亭四迷).

Tsubouchi era uma figura interessante, ao mesmo tempo bastante versado na literatura da era Tokugawa e em literatura inglesa. Shôyô se orgulhava de ter lido ‘tudo... publicado entre o início do século dezenove e a Restauração Meiji’ (Keene, 1984; p. 97), e, concomitantemente, foi o primeiro a traduzir a obra completa de Shakespeare para o japonês. Depois de receber uma educação tradicional confucionista em Nagoya, Shôyô conheceu em Tóquio as obras de Walter Scott, Dumas e outros e teve importante papel nos esforços de tradução da época (final da década de 1870 e início da de 1880). Influenciado pelas aulas de arte e estética que teve na faculdade, escreveu *Shôsetsu Shinzui* (小説神髓, ‘A essência do romance’, 1885), ensaio pioneiro na fundação e disseminação de um conceito realista e sério de literatura ficcional. O ensaio propaga a ideia de que a ficção deve se ocupar de sentimentos humanos (*ninjô* 人情) e com os costumes sociais

(*setai fūzoku* 世体風俗). Ele condena a divisão maniqueísta em heróis e vilões das personagens da ficção Edo e propõe, por oposição, sua concepção de descrição realista (*byōsha* 描写). Em um estudo bastante provocador, Ueda (2007) avalia que o papel de *A essência do romance* foi despolitizar a ficção, ao propagar a ideia de que esta deveria se concentrar em assuntos de natureza privada.

Sua obra em prosa, entretanto, se concentra na classe social à qual ele mesmo pertencia, ou seja, os estudantes universitários de Tóquio e seu mundo de diversões. *Tōsei shosei katagi* (当世書生氣質, ‘O caráter dos estudantes atuais’) foi publicado de forma serial entre 1885 e 1886 e narra, com encontros e coincidências improváveis, a história de amor do estudante Omachida Sanji e da gueixa Tanoji. Ao fim, descobre-se que a gueixa é descendente de samurais (de status respeitável, portanto) e os dois podem se unir. A estreiteza da visão de classe, pressuposta na concepção mesmo do enredo, é evidente.

Futabatei, em muitos sentidos, possuía um conhecimento mais sofisticado da literatura ocidental que seu mestre Tsubouchi. Leitor e tradutor de Belinsky, Gogol, Dostoievski e Gontcharov, sua obra consiste em uma tentativa séria, como ele próprio afirma, de transportar os estilos e problemáticas da literatura russa para o Japão. Em 1886, em resposta ao ensaio de Shōyō, escreve um curto texto de teoria literária, um dos primeiros da era Meiji, intitulado *Shōsetsu Sōron* (小説総論, ‘Discussão geral do romance’), menos influente, apesar de mais elaborado, que *A essência do romance* de Tsubouchi.

A ficção de Futabatei, interessantíssima pelo papel que teve no contexto de ocidentalização da ficção japonesa e de criação de um narrador moderno (Kamei, 2002) igualmente fixa-se em classes específicas: os jovens estudantes universitários de Tóquio e os burocratas do novo governo Meiji. São, de fato, figuras sociais novas: o estudante (*shosei* 書生), a estudante (*jogakusei* 女学生) e o funcionário público (*kanryō* 官僚). Em *Ukigumo* (浮雲, ‘Nuvens flutuantes’, 1887), o jovem burocrata Utsumi Bunzō perde a possibilidade de casar-se com sua prima distante, a estudante Osei, quando ele fica sem emprego e se vê ameaçado pelos avanços do bem-sucedido, e também burocrata, Honda Noboru. O romance deixa claro que Noboru escala os degraus da carreira burocrática através de sua habilidade de bajulação dos superiores – sendo este aspecto um dos momentos chave de revelação dos mecanismos e engrenagens sociais da elite burocrata de Meiji (Kinmonth, 1982). Os personagens de baixa camada social, contudo, mal aparecem em cena e quando surgem são tratados geralmente em registro cômico. Um exemplo antológico é a cena em que a empregada da casa onde Bunzō vive se maquia de *oshiroi* (um pó branco muito denso) e é obrigada a ouvir o comentário de que se parece com ‘um pedaço de carvão sobre o qual caiu geada’<sup>4</sup> (Futabatei, 1971; p. 45).

O realismo teorizado e praticado por Tsubouchi e Futabatei logo cedeu lugar ao movimento neoclassicista da década seguinte e só foi retomado no final do século com o surgimento dos romances ditos ideais, trágicos, familiares e sociais.

---

4 Todas as traduções de citações estrangeiras são de minha autoria.

O surgimento desses romances não é difícil de entender. A população havia praticamente dobrado desde o início do período Meiji, a urbanização e concentração populacional em Tóquio já se tornava um problema, a industrialização vertiginosa começava a mostrar seu preço social nas baixas condições de vida dos trabalhadores e consequentes greves, a doutrina de sucesso através do estudo começa a dar sinais de exaustão dentro do novo contexto de competitividade moderna e novas formações sociais e familiares começam a tomar forma. Todas essas mudanças encontram seu reflexo na ascensão do novo romance realista e declínio da dita literatura neoclássica.

Dentre os autores de destaque desses novos romances realistas pode-se citar Hirotsu Ryûrô 広津柳浪. *Hemedan* (変目伝, ‘Denkichi, o rapaz de olhos deformados’, 1895) narra a história de um rapaz de origem simples e trabalhador, deformado de corpo e rosto, que abre mão de todo seu dinheiro, comete roubo e assassinato na falsa crença de que seu amor é retribuído. *Kurotokage* (黒蜥蜴, ‘Lagarto negro’, do mesmo ano) é a história de uma mulher com uma mancha preta no rosto que ama seu marido trabalhador, mas não suporta os ataques sexuais de seu sogro e se mata. Os heróis de Hirotsu pertencem à camada popular, o que consistiu grande novidade na época e pode ser contado como um dos precedentes importantes para a representação das classes populares na literatura japonesa moderna. Mas seu interesse é sem dúvida pelo aspecto grotesco dos enredos e das personagens. Assim a sua visão se assemelha, em certo sentido, àquela dos tabloides e jornais populares, ao confundir os fenômenos de interesse popular com o escandaloso (no que ele se assemelhará à ficção naturalista inicial de Tokuda Shûsei e Oguri Fûyô, como se verá abaixo). Seus romances receberam, dentro da historiografia da literatura japonesa, o nome de *hisân shôsetsu* 悲惨小説, ou seja, romances trágicos.

*Hototogisu* (不如帰, ‘O cuco’, 1894), de Tokutomi Roka 徳富蘆花, é considerado como o exemplo de romance social do período Meiji por excelência, tendo atingido todas as camadas sociais enquanto público leitor: os leitores provinham de origens mais humildes também. O crítico e escritor socialista Takakura Teru observa que *Hototogisu* era lido por mulheres empregadas nas fábricas de tecelagem’ (Ito, 2008; p. 47). Esse tipo de romance também é por vezes chamado de romance doméstico, 家庭小説 *katei shôsetsu*, e esteve em voga na virada do século antes da ascensão do naturalismo. Nele, uma jovem de origem social respeitável é constantemente humilhada e maltratada pela família de seu marido rico, vindo a falecer de tuberculose. Roka foi um escritor interessante e contraditório, cuja educação cristã aguçou sua sensibilidade para os problemas sociais da época - e, no caso em questão, o tratamento deplorável dado à mulher em Meiji, sem, contudo, atingir uma visão utópica ou mesmo revolucionária.

### c) o grupo *Ken'yûsha*: classicismo e romantismo

A figura central do movimento *Ken'yûsha* 硯友社 foi, sem dúvida, Ozaki Kôyô 尾崎紅葉 e seu romance *Konjiki yasha* (金色夜叉, *O diabo dourado*) foi o best-seller do período Meiji.

Os membros do círculo literário Ken'yûsha buscavam resgatar as tradições literárias japonesas abandonadas nas duas primeiras décadas de Meiji, época dominada pelos romances traduzidos do ocidente, pelos romances políticos e pela literatura realista descrita acima. Seus esforços coincidem, no plano histórico, com uma certa estabilização da sociedade japonesa da época, uma crescente conscientização de nacionalidade e formação de um capitalismo industrial local. Assim, seus membros procuram encontrar na Era Genroku 元禄時代, e na literatura de Ihara Saikaku 井原西鶴 sobretudo, formas de expressão e estilo que valorizassem a língua japonesa tradicional, em detrimento dos experimentos de tradução e adaptação dos romances europeus. A corrente se manteve forte até meados da década de 1905, quando o naturalismo começou se tornar o centro das atenções. A escolha por um estilo tradicional e popular talvez esteja ligada à nova consciência de valorização do povo e de sua cultura, por oposição ao domínio da cena política e cultural pelas elites da época. De fato, a literatura classicista da época desembocou nos romances de entornos de 1900 centrados em personagens populares e suas tragédias pessoais.

O romance mais famoso de Ozaki Kôyô foi publicado de forma serializada entre 1897 e 1903, quando ele veio a falecer inesperadamente. *Konjiki yasha* narra a história da vingança de Hazama Kan'ichi contra Miya, sua prometida. A moça decide abandoná-lo para se casar com o rico Tomiyama, fazendo com que Kan'ichi, convencido agora do poder do dinheiro, se torne um usurário (ou seja, um *konjiki yasha*, um demônio do ouro). Trata-se, portanto, daquilo que já foi chamado de 'o percurso clássico' do romance moderno: 'A vítima do dinheiro vai à sua escola, e confia-lhe finalmente...a obtenção da felicidade' (Schwarz, 2000; p. 54). Por outro lado, as cenas de paixão melodramática dão a tônica da obra como um todo e ficaram gravadas nas mentes dos leitores da época, em especial a cena em que Hazama chuta e derruba Miya nas areias da praia de Atami. O romance, apesar de ser por vezes exagerado na intensidade e prolongado para além do necessário, põe em cena um movimento vertiginoso, no qual o essencialmente romântico e idealista Hazama Kan'ichi torna-se, a cada passo, mais duramente capitalista, conforme suas decepções morais e emotivas vão se acumulando. As observações de Ito (2008; p. 94) confirmam nossas constatações a respeito da estrutura da obra:

A construção brilhante na estrutura melodramática de *Konjiki yasha* se deve à transformação de ambos os protagonistas em vilões: Miya é condenada por sua escolha mercenária e... Kan'ichi se torna menos que humano na sua metamorfose em usurário. E, mesmo assim, *Konjiki yasha* deixa claro que ambos os personagens são motivados pelo amor.

É um dos primeiros romances de Meiji que põe o dinheiro e sua circulação como verdadeiro elemento motor do enredo e da vida interior das personagens, desnudando uma face da sociedade até então pouco representada. Esse breve resumo dá a medida

de como Kôyô, tido como um escritor classicista conservador, era na verdade bastante atento ao mundo contemporâneo e seu funcionamento. Infelizmente, ele é muito pouco estudado hoje em dia.

Apesar de não pertencer ao grupo Ken'yûsha, alguns outros escritores do estilo tradicional merecem menção, devido à sua importância. Higuchi Ichiyô樋口一葉 não adotou o estilo moderno de escrita propagado pelo movimento genbun-itchi言文一致, preferindo escrever suas obras em gabuntai 雅文体, ou seja, estilo clássico. Suas histórias, em geral, se concentram em figuras sociais que vivem no limite entre a sobrevivência e a necessidade extrema. Seu conto mais conhecido, *Takekurabe* (たけくらべ, 'Comparando alturas' 1895), narra a vida do bairro adjacente ao centro de prostituição Yoshiwara, em Tóquio. Ali moram aqueles cuja sobrevivência depende de emprego no Yoshiwara, fazendo todo de serviço, desde gueixa (o destino da personagem central Midori) a guarda de bordel. Em um estilo fascinante (Kamei, 2002; p. 112), Higuchi consegue tecer uma história de amor adolescente com um comentário social bastante penetrante, ao desvelar que, por detrás do mundo aparentemente brilhante das ditas zonas de prazer, escondia-se um ciclo de miséria e impotência.

*Jûsan'ya* (十三夜, 'A décima terceira noite', 1895) contrasta de maneira instigante o mundo de uma esposa rica, porém infeliz (Oseki), e sua antiga paixão de infância, o agora puxador de *rikisha* Rokunosuke. O conto se utiliza do mote do sonho e da noite para descrever a situação de pesadelo e irrealidade de cada um. Oseki deseja divorciar-se de seu cruel marido, o que, ela sabe no fundo, não passa de um sonho sem concretude ou realidade prática. Já Rokunosuke, carcomido pela miséria de anos, ao reencontrar Oseki inesperadamente, também se refere à sua situação como um sonho - um sonho já distante, irrealizável e, em certo sentido, externo ao Rokunosuke de agora, destruído pela pobreza.

Izumi Kyôka泉鏡花 e Kôda Rohan幸田露伴 também escrevem no estilo tradicional. O tema de seus numerosos contos e romances é a arte e seu poder estético sobre os homens. Assim, seria injusto cobrar-lhes uma manifestação de problemas sociais, uma vez que esse não era seu interesse. Para eles, o encontro entre indivíduo e sociedade se dava no plano da integridade artística e espiritual face a adversidades.

## e) o naturalismo

A escola literária mais identificada com o período Meiji é, sem dúvida, o naturalismo. Sua origem, desenvolvimento, influência e divergência para com a corrente europeia de mesmo nome já foram objeto de muitos estudos. O movimento constituiu, aos olhos dos próprios escritores japoneses da época, no exemplo mais bem-sucedido de transposição, adaptação e sucesso de uma corrente literária europeia para o palco das letras japonesas.

De fato, o naturalismo japonês nasceu de uma combinação de fatores: a importação do conceito teórico por parte de Mori Ôgai森鷗外, a tentativa de criação de obras

naturalistas ao estilo francês por Nagai Kafû 永井荷風 e o interesse pela ‘questão social’ no Japão durante a virada do século.

Nagai Kafû, ele mesmo bastante familiarizado com as obras de Zola, tentou incorporar as doutrinas naturalistas de influência do ambiente e da hereditariedade em sua ficção, sobretudo em *Jigoku no Hana* (地獄の花, ‘A flor do inferno’, 1902) e *Yashin* (野心, ‘Ambição’, 1902). Contudo, sua atitude crítica em relação à sociedade Meiji derivava muito mais de um desgosto pela modernização japonesa como um todo do que de uma crítica informada à sociedade capitalista e seus mecanismos de exclusão das massas proletárias, como era o caso de Zola. Assim, Nagai rapidamente se dedicou a uma literatura nostálgica, focada na cultura do período Edo e seu hedonismo. *Sumidagawa* (すみだ川, ‘O Rio Sumida’, 1909), *Udekurabe* (腕くらべ, ‘Medindo forças’, 1919) e *Bokutô kidan* (墨東綺譚, ‘Uma estranha história da margem leste do rio’, 1937) retratam o mundo das gueixas e de seus frequentadores nostálgicos reminiscentes da era Edo, o que para Nagai era uma maneira de se afastar da sociedade Meiji: ‘Familiarizar-se com esse mundo de ‘vergonha e vício’ era aprender sobre o outro lado da sociedade polida da era Meiji que ele tanto detestava’ (Nakamura, 1968; p. 10). Como bem observa Nakamura, todas as personagens femininas de Kafû dessa longa fase nostálgica estão à margem da sociedade respeitável, mas demonstram através de suas ações a bondade de coração que só se pode encontrar, Nagai acreditava, no povo comum. (Nakamura, *idem*)

Kunikida Doppo 国木田独歩, outro pioneiro do naturalismo, sempre manifestou interesse pelas ditas pessoas sem importância. Já em seu *Wasureenu hitobito* (忘れ得ぬ人々, ‘Pessoas inesquecíveis’, 1899), o narrador relata as impressões causadas durante uma viagem pelo povo comum em sua memória. Mais tarde, seus contos de concentraram em relatar as misérias e pequenas tragédias daqueles que vivem nas margens da sociedade, como em *Take no kido* (竹の木戸, ‘O portão de bambu’, 1908), a história do roubo de carvão entre duas casas vizinhas, mostrando os efeitos da pobreza no caráter das personagens. A seriedade com que a pobreza e o sofrimento das pessoas depauperadas foram retratados, assim como a dignidade com a qual elas são representadas, coloca Kunikida em lugar único dentro da literatura Meiji, fora de qualquer escola ou tendência.

Tokuda Shûsei 徳田秋声 e Oguri Fûyô 小栗風葉, igualmente escolados em questão de ambiente e hereditariedade, se interessaram em suas histórias naturalistas do período Meiji pela descrição de tragédias pessoais e sociais dos *burakumin* 部落民, os grupos de pessoas considerados párias na sociedade Meiji. Seu interesse, contudo, não é pelo lado humano de seus protagonistas ou pelos horrores da exclusão, mas pelo aspecto sensacionalista que o assunto ofertava. Como nota o crítico Sasabuchi Tomoichi, esses autores tratavam seus personagens como ‘curiosidades de circo, não como seres humanos’ (*apud* Copeland, 2000; p. 197).

Como se sabe, o movimento naturalista japonês rapidamente enveredou pelo caminho da ficção centrada no eu, o chamado *shishôsetsu* 私小説 na época Taishô (1912-1926), estando esse desenvolvimento fora de nosso escopo.

## f) os outros autores

Por fim, tratemos daqueles autores que não se encaixam exatamente em nenhuma das escolas mencionadas, mas são considerados seus grandes representantes.

Tanto Natsume Sôseki 夏目漱石 como Mori Ôgai encaravam os problemas da era Meiji como sendo principalmente de espírito. O conflito social para esses autores se desenrola na mente de pessoas com melhor formação intelectual, para as quais as contradições entre tradição japonesa e modernização ocidentalizante eram flagrantes. Sôseki concentra seus romances quase que exclusivamente na classe universitária/intelectual da região de Tóquio - e vale lembrar que essa classe constituía igualmente seu público leitor. Sôseki pôs em cena homens dilacerados por conflitos éticos e sentimentais que refletem a posição do indivíduo na nova sua sociedade, sua possibilidade (ou impossibilidade) de livrar-se de amarras tradicionais e constituir seu próprio *ethos*. Uma literatura como esta, de grande valor sem dúvida, não tem espaço para retratar a massa que sofria com a industrialização desumana que estava em curso, nem com as políticas que procuravam interromper esse processo. Como afirma Nakamura (1968; p. 25), ‘Para Sôseki, essa pressão cultural influenciava exclusivamente a vida interior dos seres humanos e seu efeito imediato se encontrava nos intelectuais’. Como se vê, para Sôseki, o problema da modernização japonesa era antes de tudo um problema abstrato, mental e desligado das massas. Para se ter uma ideia, por volta dos anos 1906-1911, Sôseki publicou *Kusamakura* (草枕, ‘Travesseiro de grama’, 1906), *Yume Jûya* (夢十夜, ‘Dez noites de sonho’, 1908), duas obras de acentuada fantasia, e a trilogia *Sanshirô* (三四郎, ‘Sanshiro’, 1908), *Sorekara* (それから, ‘E depois’, 1909) e *Mon* (門, ‘O portal’, 1910), obras centradas em homens da elite intelectual e seus impasses dentro da nova vida profissional, amorosa e familiar. Nesse mesmo período, conforme indica a bibliografia especializada, o desespero dos trabalhadores de fábrica havia atingido seu auge, quando o número de greves proletárias chegava um número recorde, sem que se ouvisse um eco sequer disso em sua obra:

Enquanto isso, os trabalhadores reagiram ao deterioramento das condições de trabalho e moradia com greves espontâneas. Mais trabalhadores participaram das greves de 1907 que jamais antes, especialmente no setor crescente de indústria pesada, fora estimulado pela guerra. Além das dificuldades causadas pela inflação pós-guerra, os trabalhadores da indústria pesada rejeitavam a tentativa das empresas de abolir o sistema de contrato de trabalho semiautônomo e impor um controle mais direto dos empregados. (Tipton, 2002; p. 81)

Mori Ôgai, antes de se dedicar à ficção histórica, igualmente se concentrava em uma classe, os universitários e burocratas do novo Japão; veja-se a título de exemplo as origens sociais de suas obras, desde *Maihime* até *Gan*. Ôgai era um espírito completamente intelectualizado, que via o mundo do ponto de vista das ideias e ideologias em

modo abstrato. Assim, Nakamura (1968; p. 19) avalia que as correntes anarquistas e socialistas, fontes mais tarde de real transformação social no mundo todo, não passam, para Ôgai, de fenômenos de interesse intelectual, sem realidade prática. Quando de fato a realidade político-social tornava-se pesada demais para ser ignorada, Ôgai chegava a escrever a respeito, mas são textos quase inteiramente fora do território da ficção, como seu *Chinmoku no tô* (沈黙の塔, ‘A torre do silêncio’, 1910), um texto corajoso por enfrentar a política de censura do governo Meiji, mas que é na verdade um ensaio e não uma ficção. Talvez sua ficção histórica seja um comentário político sobre a modernização de Meiji, porém esse aspecto ainda precisa ser mais investigado.

Por fim, pode-se mencionar Shiga Naoya 志賀直哉, que publicou alguns contos ainda em Meiji. Dentre esses, destaca-se *Abashiri made* (網走まで, ‘Até Abashiri’, 1910), um relato em primeira pessoa no qual o narrador observa uma mãe e seu filho pequeno, evidentemente em situação de pobreza, no trem para Abashiri. O narrador manifesta bastante interesse e compaixão pela situação da mãe, mostrando que o conto vai além da literatura autocentrada geralmente atribuída a Shiga. Apesar de ser considerado um dos maiores representantes do romance do eu, Shiga ‘manifestou interesse e simpatia pelo socialismo em seus dias de juventude’ (Nakamura, 1968; p. 38) e esse interesse pode ser visto em momentos dispersos de sua obra.

### 3. Conclusão:

A ficção Meiji, como indicou Hirabayashi no trecho citado inicialmente, não se ocupou de maneira propositiva e construtiva do retrato ficcional do povo, das classes populares e das possibilidades de ação política popular revolucionária. Ainda assim, é possível encontrar momentos de grande interesse na representação de indivíduos fora do círculo da elite intelectual e política que parece ter dominado o período. Procuramos indicar alguns desses momentos e autores, no intuito de revelar possíveis precedentes e fontes formais daquela que seria a mais renovadora, politizada e, infelizmente, breve escola da literatura japonesa pré-guerra, a escola proletária. De fato, tanto o romance político como as obras focadas no retrato do sofrimento dos mais empobrecidos foram fontes para a criação da literatura proletária das décadas de 1920 e 1930, cumprindo, até certo ponto, o programa literário preconizado por Hirabayashi.

### 4. Bibliografia:

COPELAND, Rebecca. *Lost leaves: women writers of Meiji Japan*. Honolulu: University of Hawaii Press, 2000.

FUTABATEI, Shimei. *Futabatei Shimeishû* (Nihon kindai bungaku taikei 4). Tóquio: Kadokawa Shoten, 1971.

GORDON, Andrew. *A modern history of Japan*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

- MAK, Rebecca. The Akutagawa/Tanizaki debate: actors in *bundan* discourse. In HUTCHINSON, Rachel (ed). **Routledge book of modern Japanese literature**. Abingdon: Oxfordshire; New York: Routledge, 2017.
- ITO, Sei; KAMEI, Katsuichirô; NAKAMURA, Mitsuo; HIRANO, Ken; YAMAMOTO, Kenkichi (ed). **Puroretaria bungakushû** (Nihon Gendai Bungaku Zenshû 69). Tóquio: Kôdansha, 1969.
- ITO, Ken. **An age of melodrama**. Stanford: Stanford University Press, 2008.
- VLASTOS, Stephen. Opposition movements in early Meiji, 1868-1885. In JANSEN, Marius (ed). **The Cambridge history of Japan: the nineteenth century**. Cambridge: CUP, 1989.
- KEENE, Donald. **Dawn to the west**. Nova Iórque: Holt, Rinehart and Winston, 1984.
- KAMEI, Hideo. **The transformations of sensibility**. Ann Arbor: University of Michigan, 2002.
- KINMONTH, Earl. **The self-made man in Japanese thought**. Los Angeles: University of California Press, 1982.
- NAKAMURA, Mitsuo. **Japanese fiction in the Meiji era**. Tóquio: Kokusai Bunka Shinkokai, 1966.
- NAKAMURA, Mitsuo. **Japanese fiction in the Taisho era**. Tóquio: Kokusai Bunka Shinkokai, 1968.
- PYLE, Kenneth. **The making of modern Japan**. Toronto: Heath and Company, 1996.
- SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 2007.
- SÉGUY, Christiane. Notes sur l'histoire de la presse japonaise. **Estudos Japoneses**, 10, 1-17. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/ej/article/view/142819>
- TIPTON, Elise. **Modern Japan: a social and political history**. Londres: Routledge, 2002.
- UEDA, Atsuko. **Concealment of politics, politics of concealment: the production of "literature" in Meiji Japan**. Stanford: Stanford University Press, 2007.

# A EVOLUÇÃO DO ENSINO DE LÍNGUA JAPONESA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO ATRAVÉS DA ANÁLISE E CRÍTICA DE DOIS LIVROS DIDÁTICOS DE JAPONÊS – LE<sup>1</sup>

## AN OVERVIEW OF THE EVOLUTION OF JAPANESE LANGUAGE TEACHING IN PUBLIC SCHOOLS IN SÃO PAULO STATE THROUGH THE ANALYSIS AND CRITICISM OF TWO JAPANESE AS A FOREIGN LANGUAGE TEXTBOOKS

*Otávio de Oliveira Silva<sup>2</sup>*

**Resumo:** Este estudo traz à baila um panorama da evolução do ensino de língua japonesa nas escolas públicas estaduais paulistas desde 1995 até 2019 com base na análise de dois livros didáticos (LD) utilizados pelos Centros de Estudos de Línguas (CEL), e insere-se nas discussões contemporâneas em torno de bases e normatividades para os componentes curriculares da educação básica (EB), uma vez que problematiza a elaboração de políticas públicas educacionais para Línguas Estrangeiras Modernas (LEM), especificamente para a promoção e importância das iniciativas estaduais para a elaboração de LD, em um momento em que se observam dissenções e acepções conflitantes nas políticas federais regulatórias da EB para LEM. Objetivamos elucidar os progressos no ensino de japonês tendo como base os estudos de Ansary e Babaii (2002), no que tange às características universais dos livros didáticos.

**Palavras-chave:** Livro Didático. Língua Japonesa. *Kotobana*. CEL.

**Abstract:** This paper aims to provide an overview of the evolution of Japanese language teaching in state schools in São Paulo from 1995 to 2019, based on the analysis of two textbooks used by the Language Study Centers (CEL), and is inserted in contemporary discussions about bases

---

1 Artigo submetido em 28/11/2019 e aprovado em 24/04/2020.

2 Professor de Educação Básica II na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, São Paulo, Brasil; Mestre em Letras - Língua, Literatura e Cultura Japonesa pela Universidade de São Paulo e foi pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Tsukuba, Japão; otaviosilva@professor.educacao.sp.gov.br (ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-8674-2117>).

and norms for the curricular components of secondary schools and secondary education, since it problematizes the elaboration of public educational policies for foreign languages, specifically for the promotion and importance of state initiatives for the elaboration of textbooks, at a time when that conflicting ideas can be seen in the federal policies that regulate Brazilian education. We aim to elucidate the progress in teaching Japanese using the research of Ansary and Babaii (2002) as reference on the universal characteristics of textbooks.

**Keywords:** Textbook. Japanese language. *Kotobana*. CEL.

## 1. INTRODUÇÃO

Neste estudo trazemos à baila uma análise crítica de dois Livros Didáticos (LD) utilizados em fases distintas no Centro de Estudos de Línguas (CEL), da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP), que, desde 1987, oferta ensino plurilíngue gratuito aos alunos do Ensino Fundamental - Anos Finais, e Ensino Médio, matriculados na modalidade regular, e aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Hodiernamente, em todo o Estado de São Paulo, mais de 200 unidades disponibilizam cursos de alemão, espanhol, francês, italiano, mandarim e japonês, conforme a demanda e idiossincrasias de cada região, direito outrora assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº9394/1996 às comunidades escolares, e, posteriormente, expurgado em 2017.

Destarte, a conjuntura atual da educação brasileira apresenta-se desfavorável ao ensino de línguas minoritárias alóctones, à guisa de exemplo o japonês, como umas das possíveis disciplinas do componente curricular Língua Estrangeira Moderna (LEM). De acordo com os documentos norteadores da Educação Básica (EB), articulados pelas instâncias federais, e a partir da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que altera a LDB nº 9.394/1996, determina-se que a partir do sexto ano, em substituição ao componente LEM, deverá ser ofertada a língua inglesa; e no ensino médio exige-se a obrigatoriedade do inglês, levando em consideração seu caráter político de *língua franca*. Ademais, além dessa obrigatoriedade, que impõe a obliteração das demais línguas na escola, em caráter optativo no ensino médio, pode ser ensinado o espanhol, o que caracteriza um retrocesso no direito linguístico de escolha das línguas pelas comunidades escolares, mangrando o ensino plurilíngue, antes com caminho pérvio, e que perdeu ainda mais legitimidade no que tange às políticas públicas educacionais.

Embora línguas como alemão, francês, italiano e japonês se façam presentes nas escolas públicas estaduais paulistas como componente LEM parte da EB desde 1989 (SILVA, 2017), um fato que deve ser levado em consideração é a inexistência de indicadores de desempenho para o ensino de LEM no Brasil, como fazem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) para o ensino de Língua Portuguesa e Matemática. Isso dificulta a aferição da qualidade das disciplinas LEM ofertadas e inibe a reflexão sobre políticas públicas educacionais e estratégias de melhoria do ensino, além de reforçar a baixa importância

conferida à LEM na grade curricular brasileira acentuada com a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que se zumbrem à hegemonia política, não abnóxia, do inglês como componente de língua estrangeira exclusivo e prioritário cujo ensino poderá demandar maiores investimentos em políticas públicas educacionais que perpassam por políticas de formação docente, curriculares e das de livros e materiais didáticos.

Todavia, mesmo com as imposições federais, nota-se, desde eras priscas, que com a intenção de romper com a barreira do monolinguismo, presente na escola desde 1971<sup>3</sup>, alguns governos estaduais tentam expandir a oferta de LEM como disciplina optativa, através da criação de Centros de Línguas vinculados às unidades escolares, especificamente em meados da década de 1980, a partir da criação do CEL, em São Paulo, do Centro de Estudos de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM), no estado do Paraná, e posteriormente com a implementação do ensino plurilíngue nos anos 2000 no Centro Interescolar de Línguas (CIL), criado no Distrito Federal em 1975.

Essas instituições têm elaborado suas próprias políticas de resiliência, superando óbices que perpassam desde a falta de professores habilitados à extrema escassez de LD, tendo o CEL tornando-se pioneiro e modelo em diversas medidas <sup>4</sup>que dão sobrevida às LEM minoritárias e que precisam ser elucidadas, à guisa de exemplo, a elaboração de um LD exclusivo para o idioma japonês que pode servir como parâmetro para que outros governos estaduais também elaborem e invistam mais em políticas de LD para japonês, e recentemente as primeiras Diretrizes Curriculares para os Centros de Estudo de Línguas do Estado de São Paulo (2020), que traz as orientações para o ensino de japonês, e outras línguas minoritárias, no exato momento em que não há mais respaldo legal da federação através da BNCC e a LDB atual para línguas distintas do inglês na escola.

O estudo tem como objetivo elucidar como as medidas de investimentos estaduais em políticas de desenvolvimento de materiais didáticos para LEM minoritárias

---

3 Na época da criação do CEL, em 1987, vigorava a Lei Federal 5.692, de 11 de agosto de 1971, que apresentou mudanças no ensino de língua estrangeira no Brasil. A redução de um ano de escolaridade, e a necessidade de se introduzir a habilitação profissional, provocou uma diminuição drástica nas horas de ensino de língua estrangeira, agravada ainda por um parecer posterior do Conselho Federal (BRASIL, 1971) de que a língua estrangeira seria “[...] dada por acréscimo[...]” dentro das condições de cada estabelecimento. Muitas escolas obliteraram a língua estrangeira do 1o. grau, e no segundo grau, não ofereciam mais do que uma hora por semana, às vezes durante apenas um ano. Inúmeros alunos, principalmente do supletivo, passaram pelo 1o. e 2o. graus, sem nunca terem visto uma língua estrangeira. É interessante observar que Lei Federal 5.692/71, apesar de não incluir no núcleo comum a língua estrangeira, preocupou-se em permitir que o ensino de língua estrangeira fosse ministrado com qualidade e eficiência permitindo que os alunos fossem agrupados por nível de conhecimento.

4 A SE-SP cedeu os direitos do LD para a Secretaria de Estado de Educação do Amazonas que adotou o material em sua escola pública bilingue a partir de 2019. Fonte: <<http://www.educacao.am.gov.br/2018/11/seducam-firma-parceria-com-secretaria-de-educacao-de-sao-paulo-e-fundacao-japao-e-contara-com-material-didatico-especifico-para-o-ensino-da-lingua-japonesa-na-escola-bilingue-djalma-batista/>>. Acesso em 01/05/2020

alóctones trouxeram melhorias para esse ensino na rede estadual paulista. A análise toma como base o LD *Bunka Shokyu Nihongo (BSN)*, utilizado pelos alunos e professores do CEL entre os anos de 1995 e 2008, e o atual *Kotobana*, em uso desde 2009. Outrossim, objetivamos responder questões atreladas às diretrizes curriculares que nortearam o material atual, uma vez que esse fora elaborado com mais de uma década de antecedência, se comparado à hodierna e única diretriz publicada em 2020, como: a) seria necessário, primeiramente, a inclusão do idioma japonês LEM nos documentos nacionais norteadores da EB (LDB e BNCC) para somente depois elaborar diretrizes curriculares estaduais? b) é possível elaborar um LD para uso nas escolas de EB sem uma diretriz curricular nacional ou estadual? c) ao longo do tempo, quais as principais diferenças e melhorias no ensino de japonês no CEL com a adoção do *Kotobana*?

Pretende-se averiguar se houve, ou não, progresso e uniformização do ensino de japonês das unidades CEL no que tange ao conteúdo, enfatizando e analisando os dois materiais como uma forma de contemplar o conteúdo programático abordado ao longo das décadas.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

A iniciativa da SEDUC-SP, de dar início à elaboração de LD voltado para LEM minoritárias, nos provoca a revisitar a trajetória das ações políticas de LD implementadas na educação brasileira, e refletir de que forma essas contemplam o ensino de LEM. Segundo Batista (2001), o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foi criado em 1985 para promover a redemocratização do país, contudo a compra e a distribuição proposta não atendiam todos os alunos da EB pública nem todos os segmentos e disciplinas, uma vez que não havia a definição de uma regularização. Ao longo das décadas, múltiplas iniciativas foram implementadas para que o LD pudesse ser distribuído às escolas e alunos, contudo, somente com a extinção da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), em 1997, e com a transferência integral da política de execução do PNLD para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é que se iniciou um fluxo de produção e distribuição contínua. Na década de 1990 foi definido que o professor teria o direito de escolher qual LD seria utilizado em suas aulas. Essa preocupação com a qualidade dos materiais foi potencializada em 1993, quando a primeira comissão de avaliação dos materiais foi formada, e desde então os LD para a EB passam por rigorosa seleção no que tange ao conteúdo (BATISTA, 2001).

Em 2012, o PNLD passou a incluir, além de livros impressos, material multimídia em DVD, como jogos, simuladores e infográficos para serem utilizados como recurso didático, recursos que poderiam enriquecer o ensino de línguas estrangeiras de forma expressivamente positiva, uma vez que auxiliam no desenvolvimento de três áreas importantes dos aprendizes de línguas, sendo estas a cognitiva, a socioafetiva e a linguística

(BROWN, 2007). Richard-Amato (1988) observa que, embora esses recursos sejam frequentemente associados à diversão, não se deve esquecer do seu valor pedagógico, sobretudo no contexto do ensino de línguas estrangeiras. Segundo a autora, eles podem baixar o nível de ansiedade, tornando mais agradável a aquisição de novas informações. Além disso, os jogos frequentemente são bastante motivadores, relevantes, interessantes e compreensíveis. No caso da aquisição de material didático para japonês e demais línguas minoritárias, acreditamos que poderia haver uma articulação entre o MEC e importadoras para uso desses recursos nos Centros de Línguas, e demais redes públicas que ofertam o ensino plurilíngue, por exemplo.

No que tange à LEM, contudo, somente em 2011, o inglês, por seu caráter preferencial hegemônico junto às escolas públicas e privadas brasileiras, entrou para o PNLD com uma lista de livros sugeridos, da qual se destacam pelo maior uso: “*English for All*”, “*Globetrekker*”, “*On Stage*”, “*Prime*”, “*Take Over*” e “*Upgrade*”. Em 2018, disponibilizaram-se os LD “*Way To Go!*”, “*Alive High*”, “*Learn And Share In English*”, “*Circles*”, e os de espanhol “*Sentidos en Lengua Española*”, “*Confluencia*” e “*Cercanía Joven*” (BRASIL, 2018b), sendo esses os únicos materiais e LD disponíveis. Para as demais línguas que compõem o componente LEM nas redes estaduais de São Paulo, Paraná e Distrito Federal, que oferecem, além do inglês e espanhol, alemão, francês, italiano, japonês, polonês, ucraniano e mandarim, não há sequer menção ou referência de LD, dicionários e outros materiais que possam ser adotados e utilizados pelas escolas e professores. Assim, constata-se uma baixa prioridade para as LEM, acentuada pela falta de políticas de LD. Não há, no Brasil, investimentos em políticas públicas educacionais para a produção em larga escala de LD de outros idiomas, que não sejam o inglês ou o espanhol, voltados especificamente para a EB, que contemplem os alunos da rede pública, sendo importantes iniciativas como a da SEDUC-SP em criar medidas estaduais de desenvolvimento de material didático para esse público.

### 3. METODOLOGIA

A presente posposta caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, pois toma como instrumentos de análise textos e discursos em torno do objeto de estudo LEM através de análise de LD, sendo estes o *Bunka Shokyu Nihongo (BSN)*, utilizado pelos alunos e professores do CEL entre os anos de 1995 e 2008, e o atual *Kotobana*. Ademais, fizemos uma seleção de textos relevantes para o arcabouço teórico-analítico da pesquisa que inclui os programas das Orientações Técnicas (OT) dos professores de japonês que focaram na utilização desses materiais. Concernentemente à análise, apropriamo-nos de alguns conceitos apresentados por Ansary e Babaii (2002) no que tange às características universais dos LD de EFL / ESL, levando em consideração quatro aspectos fundamentais, concernentes à avaliação sistemática de LD, cujas características sintetizamos no quadro 1:

## Quadro 1 - aspectos fundamentais concernentes à avaliação sistemática de LD

Abordagem
Divulgação de uma visão (teoria ou abordagem) sobre a natureza da linguagem a natureza da aprendizagem como a teoria pode ser aplicada
Apresentação de Conteúdo
Indicar finalidade (s) e objetivo (s) Para o curso total Para unidades individuais Seleção e sua lógica Cobertura Classificação Organização Sequenciamento A apresentação dos conteúdos programáticos Para o professor Fornecendo um guia Dar conselhos sobre a metodologia Dar orientações teóricas Chave para os exercícios Materiais suplementares Para o aluno Instruções fragmentadas, unidade por unidade Gráficos (relevantes, isentos de detalhes desnecessários, coloridos etc.) Revisões periódicas Pasta de trabalho Exercício e atividades Na sala de aula Dever de casa Exemplos de exercícios com instruções claras Variado e abundante Seções de testes periódicas Acompanhamento de recursos audiovisuais

Apresentação Física
Tamanho e peso adequados Layout atraente Durabilidade Alta qualidade de edição e publicação Título apropriado
Questões Políticas e Socioculturais
Políticas de macroestado Adequação para a situação local Cultura Religião Gênero Preço Apropriado

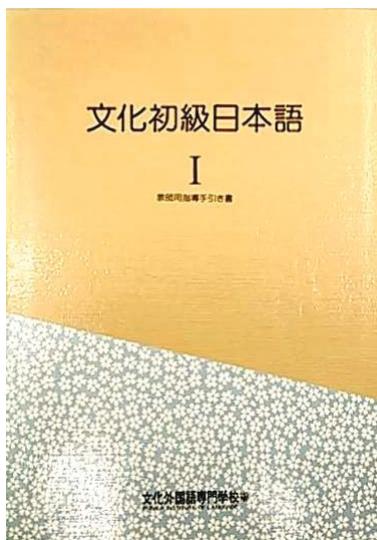
Fonte: adaptado de Ansary e Babaii (2002)

Em complementação, e objetivando melhor contextualizar o uso dos dois LD nas unidades CEL, recorreremos a uma entrevista, concedida em 2016, por uma colaboradora de uma instituição parceira da SEDUC-SP na elaboração do material *Kotobana*, identificada por BKX. Conduziu-se o estudo, respeitando-se as diretrizes e normas para a proteção dos sujeitos de pesquisa, regulamentadas pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tratando os colaboradores como participantes voluntários, individual ou coletivamente, vedando qualquer forma de remuneração, de acordo com a Resolução 196/96. A referida entrevista encontra-se transcrita e em posse do autor juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado na ocasião de sua realização.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Discorreremos a análise e crítica dos dois LD em quatro eixos, sendo: abordagem, apresentação do conteúdo, apresentação física e questões políticas e socioculturais abordadas em ambos livros.

## 4.1 *BUNKA SHOKYU NIHONGO (BSN)*



**Foto 1 – Primeiro Volume da Série *BSN***

Fonte: Acervo do Autor

A série *BSN* é composta por dois volumes e 37 lições. As lições de 1 a 18 estão distribuídas no volume 1, e as lições 19 a 37 no volume 2. Nos programas e documentos que recebemos para análise em nosso estudo, observamos que os cursos de capacitação dos docentes de japonês do CEL entre 1995 e 2008 enfatizaram a elaboração dos planos de aula apenas para o volume 1. Não há registros, nas fontes consultadas, de que o volume 2 tenha sido adotado, o que nos provoca a questionar, após análise dos programas das OTs dos professores, se esse volume e seu conteúdo tenham feito parte do programa de ensino de língua japonesa nas unidades.

Concernentemente ao programa de ensino, ou diretriz curricular, segundo Silva (2017), mesmo inseridas na rede oficial de ensino, as línguas oferecidas pelo CEL não possuíam currículo, diferente das disciplinas da base comum como, português, matemática, física etc. Logo, o idioma japonês não possuía desde sua implantação em 1989 até 2020 – quando foram publicadas as primeiras diretrizes para o CEL, em toda sua história – nenhuma orientação ou diretriz oficial sobre o conteúdo a ser distribuído nas 480 horas aulas destinadas a esse curso.

Por ser o *BSN I* o livro referência para esse período, e a principal diretriz dos planos de aulas elaborados nas OTs, acreditamos que o conteúdo desse LD tenha sido tomado como base curricular para os seis estágios que compunham o curso de japonês do CEL, embora não seja possível compreender de que forma eram distribuídas as 18 lições do LD ao longo dos seis módulos.

### 4.1.1 ABORDAGEM

De acordo com o prefácio do *BSN I*, o LD destina-se a estudantes estrangeiros matriculados em cursos técnicos e de graduação no Japão, e que nunca tiveram contato

com o idioma japonês. Foi elaborado para ser adotado em aulas sem a utilização de *baikaigo* (língua de intermediação), ou seja, destina-se à aplicação de aulas de abordagem comunicativa através do Método Direto (MD), em que não há tradução da LE para a LM dos estudantes. O LD foi concebido para ser estudado em aproximadamente 350 horas, tempo indicado para que ocorra o aprendizado de *hiragana*, *katakana*, sentenças básicas e a internalização de vocabulário básico de 1.800 palavras, dispostas ao longo dos dois volumes.

O livro não sistematiza a escrita logográfica em japonês, pois seu *syllabus* estrutural enfatiza o uso de *bunkei* (estruturas), no entanto, nas palavras escritas em *kanji*, existe a leitura *furigana* dos caracteres chineses – cerca de 750 – e a partir da lição 16, o *furigana* de palavras recorrentes deixa de aparecer e consta apenas em palavras novas (*shinshutsugo*).

#### 4.1.2 APRESENTAÇÃO DO CONTEÚDO

O conteúdo estudado pelos alunos do CEL durante os 6 semestres que compunham o curso dessa língua era distribuído em 18 lições (unidades). O LD encontra-se escrito totalmente em japonês, o que faz com que o aprendizado do *Kana* ocorra antes dos estudos do conteúdo do livro. Existe uma lição preliminar intitulada *seikatsukaiwa* [生活会話] (conversa cotidiana) onde são apresentados alguns cumprimentos (*aisatsu*), nomes de comidas *washoku* (culinária japonesa) e *youshoku* (culinária ocidental); os números de 1 a 100 milhões; e o dinheiro do Japão. A Lição 1 apresenta as horas, minutos, meses e os dias como tema central de utilização das estruturas (*bunkei*):

- *Desu* [です] (é/ser);
- *Kara*[から] (iniciar/começar) e *Made* [まで] (terminar/ até);
- Partículas *wa* [は] (tópico/sujeito), *no* [の] (posse), *to* [と] (*e/com*) e *ka* [か] (interrogativas)
- Pronome interrogativo *nan* [何] (o quê?)

A lição 2 apresenta, através do tema “objetos usados em sala de aula”, os pronomes demonstrativos *kore* [これ] (isto), *sore* [それ] (isso), e *are* [あれ] (aquilo); e flexão do presente do negativo do verbo *jaarimasen* [じゃありません] (não é). Os exemplos de diálogos enfatizam o uso dos objetos escolares e de uso pessoal como óculos, guarda-chuva e sapato através da repetição da mesma *bunkei* repetidas vezes. A lição 3 retoma o uso de pronomes demonstrativos e serve como um prelúdio à introdução de alguns adjetivos, tema da lição seguinte.

Os *keiyoushi* [形容詞] (adjetivos) são o assunto abordado na lição 4. A classe de palavras em questão divide-se em *i-keiyoushi* [い形容詞] (adjetivos terminados em i) e *na-keiyoushi* [な形容詞] ([adjetivos terminados em na], com foco na flexão de uma lista fechada de adjetivos, em sua maioria ilustrados com figuras.

Na lição 5, os estudantes têm contato com palavras que se referem às posições em cima, embaixo, dentro, fora etc. Esse tema serve como base para a inclusão da estrutura *imasu/arimasu* [います/あります](ter/existir), pronomes demonstrativos de lugar e nomes de estabelecimentos comerciais, que também servem para ampliação lexical inserindo nomes de produtos comercializados nessas lojas.

A lição 6 aborda a flexão formal de *doushi* [動詞] (verbos), classificando-os em grupo 1, 2 e 3 - agrupamento comum em diversos LD como visto, por exemplo, no MNN - e a forma de construção do verbo em *jishokei* [辞書形] (forma de dicionário); explora também os gêneros musicais e esportes.

A partir da lição 7, observamos a inclusão de diálogos mais longos e diversificados, o que justifica a temática da unidade que trata da descrição de ações do cotidiano como *souji o suru* [掃除をする] (fazer faxina), *sentaku o suru* [洗濯をする] (lavar roupas) etc; e os advérbios de tempo referidos no LD, como *toki no iikata* [時の言い方].

Na oitava lição, o vocabulário e estruturas gramaticais abordadas são inseridos na temática “tempo e viagem”. Relacionado a esse tema, liga-se *nihon no shukujitsu* [日本の祝日] (dias festivos/ feriados japoneses) e as formas de contagem de horas, dias, semanas, meses e anos.

Retomando a divisão dos verbos apresentados na lição 6, a lição 9 aborda a forma de construção dos verbos *te-kei*[動詞のテ形]. Inserem-se a partir desta forma as estruturas:

- *Te kudasai* [てください];
- *Mashouka* [ましょうか];
- *Temoiidesuka* [てもいいですか];
- *Tewaikemasen* [てはいけません].

A lição 10 prossegue com os usos da forma *te* e incorpora informações sobre serviços de trens, ônibus e metrô no Japão. O tópico gramatical explorado na lição é a estrutura Verbo + *teimasu* [Vています]; essa estrutura é retomada no capítulo 11, juntamente com a forma *tai* dos verbos [Vたい]. Nessa lição também é apresentada a nomenclatura em japonês dos membros de uma família (*kazoku no yobikata*) [家族の呼び方].

Notamos que, diferente de outros LD de língua japonesa destinados a estudantes estrangeiros, o tema *jikoshoukai* [自己紹介](auto apresentação) é apresentado somente na 11ª. lição. Normalmente esse tópico é um dos primeiros a ser estudado por alunos do nível *shokyuu* [初級] (básico) em outros livros desse segmento. No entanto, observamos que nesse tópico são inseridas algumas estruturas para indicar finalidade como *~ni ikimasu* e *~ni kimasu/kimashita*. O Objetivo da unidade, nesse caso, refere-se a passar informações sobre o falante, além de seu nome e local de origem, descrever do que gosta e não gosta e seus hábitos e passatempos.

Na lição 12, são apresentados tópicos sobre o preparo de um prato seguindo uma receita em japonês. Claramente há a necessidade de inclusão de vocabulário desse universo como utensílios de cozinha e verbos específicos como fritar, assar, ferver etc.

O tópico gramatical abordado é *doushikihontai no tsukurikata* [動詞基本体の作り方] (modo de construção das formas básicas dos verbos). Essa lição é estritamente estrutural, e de abordagem gramatical. Após ilustrar a divisão dos verbos em três grupos, parte-se da forma *jisho-kei* para se explicar a construção de outra forma. Apresenta-se a *koutei-kei* [肯定形] (forma afirmativa) e *hitei-kei* [否定形] (forma negativa) dos verbos nos níveis formais e coloquiais de fala. A lição 13 aborda a flexão de adjetivos e substantivos no presente afirmativo; O passado informal dos verbos, adjetivos e substantivos é apresentado na lição 14, onde também aparece a estrutura verbal *~tari ~tari* em decorrência da forma verbal *ta-kei* [た形], estudada nessa lição.

A lição 15 traz as estruturas necessárias para a construção de frases comparativas usando as *bunkei~dochiraga*, *yor*, *~no hôga* etc. Na 16, trabalha-se com a expansão lexical através da descrição de dores e doenças em japonês, e partes do corpo humano. Para que o estudante possa fazer a explicação, introduz-se a estrutura *~ndesu* (*~んです*) e também *~kamoshiremasen* (*~かもしれません*). *Tenki Yohô* [天気予報] (previsão do tempo) é a temática da lição 17 para a introdução do vocabulário ligado ao assunto como “ensolarado”, “chuvoso”, “nublado” etc., e as estruturas ligadas a suposições como *tabun* [たぶん]; encontramos também referências à geografia do Japão, nomes de cidades e clima de algumas regiões. A última lição do LD, a 18, traz uma interpretação de textos sobre a vida de um estudante intercambista no Japão, e explora gramaticalmente o uso de *koto da* [~ことだ]. O texto em questão está escrito na vertical, seguindo a escrita tradicional oriental (*tategaki*) [たてがき], e possui poucos *furigana* nos *kanji*, o que também pode servir como exercício de leitura dos caracteres aos estudantes do sexto e último estágio do curso de japonês do CEL.

#### 4.1.3 APRESENTAÇÃO FÍSICA

Os volumes que compõem a série são em tamanho B5. Centralizado ao topo, localiza-se o título. A série conta com materiais complementares que também foram doados às escolas e professores de japonês do CEL, a saber: Glossário (総索引), Livro de Interpretação de Textos (楽しく読もう), Livro de Exercícios de Conversação (楽しく話そう), Livro de Compreensão Auditiva (楽しく聞こう), Manual do Professor (指導手引き書), e Caderno de Exercícios (練習問題集). Cada LD possui capa em cores diferentes, e na parte inferior são dispostas ilustrações de flores de cerejeira, tradicionais da cultura japonesa. Esses livros eram solicitados aos professores de japonês em algumas OTs para aprofundamento de alguns pontos específicos do conteúdo a ser ensinado aos alunos. Também obtivemos a informação de que algumas escolas e professores mesclavam os exercícios de cada volume a fim de compor uma apostila com exercícios variados, dessa forma, em uma mesma encadernação, poderiam estar páginas de até seis livros diferentes da série *BSN*.



**Fotografia 2 – Livros Suplementares da série *BSN I***

Fonte: Acervo do Autor

#### 4.1.4 QUESTÕES POLÍTICAS E SOCIOCULTURAIS

Esse material era destinado a um público alvo totalmente distinto do perfil do alunato do CEL, composto em sua maioria por estudantes cuja faixa etária é de 11 a 18 anos, e uma minoria do EJA, já adultos. Destarte, alguns vocábulos e situações não são compatíveis com o contexto escolar de educação básica, como fumar e beber substâncias alcoólicas, abordadas, por exemplo, na lição 6 do LD, o que configura inadequação ao público alvo.

O material não apresenta nenhum texto informativo sobre a cultura japonesa que abranja temas como cultura ou religião, tanto em língua japonesa quanto em portuguesa. Ademais, reforçando a inadequação do LD à realidade dos alunos do CEL, as explicações dos exercícios, por estarem em japonês, tornam o aluno dependente do professor o que dificulta e pouco estimula o estudo autodidata, em especial em turmas multisseriadas, realidade encontrada em turmas de línguas como alemão, francês, italiano e japonês como aponta Godoy (2013).

Também não é clara a forma de aquisição do material pelos alunos, uma vez que o alto custo – somente o livro principal custava 1.600 ienes – não era compatível com a realidade financeira do aluno carente da rede pública estadual paulista.

## 4.2 KOTOBANA

Em 2009, a Fundação Japão de São Paulo (FJSP) possuía em seu corpo docente um especialista em elaboração de LD, fator que motivou a ideia da criação de um livro

apropriado aos cursos de língua japonesa do CEL sem que fosse necessário trabalhar tanto em adaptações de livros japoneses, segundo a colaboradora BKX.

De acordo com a colaboradora, a elaboração do material didático, embora fosse uma proposta “desafiadora”, foi aceita, pois era uma “possibilidade de unificação do conteúdo dos cursos de japonês do CEL”, pois o *BSN* era uma sugestão de material, não sendo obrigatório seu uso pelos docentes pois o alto custo impossibilitava a aquisição do LD pelos alunos, destarte, muito docentes utilizavam também outros tipos de materiais (SILVA, 2017).

A Partir de 2010 as OT dos professores de japonês passaram a ser direcionadas para a utilização e testes das primeiras versões piloto do material. Segundo Silva (2017), como exigência na montagem da equipe de elaboração do LD, a SEDUC-SP solicitou a participação de professores do CEL, tanto na elaboração quanto na aplicação piloto do material, um professor universitário da área de ensino de japonês, além da equipe de professores da FJSP.

#### 4.2.1 ABORDAGEM

O LD *Kotobana* possui *syllabus* funcional *can do* “do assimilar ao conseguir fazer” de acordo com a proposta da Fundação Japão. O que difere da forma de ensinar o japonês LE utilizando o material anterior é que antes se exercitavam as palavras e os itens gramaticais, e ao conseguir formular uma frase gramaticalmente correta, passava-se ao próximo item de aprendizagem. No *Kotobana*, exercita-se como utilizar a língua em situações reais, e a somente após conseguir realizar algo com a língua alvo, passa-se ao item seguinte.

O *syllabus* “*Can do*” proposto pela FJSP compreende uma série de ações que o estudante “consegue fazer” com base em algumas das competências do *Common European Framework of Reference for Languages*(CEFR)<sup>5</sup>, sendo estas:

- Entender as instruções do professor em sala de aula;
- Fazer uma apresentação pessoal;
- Realizar diálogos simples no primeiro encontro;
- Perguntar sobre nome de objetos;
- Perguntar o significado de palavras desconhecidas;
- Compreender e transmitir horários;
- Realizar diálogos simples do dia a dia;
- Realizar diálogos simples sobre novidades e previsões;
- Trocar informações sobre data e pedido de tempo;
- Transmitir e perguntar sobre localização e existência de algo ou de pessoas.

As atividades passam a ser desenvolvidas e embasadas nas propostas da Abordagem Comunicativa (AC), deixando de lado a ideia de “assimilar e utilizar” e partindo para atividades em que o aluno possa “assimilar utilizando” a língua alvo. Dentre essas atividades, estão:

---

5 Em português conhecido como Quadro Europeu Comum de Referências para Línguas

- Diálogos para serem realizados entre os alunos;
- Leituras de pôsteres, blogs e e-mails;
- Ouvir diálogos gravados;
- Escrever cardápios, murais, blogs, e-mails etc.

O *Kotobana* foi concebido como uma série composta por 60 unidades a serem estudadas pelos estudantes de japonês do CEL ao longo de 6 volumes. O primeiro volume constitui-se de 15 unidades e os demais, 9. Cada uma dessas unidades possui 9 eventos instrucionais, ou seja, passos seguidos pelo professor:

1. Atrair o aluno;
2. Ensinar a meta da aula;
3. Fazer com que eles se recordem do que já sabem;
4. Ensinar algo novo;
5. Ensinar como se faz;
6. Exercitar;
7. Confirmar, elogiar;
8. Avaliar;
9. Fazer a ligação do assunto estudado com o próximo assunto.

Segue-se um padrão nos exercícios propostos que englobam, além da conversação, a compreensão auditiva, a produção de textos através da proposta de redação aos estudantes, interpretação de textos, introduz um número limitado de caracteres *kanji* relacionados com o tema estudado, além de uma seção intitulada “Você Sabia”, onde propõe-se a apresentação de curiosidades sobre a cultura japonesa.

#### 4.2.2 APRESENTAÇÃO DO CONTEÚDO

O conteúdo a ser estudado pelos estudantes distribui-se em 60 unidades. No volume 1, as unidades de 1 a 5 focam na aquisição da leitura e escrita do *kana* (*hiragana* e *katakana*). A partir da lição 6, são introduzidos os primeiros *kanji*, juntamente com os primeiros tópicos de conversação básica que estimulam o aluno a realizar uma apresentação pessoal, compreender e transmitir as horas, e trocar informações sobre hora e data.

As unidades são estruturadas apresentando no 1º objetivo de cada unidade uma lista de palavras sem traduções para o português, seguidos de alguns exemplos de sentenças ilustradas com personagens; em seguida, exercícios básicos e exercícios de conversação.

Em alguns momentos também aparecem exercícios de interpretação de textos, e compreensão auditiva. Os itens finais são *kanji*, apresentando as devidas ordens dos traços, leituras e uma frase de exemplo, além do significado em português dos ideogramas, e uma seção intitulada Você Sabia que apresenta curiosidades levantadas pelos autores destinadas ao público alvo em sua maioria relacionada à cultura pop

japonesa contemporânea, cuja temática norteia o interesse dos alunos pelo estudo de japonês.

Em comparação com o LD *BSN*, o *Kotobana* apresenta um número maior de léxicos e conteúdos gramaticais, como o uso da voz passiva no último estágio, por exemplo. Tendo como base as diretrizes curriculares para o curso de japonês do CEL e os 6 volumes do LD, dispomos os conteúdos gramaticais e lexicais, organizados nos quadros 2 e 3:

**Quadro 2 – conteúdo gramatical e lexical dos volumes 1, 2 e 3 do *Kotobana***

1º ESTÁGIO (KOTOBANA 1)		2º ESTÁGIO (KOTOBANA 2)		3º ESTÁGIO (KOTOBANA 3)	
CONTEÚDOS GRAMATICAIS	CONTEÚDOS LEXICAIS	CONTEÚDOS GRAMATICAIS	CONTEÚDOS LEXICAIS	CONTEÚDOS GRAMATICAIS	CONTEÚDOS LEXICAIS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pronomes demonstrativos</li> <li>• Pronome interrogativo “dare”, “nanji”, “doko”, “itsu”, “nani”</li> <li>• Partícula interrogativa “ka”</li> <li>• Horas</li> <li>• Dias da semana</li> <li>• Verbos de estado “arimasu” e “imasu”</li> <li>• Expressões:               <ol style="list-style-type: none"> <li>1. -wa-desu/-desuka/-ja arimasen.</li> <li>2. Kore/sore/are (pronomes demonstrativos)</li> <li>3. Ima, nanji desuka (horário)</li> <li>4. ni ikimasu (objetivo)</li> <li>5. kara(horário) made(horário) desu</li> <li>6. V-masu/V-masen</li> <li>7. arimasu/imasu.</li> </ol> </li> </ul>	Nome de países, nacionalidade <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cumprimentos: konnitiwa, shitsurei shimasu</li> <li>• Agradecimentos</li> <li>• Objetos de uso diário</li> <li>• Localização: ue, shita, naka</li> <li>• Horas</li> <li>• Dias da semana</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comparativo de superioridade (-yoridesu, -ga ichibandesu)</li> <li>• Adjetivos forma afirmativa e negativa (-i desu/ -kuarimasen, -desu/ -jaarimasen)</li> <li>• Expressões:               <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Motto -wa arimasuka</li> <li>2. -noga suki desu</li> <li>3. Ikura desuka</li> <li>4. (Hobby) wa -suru kotodesu.</li> <li>5. Dooshite -desuka</li> <li>6. -kara desu (expressar a razão)</li> </ol> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Palavras que indicam frequência: yoku, zenzen, nandemo, shuu ni 1-kai</li> <li>• Cores: shiroi, kuroi</li> <li>• Sabores: amai, shiokarai, karai, suppai</li> <li>• Habilidades: tokui, nigate, joozu, heta</li> <li>• Expressões para atendimento:               <ul style="list-style-type: none"> <li>• Omatase shimashita,</li> <li>• Kashikomarimashita</li> </ul> </li> <li>• Comparativo de superioridade: itiban-, motto-</li> <li>• Hobbies</li> <li>• Esportes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Forma do dicionário dos verbos (-ru)</li> <li>• Forma negativa neutra (-nai)</li> <li>• Forma -te</li> <li>• Sentenças padrão:               <ol style="list-style-type: none"> <li>1. -ga hoshii desu/hoshiku arimasen.</li> <li>2. Adj. na - desu.</li> <li>3. Adj. de, adj. desu.</li> <li>4. Adj, kedo, adj. desu</li> <li>5. -taindesukedo</li> <li>6. -o (quantidade) kudasai</li> <li>7. -no toki, V- masu.</li> <li>8. V-ru toki, Vmasu.</li> <li>9. V-nai toki, V-masu.</li> <li>10. (Local) de V-mashooka</li> <li>11. (Horário) ni V-mashooka.</li> </ol> </li> <li>Expressão: Tabun...- da to omoimasu</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Características: kawaii, kirei (na), yasete iru, futotte iru, sega hikui, se ga takai, atamaga ii, kakkooi</li> <li>• Objetos de uso pessoal como vestimentas, acessórios, jogos, etc.</li> <li>• Nome dos pratos (comidas)</li> <li>• Horário (com minutos)</li> <li>• Verbos: kau, morau, asobu, aruku, tatsu, hashiru, tobu, kaeru, kaku, kiru, yomu, taberu, oku, kuru</li> </ul>

Fonte: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (2020)

**Quadro 3 – conteúdo gramatical e lexical dos volumes 4, 5 e 6 do *Kotobana***

4º ESTÁGIO (KOTOBANA 4)		5º ESTÁGIO (KOTOBANA 5)		6º ESTÁGIO (KOTOBANA 6)	
CONTEÚDOS GRAMÁTICAIS	CONTEÚDOS LEXICAIS	CONTEÚDOS GRAMÁTICAIS	CONTEÚDOS LEXICAIS	CONTEÚDOS GRAMÁTICAIS	CONTEÚDOS LEXICAIS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sentenças padrão:</li> <li>1. <i>-wa V koto desu.</i></li> <li>2. (Pessoa) <i>wa -teiru hito desu.</i></li> <li>3. <i>-nagara- masu</i></li> <li>4. <i>-tarita-rishiteimasu</i></li> <li>5. (Roupa) <i>o kiteimasu</i></li> <li>6. <i>V-desukedo, V-tekudasai</i></li> <li>7. <i>V-tandesuga, -tehoshiidesu</i></li> <li>8. <i>V-te, Dekimasende shita</i> (Motivo)</li> <li>9. <i>V-te shimaimashita</i></li> <li>10. <i>V-node</i></li> <li>11. <i>V-tara</i></li> <li>12. <i>V-tekudasai</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Profissões: <i>kyooshi, biyooshi, kangoshi, kaishain, dezainaa, kameraman, hoikushi, bengoshi, isha, koomuin, enjinia, shefu</i></li> <li>Vestimentas: <i>Tshatsu, seetaa, jaketto, suutsu, doresu, jiinzu, sukaato, kutsu, suniikaa, sandaru</i></li> <li>• Verbos: <i>fuku, saku, nagareru, taoreru, wareru, ochiru, tomaru, kowareru, kowasu, wasureru, oriru, hiraku</i></li> <li>• Conectivos sequenciais: <i>mazu, sorekara, tsugini</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sentenças padrão:</li> <li>1. <i>V-temo iidesuka</i></li> <li>2. <i>V-ru to, V-masu.</i></li> <li>3. <i>-karadesu</i></li> <li>4. <i>Adj. -ku V-masu</i></li> <li>5. <i>Adj.-oodesu.</i> (Ex.: <i>Oishisoodesu</i>)</li> <li>6. <i>V-takotoga arimasu</i></li> <li>Expressões:</li> <li>1. <i>-deshoo.</i></li> <li>2. <i>-to omoimasu</i></li> <li>3. <i>V-temitaidesu</i></li> <li>4. <i>-ndesu</i></li> <li>5. <i>-shitaindesu</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adjetivos: <i>akarui, kurai, urusai, kitanai, shizuka (na), amai, karai, nagai, mijikai</i></li> <li>• Nome de animais: <i>saru, gorira, kirin, zoo</i></li> <li>• Expressões que descrevem sintomas: <i>netsu ga arimasu, sekiga demasu, atamaga itaidesu, onakaga itaidesu</i></li> <li>• Materiais de escritório: <i>maakaa, enpitsu, boorupen, kami</i></li> <li>• Expressões utilizadas em cabeleireiros: <i>katto shimasu, paamaa o kakemasu, karaaringu shimasu, buroo o shimasu, shanpushimasu</i></li> <li>• Termos utilizados em visitas: <i>Irasshai, gomenkudasai, shitsurei shimasu</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sentenças padrão:</li> <li>1. <i>V-nakereba narimasen</i></li> <li>2. <i>V-nakutemo kamaimasen</i></li> <li>3. <i>V-tewa ikemasen</i></li> <li>4. <i>V- teshimaimasu</i></li> <li>5. <i>V- temoraimasu</i></li> <li>6. <i>V- teagemasu</i></li> <li>7. <i>V- tekuremasu</i></li> <li>8. <i>V-tearimasu</i></li> <li>9. <i>V-rareru</i> (voz passiva)</li> <li>Expressões:</li> <li>1. <i>Mada-teimasu</i></li> <li>2. <i>Moo-teimasen</i></li> <li>• Conectivos condicionais e concessionais:</li> <li>1. <i>-tara</i></li> <li>2. <i>-temo</i></li> <li>3. <i>Moshi-tara</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Família: <i>chichi, haha, ani, ane, imooto, ootoo, kyoodai, ryooshin, choonan, jinan, choojo, jijo, otoosan, okaasan, oneesan, oniisan, ootootosan, imootosan</i></li> <li>• Expressões utilizadas ao telefone: <i>moshimoshi, irasshaimasuka, -to otsutaekudasai</i></li> <li>• Verbos: <i>nakusu, waru, kesu, komaru, ageru, morau, kureru, taterareru, tsukurareru, hakkensuru</i></li> </ul>

Fonte: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (2020)

### 4.2.3 APRESENTAÇÃO FÍSICA

Os 6 volumes impressos em formato B5 apresentam uma cor distinta em cada capa que se constitui de material e acabamento resistentes. Em suas páginas internas predominam tons de vermelho e cinza. Assim como seu antecessor, flores de cerejeira também aparecem em forma de ilustração na capa e nas bordas de todas as páginas internas. O material não traz nenhum outro livro suplementar além dos CDs de áudio que acompanham os volumes e os manuais dos professores. Não há glossário com as traduções das palavras para o português para os alunos caso queiram consultar o significado.



Fotografia 3 – Serie *Kotobana*

Fonte: Acervo do Autor

#### 4.2.4 QUESTÕES POLÍTICAS E SOCIOCULTURAIS

Encontram-se acepções conflitantes, e questionáveis, no que tange à seção Você Sabia. Há uma carga de subjetividade na escolha dos conteúdos que não leva em consideração o contexto de neutralidade e objetividade que deve ser empregado em um LD destinado para alunos da EB, em fase de formação cidadã, que tentam estabelecer como verdade, em um claro exemplo *foucaultiano* de dominação, normatização e disciplina- rização dos corpos (FOUCAULT,1987), práticas sociais exclusivas dos japoneses, que na realidade são comuns a todo ser em toda sociedade, independente do país. Damos como exemplo os textos: quando fazer um elogio (volume 3); a arte de servir o cliente (volume 4); trabalhar longe de sua família; como agir ao pedir emprestado algo; respeito e zelo pelos pais; e responsabilidade (volume 6). Os textos, com sutíliza, tentam sobrepor supostos hábitos e costumes japoneses como mais adequados que os brasileiros, ao se referir a práticas comuns também no Brasil.

#### 4.3 A AUSÊNCIA DE UM PARÂMETRO CURRICULAR NACIONAL PARA LEM E O IMPACTO NO LD DE JAPONÊS

Um fato irrefutável é que não existe na LDB 9394/96 e na BNCC nenhuma abertura para o ensino de japonês na EB, ou parâmetros que possam nortear a elaboração de Diretrizes Curriculares estaduais, uma vez que todas as instituições de ensino da EB e os LD adotados por elas devem seguir a BNCC. Para fazer parte do PNL, por exemplo, os LD devem estar alinhados à respectiva legislação educacional, e hodiernamente à BNCC, para que assim possam ser catalogados e escolhidos pelos professores. Entretanto, o *Kotobana* foi elaborado sem o respaldo de nenhum documento oficial norteador. Ademais, a própria diretriz curricular para o ensino de japonês, publicada mais de uma década depois da elaboração do LD, não traz nenhuma referência aos atuais documentos norteadores da EB nacional, destarte, não é claro ao que se alinha, não somente o currículo de japonês, mas o de todas as línguas oferecidas pelo CEL, tanto com a adoção do *Kotobana*, ou mesmo antes com o uso do *BSN*.

Ainda persiste a ausência de explicações gramaticais e lexicais mais detalhadas. Em suas propostas de atividades, ambos não parecem respeitar o contexto de ensino multisseriado característico da instituição como aponta Godoy (2013), uma vez que o alto índice de desistência dos alunos acarreta baixos números de estudantes matriculados, principalmente nos estágios finais, e que devem aguardar as instruções do professor que divide seu tempo de trabalho, de 1 hora e 40 minutos, circulando entre estudantes de diferentes níveis.

### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, retomamos aqui nossas perguntas de pesquisa. Primeiramente, questionamo-nos se seria necessária a inclusão do idioma japonês como componente LEM nos documentos nacionais norteadores da EB (LDB e BNCC), para somente depois

elaborar diretrizes curriculares estaduais. Observamos que essa ordem de prioridade não se fez necessária, pois as primeiras diretrizes curriculares para o curso de japonês surgiram mais de trinta anos após a implementação do idioma, mas não se alinham às competências da BNCC.

Em segundo lugar, indagamo-nos sobre a possibilidade de elaboração de um LD para uso nas escolas de EB sem uma diretriz curricular nacional ou estadual. A concepção, elaboração e distribuição do LD *Kotobana* mostram que sim. Contudo, ousamos dizer que isso põe em risco o respeito à hierarquia das instâncias governamentais, e seus órgãos, uma vez que a elaboração e distribuição de LD para uso nas instituições de EB devem passar por um rigoroso processo e adequar-se às normas do PNLD, e aos documentos que norteiam a EB, como todo LD destinado aos alunos desse segmento de ensino, incluindo-se aí o direito de escolha dos professores sobre quais livros querem adotar em suas aulas, como em toda disciplina da EB, uma vez que os professores e alunos do CEL estão condicionados às leis que regem a EB, fato que não deve ser ignorado nas políticas federais ou estaduais de elaboração de LD para os próximos materiais que venham a ser concebidos.

Por fim, propomo-nos a apontar, ao longo do tempo, quais as principais diferenças e melhorias no ensino de japonês no CEL com a adoção do *Kotobana*. Acreditamos que isso trouxe, finalmente, uma estruturação e organização do conteúdo, além do ponto positivo socioeconômico, por ser de distribuição gratuita. Ademais, o *Kotobana* expõe o aluno a um número maior de conteúdos gramaticais e lexicais, comparado ao *BSN*. Contudo, assim como o *BSN*, o *Kotobana* ainda não traz explicações gramaticais e glossário em português, o que torna o aluno dependente do professor. Assim, pensando no contexto de autonomia do aluno, principalmente nos estudantes de turmas multisseriadas, não houve grandes progressos. Entretanto, o ineditismo na concepção de um primeiro LD de LEM para a rede pública estadual paulista abre novas possibilidades no que tange a essa esfera de ensino, inclusive para a elaboração de LD de outros idiomas, pois segundo Peleteiro (2015), atualmente encontra-se em fase de elaboração pela SEDUC-SP, em cooperação com os docentes de italiano, uma série de LD para essa disciplina. Destarte, a iniciativa deixa caminho pérvio a novas medidas, e pode servir de parâmetro experimental para o aprimoramento das políticas de ensino, e de LD, de outras LEM, em outras redes e para o próprio CEL.

## 6. REFERÊNCIAS

- ANSARY, H; BABAI, E. *Universal characteristics of EFL/ESL textbook: A step towards systematic textbook evaluation*. The Internet TESL Journal. 8, 2002.
- BATISTA, A. A. G. **Recomendações para uma política pública de livros didáticos**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.
- BRASIL. **Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. *Diário Oficial [da] República Federativa do BRASIL*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

- \_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base.** Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018a.
- \_\_\_\_\_. **Guia de Livros Didáticos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD 2018).** Brasília, DF: Senado, 2018b. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/pnld-2018/>>. Acesso em 01/05/2020.
- BROWN, H. D. **Teaching by principles: an interactive approach to language pedagogy.** 3rd ed. NY: Pearson Education, 2007.
- BUNKA INSTITUTE OF LANGUAGE. *Bunka Shokyu Nihongo.* [S. l.]: Bonjinsha, 1987.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões.** Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
- GODOY, L. P. M. **Juntar ou Separar? Reflexões sobre o Contexto Multisseriial de Ensino de francês como Língua Estrangeira nos Centros de Estudos de Línguas.** 2013. 198f. Dissertação (Mestrado em Linguagem e Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- PELETEIRO, A. C. **O italiano nos Centros de Estudo de Línguas - CEL: funcionamento e análise do material didático em elaboração.** 2015. Dissertação (Mestrado em Língua e Literatura Italiana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- RICHARD-AMATO, P. A. *Making it happen: interaction in the second language classroom.* NY: Longman, 1988.
- SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Série Kotobana.** Volumes 1 – 6. 1. ed. São Paulo: SE, 2017.
- \_\_\_\_\_. Secretaria da Educação. **Diretrizes Curriculares para os Centros de Estudo de Línguas do Estado de São Paulo (CEL).** 1. ed. – São Paulo: SE, 2020.
- SILVA, O. O. **O Centro de Estudos de Línguas (CEL) na história do ensino de língua japonesa nas escolas públicas paulistas.** 2017.178f. Dissertação de Mestrado (Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

# O LIMÃO

*Kajii Motojirô*<sup>1</sup>

Uma massa indefinida e ominosa comprimia meu coração sem cessar. Não sabia dizer se era exasperação ou repulsa. Lembrava a ressaca após uma noite de bebedeira. Bebedores frequentes estão sujeitos a sofrerem de ressaca. E era como me sentia. Para azar meu. O catarro nos pulmões e o colapso nervoso não eram tão ruins. Nem as dívidas que ardiam sobre minhas costas. O que era ruim era essa massa ominosa. Já não tinha paciência para ouvir as músicas de que gostava antes, nem para ler sequer um verso de um belo poema. Mesmo quando era convidado a ouvir música no gramofone na casa de alguém, ficava com vontade de me levantar logo depois dos dois ou três compassos iniciais. Havia alguma coisa que me deixava inquieto e me fazia vagar pelas ruas continuamente.

Por alguma razão, objetos de beleza decadente exerciam grande atração sobre mim nessa época. Por exemplo, apreciava as ruas de quarteirões dilapidados, não as ruas principais que me recebiam com frieza, mas as vielas que revelavam sua intimidade: as roupas sujas penduradas nos varais e o lixo espalhado pelo chão, os interiores dos cômodos imundos que entrevia quando passava diante das casas. Quarteirões com ar de que retornariam ao pó, corroídos pelas intempéries, cujas paredes de taipa desabavam e as casas começavam a se inclinar, nos quais apenas as plantas cresciam com vigor. Onde, por vezes, era surpreendido por girassóis e cannas floridos.

Enquanto caminhava por essas vielas, procurava fazer de conta que não me encontrava em Quioto, mas a milhares de quilômetros dali — em Sendai ou Nagasaki — em alguma cidade distante. Se fosse possível, gostaria de deixar Quioto e ir para uma cidade onde não conhecesse ninguém. O que mais desejava era paz. O quarto de uma pousada deserta. Um *futon* imaculado. Um mosquito frágil e

---

1 Autor japonês conhecido por seus contos poéticos, ele nasceu em Osaka em 1901 e morreu de tuberculose em 1932. “Remon (1925), traduzido aqui, é um de seus textos mais representativos. Original: *Remon, Aru kokoro no fûkei, hoka jûnihen*, Ôbunsha Bunko, 1974. Disponível em [https://www.aozora.gr.jp/cards/000074/files/424\\_19826.html](https://www.aozora.gr.jp/cards/000074/files/424_19826.html) Acesso em Abr de 2020. Para mais informações sobre o escritor, ver: KAWANA, K. K. Luzes e sombras na obra de Kajii Motojirô. **Estudos Japoneses**. São Paulo, n. 41, p. 31-39, 2019. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/ej/article/view/170422> Acesso em Nov de 2020.

um *yukata* bem engomado. Gostaria de repousar por um mês, sem ter que pensar em nada, em um lugar assim. Desejava que Quioto se transformasse nessa cidade como em um passe de mágica. Ao final, acabava sendo tomado por essa ilusão e começava a pintar tudo com as cores de minha imaginação. Mas não passava de uma ilusão que sobrepunha sobre aqueles quarteirões dilapidados. E, no interior da qual, sentia prazer em me perder.

Também passei a gostar de fogos de artifício. Os fogos em si eram secundários, gostava dos fardos multicoloridos em tons de vermelho, roxo, amarelo e verde com nomes sugestivos: “Estrelas cadentes do templo Nakayama”, “Batalha de flores”, “Capim dos pampas”. E havia os “camundongos”, pequenos fogos enrolados um a um em forma de círculo e colocados dentro de caixas. Eles despertavam uma estranha excitação em mim.

Além disso, passei a gostar de *ohajiki*, os pequenos discos de vidro colorido decorados com figuras de peixes e flores, e também de contas de vidro. Sentia um prazer indescritível em lambê-los. Existe algo com um sabor tão diáfano e fresco quanto o desses objetos de vidro? Costumava colocá-los na boca quando era criança e era repreendido por meus pais. Cresci e fui alquebrado pela vida, mas, talvez devido a essa doce lembrança de minha infância, de fato, seu sabor parece transmitir um leve frescor, uma qualidade poética, ao meu paladar.

Como é possível deduzir, eu não tinha nenhum tostão. Entretanto, quando meu coração ficava minimamente inquieto ao ver um desses objetos, precisava fazer uma extravagância para me animar. Uma extravagância que me custasse dois ou três centavos, o que já era um luxo. Algum objeto bonito que excitasse minhas antenas letárgicas. Era em coisas assim que normalmente encontrava consolo.

Um dos lugares de que gostava antes que minha existência se deteriorasse era a Maruzen<sup>2</sup>. O vermelho e o azul da *eau de cologne* e da *eau de quinine*. Os refinados vidros de perfume de cor âmbar e jade com ar rococó e desenhos geométricos esculpidos em relevo. Cachimbos, canivetes, sabonetes, cigarros. Às vezes, passava quase uma hora observando esses objetos e, ao final, fazia a extravagância de comprar um único lápis da melhor qualidade. Porém, agora essa loja não passava de um lugar opressivo. Os livros, os estudantes, o caixa, todos tinham a aparência fantasmagórica de coletores de dívidas.

Certa manhã (nessa época, vivia de forma alternada nas pensões de amigos), o amigo que me acolhia foi assistir às aulas e fiquei entregue a mim mesmo na atmosfera deserta da pensão. Eu precisava sair desse lugar. Alguma coisa me impelia a fazer isso. Fiquei perambulando pelos quarteirões; caminhava por vielas semelhantes às que descrevi antes; parava na frente de lojas de doces baratos; observava camarões, bacalhaus e tiras de *tofu* secos nas mercearias. Por fim, descí a rua Teramachi até a esquina com a Nijô e me detive em uma frutaria que se encontrava ali. Gostaria de me demorar um pouco mais descrevendo essa frutaria que, dentre todas as lojas que conhecia, era a minha preferida. Ela estava longe de ser esplêndida, mas era a frutaria na qual a beleza típica

---

2 Livraria e loja de departamento japonesa fundada no século XIX. [N.T.]

desse tipo de estabelecimento era mais conspícua. As frutas se enfileiravam sobre uma bancada em íngreme aclone feita com uma velha tábuia pintada com verniz escuro. Era como se uma magnífica e bela passagem musical, um *allegro*, tivesse se cristalizado e dado origem àquela composição de matizes e volumes. As frutas permaneciam agrupadas e imóveis como se petrificadas pelo olhar da face demoníaca de uma górgona. À medida que adentrava o estabelecimento, as pilhas de vegetais se tornavam maiores. A beleza das folhas das cenouras desse lugar era realmente admirável. Também havia grãos e tubérculos de sagitária<sup>3</sup> deixados de molho em água.

A frutaria era bonita, em particular, à noite. A Teramachi era uma rua bastante movimentada — assim mesmo, muito mais pacata do que as ruas de Tóquio ou Osaka — e as luzes das vitrines iluminavam-na copiosamente. Mas, por algum motivo, o entorno da frutaria era o único ponto imerso na penumbra. Um dos lados dava para a esquina da escura rua Nijô, então a escuridão não era de se estranhar, mas isso não explicava por que a construção vizinha, que ficava na Teramachi, também ficasse na obscuridade. Mas se ela fosse iluminada, não exerceria tanta atração sobre mim. Além disso, o beiral do telhado se estendia para os lados e a ocultava como as abas de um chapéu, e não se trata de uma figura de linguagem, quem a visse exclamaria: “Veja, aquela loja está usando um chapéu de abas bem largas!” A parte superior do beiral também ficava em completa obscuridade. Em meio a tal breu, as várias lâmpadas da fachada produziam o efeito de um aguaceiro e banhavam as imediações com seu fulgor sem encontrar nada que as ofuscasse, elas iluminavam aquela linda cena totalmente à vontade. Havia poucas coisas na Teramachi que me deleitassem tanto quanto a sensação de que os bulbos nus das lâmpadas penetravam minhas pupilas como uma comprida broca em espiral enquanto permanecia imóvel em meio ao movimento da rua, ou a visão que tinha da frutaria através da janela do segundo andar do café Kagiya.

Contrariando meus hábitos, fiz uma compra nesse dia. Por acaso, havia limões à venda. Sei que há limões aos montes por aí. Mas, apesar de não chegar a ser medíocre, a loja não passava de uma simples quitanda e era a primeira vez que via limões ali. Enamorei-me deles. Da cor sólida saída de um tubo de tinta com o nome “Lemon Yellow” e do formato de fuso atarracado. Acabei comprando um único limão. Depois dessa aquisição, tudo é obscuro em minha memória. Passei um longo tempo vagando pelas ruas. A opressão produzida por aquela massa ominosa em meu peito se tornou mais branda no instante em que segurei aquele limão e caminhava cheio de contentamento. Não podia acreditar que algo tão insignificante pudesse fazer com que me esquecesse de um mal-estar tão persistente, mas, por incrível que pareça, era verdade. O coração humano é realmente misterioso.

Não havia nada tão agradável quanto o frescor daquele limão. Nessa época, meus pulmões estavam em mal estado e vivia febril. Para impressionar meus amigos com minha febre, costumava apertar suas mãos e a minha palma era sempre a mais quente.

---

3 Planta aquática com folhas aéreas cujos tubérculos são comestíveis. [N.T.]

Acho que era a febre que fazia com que o frescor que penetrava meu corpo através da palma da mão fosse tão delicioso.

Levava o fruto ao nariz inúmeras vezes para aspirar seu aroma. Procurava imaginar o lugar de onde ele viera, a Califórnia. De vez em quando, a expressão “golpear o nariz” que lera em “As palavras do vendedor de laranjas”<sup>4</sup> durante as aulas de literatura chinesa me vinha à mente. E, quando enchia os pulmões com aquele ar fragrante, o sangue morno circulava pelo meu corpo carente de oxigênio e corava minha face fazendo com que me sentisse revigorado.

Na verdade, sempre buscara por alguma coisa simples que satisfizesse os meus sentidos daquela forma, era curioso como aquele limão conseguia satisfazer meu tato, meu olfato, minha visão e minha necessidade de frescor. Tal era minha condição na época.

Vagava tomado por uma ligeira excitação, diria até mesmo por uma espécie de orgulho, me imaginava-me como um poeta vestido com afetada elegância flanando pelas ruas. Pousava o limão sobre minha toalha de mão suja e o encostava contra meu manto para avaliar o reflexo de suas cores. Então, exclamava para mim mesmo:

“O segredo está no peso!”

Ficava me perguntando qual seria o peso daquele limão, sem dúvida, seu peso devia ser a medida de todas as coisas excelentes e belas, pensava, cheio de orgulho. E me sentia feliz.

Alheio a tudo, por fim, me vi em pé diante da Maruzen. O lugar que tanto procurava evitar, naquele momento, não me parecia tão intimidante.

“Vou entrar só para dar uma olhada”, pensei e entrei sem reservas.

No entanto, o sentimento de felicidade que até então me preenchia pouco a pouco me abandonava. Os vidros de perfume e os cachimbos não faziam meu coração palpitar. Começava a ser tomado pela melancolia, pensei que fosse o efeito do cansaço por ter dado tantas voltas. Fui até a estante de livros de arte. “Ah, é preciso fazer tanto esforço para retirar um desses enormes livros de pintura!”, pensei. Porém, extraí um deles, observei a capa, abri-o, mas não tive ânimo para folheá-lo e observar as pinturas em detalhe. Como se estivesse sob o efeito de alguma maldição, retirei um livro atrás do outro e a mesma coisa se repetiu. Só me sentia em paz depois que os violava. Depois disso, eles perdiam a graça e já não me interessavam. Não tinha forças nem mesmo para devolvê-los ao lugar de onde os retirara. Repeti a mesma coisa várias e várias vezes. Por fim, larguei até mesmo o pesado livro de cor laranja com pinturas de Ingres<sup>5</sup> de que sempre gostara, porque ele me pareceu insuportável. Que tipo de maldição era aquela? Exaustos, os músculos de minhas mãos não respondiam. Abatido, observava as pilhas de livros que retirara das prateleiras.

O que acontecera com aqueles livros de arte que tanto me encantavam? Antes, saboreava com prazer a estranha sensação de deslocamento que experimentava depois

---

4 “Baikanshanogen” escrito por Liu Ji, ou Liu Bowen, estadista e poeta chinês do século XIV. [N.T.]

5 Jean-Aguste Dominique Ingres (1780-1867), pintor neoclássico francês. [N.T.]

de passar os olhos em cada uma de suas páginas e contemplar o ambiente extremamente banal que me cercava...

“Ah, sim!”, lembrei-me do limão que trazia no bolso. Com uma ideia em mente, juntei aqueles livros em uma confusão multicolorida. “É isso!”, exclamei comigo mesmo.

Aquela ligeira excitação que sentira antes retornara. Ia juntando os livros arbitrariamente, desfazia minha obra logo em seguida e recomeçava afoito. Retirava novos livros da estante e os adicionava a meu arranjo enquanto removía outros. Meu fantástico e extravagante castelo adquiria matizes ora vermelhos, ora azuis.

Finalmente consegui terminá-lo. Então, procurando conter minha emoção, depositei o limão no ponto mais alto com extremo cuidado. Minha obra estava completa.

A cor do limão absorvia placidamente as tonalidades díspares da composição e as conduzia para dentro de sua figura fusiforme, o que a tornava ainda mais intensa. Tinha a impressão de que o ar empoeirado no interior da Maruzen apresentava uma tensão peculiar apenas ao redor do limão. Passei algum tempo observando-o.

Foi quando tive outra ideia. Mesmo eu fiquei espantado com a ousadia de meu insólito plano:

Deixar aquilo do jeito que estava e sair de fininho como se nada tivesse acontecido.

Senti-me curiosamente excitado. “Saio? Sim, vou sair!”, decidi e me afastei com passos rápidos.

Minha excitação fazia com que caminhasse pelas ruas com um sorriso nos lábios. Eu me divertia imaginando que era um excêntrico vilão que armara uma terrível bomba dourada entre as estantes da Maruzen, dentro de dez minutos, haveria uma grande explosão entre as estantes de livros de arte.

Estava obcecado por essa fantasia. “Não sobrar  nem p  da Maruzen, aquele lugar tão desagradável!”

Segui descendo a Ky goku, colorida pelos cartazes de filmes que lhe davam um charme peculiar.

TRADUZIDO POR KAREN KAZUE KAWANA<sup>6</sup>

---

6 Mestre em Literatura, Língua e Cultura Japonesa pelo Departamento de Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Doutora pelo departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. kawanakk@uol.com.br (Orcid id <https://orcid.org/0000-0003-1030-5070>)

**CENTRO DE ESTUDOS JAPONESES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
Av. Prof. Lineu Prestes, 159 - Cid. Universitária - CEP 05508-900  
Tel.: (011) 3091-2426/2423 - São Paulo - SP - Brasil**

**REVISTA ESTUDOS JAPONESES No. 43 - NORMAS DE PUBLICAÇÃO**

**1. Trabalhos para publicação**

Serão publicados artigos de perfil acadêmico que tratem de temas relativos à Língua, Literatura e Cultura Japonesa, abordados à luz de metodologias científicas. Há também a possibilidade de submissão de resenhas, traduções e entrevistas, entretanto, serão publicadas, após aprovadas, em proporção menor em relação aos artigos.

**2. Idiomas**

A revista Estudos Japoneses publica artigos em português, inglês, francês, espanhol e japonês.

**3. Extensão dos Textos**

Todo artigo deve ter no máximo 30.000 caracteres (= aproximadamente 20 páginas digitadas em espaço 1,5).

**4. Formatação do texto**

a) layout da página e espaçamento: tamanho A4, fonte Times New Roman 12, margem 2,5 cm e espaçamento 1,5.

b) título e identificação: o título deve estar em negrito, em caixa alta e alinhado à esquerda da margem. Recomenda-se que ele não ultrapasse duas linhas. Os artigos devem ser submetidos sem qualquer identificação.

c) resumo e palavras-chave: um obrigatoriamente em português, acompanhado de cinco palavras-chave, e outro em inglês, acompanhado por cinco palavras-chave no mesmo idioma. O resumo não deve exceder dez linhas, em cada versão. Deve deixar espaço de duas linhas entre o nome e o resumo em português, e uma linha entre as palavras-chave em português e o resumo em inglês. Não deve saltar linha entre os resumos e palavras-chave.

d) subtítulos: os subtítulos devem estar destacados em negrito e ter numeração sequencial a partir de 1 (um), seguida por ponto.

e) citações: devem aparecer no corpo do texto, indicando o sobrenome do autor, a data da publicação e a(s) página(s) citada(s), entre parênteses. No caso de diferentes títulos do mesmo autor publicados no mesmo ano, o dado diferencial será uma letra após a data (por ex.: SANTOS, 2011a; 2011b).

As obras citadas no corpo do texto devem constar obrigatoriamente da bibliografia no final do artigo, com dados bibliográficos completos, como segue:

e.1) no caso de livros: SOBRENOME, Prenome do Autor (por extenso). Título do Livro: subtítulo (sem negrito). Edição. Local de publicação (cidade): editora, ano de publicação. Série, número da série, se houver.

Ex.: SANTOS, Alberto. Língua Japonesa: traduções. 1ª. ed. São Paulo: Saraiva, 1920.

e.2) no caso de artigos de revistas: SOBRENOME, Prenome do Autor (por extenso). Título do Artigo. Título do Periódico, Local de Publicação (cidade), volume, número, páginas inicial-final, mês e ano.

Ex.: SAVIANI, Demerval. A Universidade e a Problemática da Educação e Cultura. Educação Brasileira, Brasília, v.1, n.3, p. 35-58, maio/agosto, 1979.

e.3) no caso de artigos de coletâneas: SOBRENOME, Prenome do Autor (por extenso). Título do Artigo. In: SOBRENOME, Nome do organizador. Título da Coletânea. Edição. Local de Publicação: Editora, Data. Capítulo, página do capítulo.

Ex.: CUNHA, Alves. Ações para deter o desmatamento. In: GOUVEIA, Cristine (org.). Ecologia Mundial. 2ª. ed. São Paulo: Ed. Crescer, 1999. Capítulo 13, p. 179-185.

Nos demais casos não especificados, a padronização deve seguir as Normas da ABNT. A desconsideração das normas implicará devolução dos artigos.

f) termos e nomes japoneses: a romanização dos termos japoneses deve seguir as regras do Sistema Hepburn. As vogais longas devem ser indicadas por meio do acento circunflexo (ex. â, ô, û). Para maior clareza, uma apóstrofe deve ser empregada para grafar a separação das sílabas nas palavras do tipo shin'yô ou Man'yôshû. Os kanji podem ser utilizados desde que acompanhados por sua correspondente em letras romanas e os nomes próprios devem seguir a seqüência sobrenome e nome, conforme o sistema japonês. Ex.: 万葉集 (Man'yôshû); Natsume Sôseki.

g) ilustrações: devem ser colocadas no corpo do texto e acrescidas de citação da fonte, caso não sejam originais do trabalho. As ilustrações devem ser utilizadas quando indispensáveis para o entendimento do texto, pedindo-se que fotos, mapas, gráficos ou tabelas tenham boa resolução visual, de forma a permitir uma reprodução de qualidade.

## **5. Envio de artigos para apreciação**

Os artigos devem ser apresentados no formato de arquivo de Word, indicado pelo título do artigo, sem qualquer identificação.

Esses artigos devem submetidos no sistema, no link:

<https://www.revistas.usp.br/ej/about/submissions>

## **7. Ressalvas**

Ao Conselho Editorial reserva-se o direito de não permitir a publicação dos textos enviados, bem como o de solicitar aos autores possíveis alterações. Todo material encaminhado para publicação deve ser inédito ou sua tradução para o português, com a anuência do autor sobre a publicação e seguir rigorosamente as normas de publicação e seu conteúdo será de exclusiva responsabilidade do(s) autor (es).

A partir de 2020, somente serão aceitos artigos submetidos de autor ou, em caso de co-autoria, que pelo menos um dos autores tenha titulação acadêmica de doutor.

## **8. Identificador ORCID**

Caso aceito, o artigo somente será publicado mediante fornecimento do autor do seu identificador ORCID.

## **9. Formato de publicação**

A revista Estudos Japoneses será publicada somente no formato digital.



*Coordenação Editorial*  
Junko Ota  
Leiko Matsubara Morales  
Silvio Yoshiro Mizuguchi Miyazaki

*Diagramação*  
Ponto & Linha

Formato	16 x 23 cm
Mancha	12,5 x 20 cm
Tipologia	Times New Roman 11 e 14
Número de páginas	159

梅一輪 一輪ほどの あたたかさ  
服部嵐雪 (1654-1707) – 玄峰集 (庭の巻)

*Ume ichirin / ichirin hodo no / atatakasa*  
Hattori Ransetsu (1654-1707) –  
*Genpôshû* (Niwa no Maki)

Uma única flor  
da ameixeira traz consigo  
suave tepidez  
Hattori Ransetsu (1654 - 1707) –  
*Genpôshû* (Tomo: Jardim)